

ISSN 2238-9083

VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010

VERSÃO ONLINE



revista de psicanálise

ANO 8, Nº 2, JUL-DEZ/2019 - PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

REVISTA SEMESTRAL DA SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

ANO 8, NÚMERO 2, JUL-DEZ/2019

ISSN 2238-9083 VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010 VERSÃO ONLINE

SIG Revista de Psicanálise é uma publicação semestral da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e tem como objetivo publicar artigos teóricos e teórico-clínicos, resenhas e entrevistas no campo psicanalítico.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados pertencem a SIG Revista de Psicanálise.

A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outra utilidade, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do editor. Reproduções parciais de artigos (resumo, abstract, mais de 500 palavras do texto, tabelas, figuras e outras ilustrações) deverão ter permissão por escrito do editor e dos autores.

As normas para a publicação e instruções para submissão de artigos estão disponíveis em:

<http://sig.org.br/sig-revista-de-psicanalise/>

VERSÃO ONLINE DA REVISTA EM: <http://sig.org.br/sig-revista-de-psicanalise/>

TIRAGEM: 130 EXEMPLARES | IMPRESSÃO: JULHO DE 2020

S574 Sig: revista de psicanálise / Sigmund Freud Associação
Psicanalítica. - Vol. 8, n. 15 (jul./dez.2019). - Porto Alegre:
Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2012-

Semestral
ISSN 2238-9083

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sigmund Freud Associação
Psicanalítica.

CDU 159.964.2(05)

Bibliotecária responsável: Clarice da Luz Rodrigues, CRB 10/1333.

Sig revista de psicanálise

REVISTA DE PSICANÁLISE

PUBLICADA POR SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

PORTO ALEGRE, RS - BRASIL

2019

SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

GESTÃO 2018/2020

Presidente: Janete Rosane Luiz Dócolas

Diretora Administrativa: Carolina Neumann de Barros Falcão

Diretora de Ensino: Marina Lucia Tambelli Bangel

Diretora Científica: Karin Hellen Kepler Wondracek

Diretora da Clínica Psicanalítica: Juliana Martins Costa Rancich

Diretora de Comunicação: Isabel Cristina Moraes Doval

Secretária do Conselho Deliberativo e Fiscal: Débora Marcondes Farinati

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

Editora Responsável: Lísia da Luz Refosco

CORPO EDITORIAL:

| | | |
|------------------------------|------------------------------|---------------------------|
| Almerindo Boff | Eneida Cardoso Braga | Miriam Chnaiderman |
| Ana Lúcia W. dos Santos | Eurema Gallo de Moraes | Mônica Medeiros K. Macedo |
| Bárbara de Souza Conte | Gabriela Xavier de Araújo | Nelson da Silva Júnior |
| Bianca Savietto | José Luiz Novaes | Patrícia Alkolombre |
| Carolina N. de Barros Falcão | Julio Bernardes | Paulo Endo |
| Cláudia Perrone | Karin Wondracek | Rafael Marucco |
| Clarice Moreira da Silva | Lizana Dallazen | Roberta Araujo Monteiro |
| Cristina L. Saint Martin | Luciana Maccari Lara | Sidnei Goldberg |
| Christian Ingo Lenz Dunker | Luís Claudio Figueiredo | Simone Perelson |
| Daniel Kupermann | Magda Mello | Sissi Vigil Castiel |
| Débora Farinati | Maria Cristina Poli | Vera Blondina Zimmermann |
| Denise Costa Hausen | Marília Etienne Arreguy | |
| Edson Luiz André de Souza | Marina Lucia Tambelli Bangel | |

COMISSÃO EXECUTIVA:

Cristina Gudolle Herbstrith
Emylle Savi
Felipe Canterji Gerchman
Gabriel Teitelbaum
Nathalia Hammerschmitt

PROJETO GRÁFICO:

Débora Dutra
*Capa: arte sobre fragmento da obra de Henri Matisse (reprodução), Litografia para a Verve, 1937.

DIAGRAMAÇÃO:

Marconbrasil Comunicação Direta

*Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO SUMMARY

EDITORIAL/CONTENTS7

ARTIGOS/ARTICLES

TÉCNICA E ÉTICA NA PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA: APONTAMENTOS SOBRE MUDANÇAS NA TÉCNICA E NO ENQUADRE11

Technique and Ethics in Contemporary Psychoanalysis: Notes on technique and setting changes

- *Nelson Ernesto Coelho Junior*

O INCONSCIENTE FREUDIANO E A MEMÓRIA INVOLUNTÁRIA PROUSTIANA29

Freudian unconscious and proustian involuntary memory

- *Marta Regina de Leão D'Agord*

CONSIDERAÇÕES SOBRE TOTEM E TABU: ALGUMAS CORRELAÇÕES ENTRE FREUD, LÉVI-STRAUSS E LACAN37

Totem and taboo considerations: some correlations between Freud, Lévi-Strauss and Lacan

- *João Fernando de Moraes Trois*

UM BEBÊ DESAMPARADO E A PALAVRA FALTANTE: UMA HISTÓRIA DE DESENCONTROS47

A helpless baby and the lacking word: a story of mismatches

- *Adams Friedemann*

- *Natália Gambogi*

REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE DISTOPIAS55

Psychoanalytic reflections on Dystopias

- *Maria Lucia Macari*

EM PAUTA/ON THE AGENDA

O INQUIETANTE FREUDIANO E A EXTIMIDADE LACANIANA: DISTINTOS TRAÇOS DA NEGATIVIDADE NA PSICANÁLISE63

The uncanny Freudian and the *extimité* Lacanian: distinct negativity traits in psychoanalysis

- *Nelson da Silva Junior*

- *Guilherme C. Oliveira Silva*

FREUD, O INCONFIDENTE, E SEUS ESTRANHOS PENSAMENTOS...77

Freud, the Inconfident and his Uncanny Thoughts...

- *Ignácio A. Paim Filho*

SUMÁRIO

CONVIDADO/GUEST

CONFERÊNCIA DO GRANDE SEMINÁRIO: COMO A LEITURA DO *PROJETO* POR LACAN PROPÕE ESCLARECIMENTOS ACERCA DA CLÍNICA DE BEBÊS 87

Grand Seminar Conference: How Lacan's reading of the Project proposes clarifications on the baby clinic.

- *Marie Christine Laznik*

TÉCNICA ANALÍTICA: HOY COMO AYER 105

Técnica analítica: hoje como ontem

- *Rafael Marucco*

ENTREVISTA/INTERVIEW

ENTREVISTA COM O COLETIVO PSICANÁLISE NA PRAÇA 121

Interview with the Psychoanalysis at the Square Collective

RESENHAS/REVIEW

PATOLOGIAS DO SOCIAL: DO SOFRIMENTO À POTÊNCIA DA VIDA INSUBMISSA 129

Social Pathologies: from the suffering to the power of the unsubmitive life

- *Fernanda Sandrin Zin*

O SONHO DA CONSCIÊNCIA: RESENHA DO LIVRO SONHO E EXISTÊNCIA, DE LUDWIG BINSWANGER 133

The Dream of Consciousness: Review of the book Dream and Existence, by Ludwig Binswanger

- *Estevan de Negreiros Ketzer*

Caros leitores, temos a satisfação de apresentar mais um número da *SIG Revista de Psicanálise*. A edição de número 15 de nossa publicação abrange uma série de trabalhos que coincidem com a diversidade de temas e conceitos que se fazem presentes na vida institucional: a atenção com a técnica e o método psicanalítico, o interesse pelos temas sociais e culturais, a discussão aprofundada sobre conceitos metapsicológicos.

Alegra-nos que na seção **artigo convidado** desta edição temos a possibilidade de contar com *dois* excelentes trabalhos. *Conferência do Grande Seminário: como a leitura do Projeto por Lacan propõe esclarecimentos acerca da clínica de bebês*, texto inédito em português de Marie Christine Laznik, explora o tema do autismo enlaçando-o com os desdobramentos propostos por Lacan a partir de sua leitura do texto freudiano “Projeto para uma psicologia científica”. De maneira bastante apropriada e a partir de larga experiência clínica que possui, Laznik aborda o tema do circuito pulsional, enfatizando a articulação entre corpo e psiquismo. Certamente, um texto importante para quem se dedica à clínica com crianças autistas e, também, para todos aqueles que queiram entrar em contato com um desenvolvimento teórico bastante consistente. Deixamos registrado aqui nosso agradecimento aos envolvidos na tradução e viabilização para contarmos com esse texto. Nessa mesma seção, contamos com o artigo do psicanalista argentino Rafael Marucco, que nos brinda com um trabalho que percorre os fundamentos da psicanálise. Ao revisar conceitos como transferência, resistência e repetição, Marucco fornece subsídios para pensar a práxis psicanalítica. *Técnica analítica: hoy como ayer* é o título desse artigo, se-

gundo o qual, nas palavras do autor, o retorno aos conceitos da psicanálise “é fundamental diante dos desvios propostos por uma cultura que exige maior rapidez e menor esforço no processo de cura”.

A seção **em pauta** coloca em discussão um conceito centenário para a psicanálise, o *Unheimlich*. Aquilo que deveria permanecer em estado oculto se manifesta, eis que o horror e a angústia aparecem frente a uma cena de estranha familiaridade. Publicado em 1919, o texto freudiano continua inquietante e produzindo aberturas. Para fazer trabalhar o tema, Nelson da Silva Junior e Guilherme C. Oliveira Silva abordam as aproximações, e distanciamentos, entre a experiência do inquietante em Freud e a noção de êxtimo em Lacan. Os autores constroem um interessante percurso teórico e metapsicológico, enfatizando o tema do conflito do julgamento, do conceito de Coisa, de negatividade e traço-unário. *O inquietante freudiano e a extimidade lacaniana: distintos traços da negatividade na psicanálise* é um escrito que nos coloca diante daquilo que talvez não seja possível escrever. *Freud, o inconfidente, e seus estranhos pensamentos...* é o título do texto de Ignácio A. Paim Filho. Nesse trabalho, que também compõe a seção em pauta, o autor examina a ideia de “inconfidente” para considerá-la um conceito. Ao partir da aproximação com o *Unheimlich*, as confidências (o conhecido) e inconfidências (o desconhecido) se colocam no centro de um debate relevante: a importância do disruptivo como força que impulsiona o psiquismo. Nessa esteira, o autor, ao trazer os movimentos de inconfidência no país (mineira e baiana), marca “o lugar da psicanálise, em tempos que proliferam nefastas lealdades alienantes – o fascínio pelo idêntico –

como fonte de inconfiáveis, motor para perpetuar a profícua produção de estranhos pensamentos...”

Já a seção **entrevista** oportuniza aos nossos leitores entrar em contato com um potente projeto desenvolvido em nossa cidade: trata-se do Coletivo Psicanálise na Praça, de Porto Alegre. Nessa conversa, os integrantes do coletivo contam, entre outras coisas, como o trabalho começou e segue sendo desenvolvido, bem como os efeitos e especificidades dessa escuta. Um dispositivo, como afirmam os participantes, que faz um contraponto ao silenciamento e que “visa a resgatar a importância da palavra, possibilitar espaços de fala”.

Na seção **artigos**, é possível deparar-nos com trabalhos de temas diversos, passando pela técnica, metapsicologia, arte e articulações com o social. O trabalho *Técnica e ética na psicanálise contemporânea: apontamentos sobre mudanças na técnica e no enquadre*, de Nelson Ernesto Coelho Junior, aborda algumas teorizações propostas por autores como Thomas Ogden, René Roussillon e Giuseppe Civitarese para pensar o cenário das novas contribuições à técnica psicanalítica. A partir de uma escrita consistente e fluida, o autor nos põe a pensar sobre as variações do enquadre analítico e, com isso, os efeitos na experiência do analisando e as consequências éticas implicadas na maneira escolhida para conduzir um processo.

Em *O inconsciente freudiano e a memória involuntária proustiana*, Marta Regina de Leão D’Agord, ao traçar justamente um interessante paralelo entre o inconsciente na obra freudiana e a questão da memória em Proust, convida-nos a refletir sobre um tema de fundamental importância – a realidade psíquica e a realidade material. Para tanto, lança mão da teoria do matemático Georg Cantor e, com

isso, a possibilidade de adentrar o tema do infinito.

O artigo de Adams Friedemann e Natália Gambogi intitulado *Um bebê desamparado e a palavra faltante: uma história de desencontros* é um relato de experiência a partir da observação da relação mãe-bebê. Os autores, a partir de um relato bem construído, colocam em cena uma história de desencontros e os possíveis efeitos na constituição de um sujeito psíquico. O que fazer quando as palavras faltam? Friedemann e Gambogi constroem uma potente narrativa frente ao silêncio e ao desamparo.

Considerações sobre Totem e Tabu: algumas correlações entre Freud, Lévi-Strauss e Lacan é o título do trabalho de João Fernando de Moraes Trois. Nele, o autor faz uma clara e rigorosa revisão dos fundamentos, tanto das formações sociais quanto da estruturação subjetiva. Para empreender tal percurso, Trois utiliza, além do texto freudiano, a definição de cultura proposta por Lévi-Strauss e o conceito de nome-do-pai formulado por Lacan. Com isso, ao mostrar-nos os elementos implicados na fundação da cultura e do humano, permite-nos indagar sobre nossos pactos simbólicos na atualidade.

De modo distinto, mas seguindo no tema do enlace da psicanálise com a cultura, *Reflexões psicanalíticas sobre distopias*, de Maria Lucia Macari, busca tensionar as narrativas literárias para refletir sobre o presente. Ao trazer para a discussão autores como Aldous Huxley, Ievgêni Zamiátin e Arthur Rimbaud, a autora marca posição ao afirmar a importância da arte e de sua inerente capacidade questionadora, ainda mais em tempos nos quais predomina a desesperança e o ódio. Como afirma a autora: “as obras podem nos levar ao (des)conhecimento, às reflexões e às transgressões culturais. No fim das contas, mesmo

EDITORIAL

as distopias podem ter uma função utópica”.

Por último, a seção **resenha** conta com dois textos que tratam de temas e tempos distintos, mas que abordam obras que falam do sofrer humano. O trabalho de Fernanda Sandrin Zin, *Patologias do social: do sofrimento à potência da vida insubmissa*, trata-se da resenha do livro “Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico”, organizado por Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior e Christian Dunker. Já o texto

O sonho da consciência: resenha do livro Sonho e existência, de Ludwig Binswanger, de Estevan de Negreiros Ketzer, refere-se à obra “*Sonho e existência: escritos sobre fenomenologia e psicanálise*”, de Ludwig Binswanger.

Boa leitura!

Lísia da Luz Refosco

Editora responsável

SIG Revista de Psicanálise

TÉCNICA E ÉTICA NA PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA: APONTAMENTOS SOBRE MUDANÇAS NA TÉCNICA E NO ENQUADRE¹

TECHNIQUE AND ETHICS IN CONTEMPORARY PSYCHOANALYSIS:
NOTES ON TECHNIQUE AND SETTING CHANGES

Nelson Ernesto Coelho Junior²

Resumo: Este texto tem como tema a apresentação de algumas novas proposições para a técnica psicanalítica, surgidas nas duas últimas décadas, e o início de uma discussão sobre a ética destas técnicas. A partir de propostas como *falando-como-se-estivesse-sonhando*, de Thomas Ogden, *conversaço psicanalítica e meio maleável*, por René Roussillon, a de *reverie somática*, de Giuseppe Civitarese e a dos *pequenos milagres técnicos dos psicanalistas relacionais*, tal como descritos por Jay Greenberg, será estabelecido um panorama das novas contribuições à técnica psicanalítica e será debatida a consequência ética de tais formulações.

Palavras-chave: Técnica. Ética. Psicanálise contemporânea. Enquadre.

Abstract: *This paper has as its theme the presentation of some new proposals for the psychoanalytic technique, which have emerged in the last two decades, and the beginning of a discussion on the ethics of these techniques. Based on proposals such as Thomas Ogden's talking-as-if-dreaming, psychoanalytic conversation and pliable medium, by René Roussillon, Giuseppe Civitarese's somatic reverie, and the small technical miracles of relational psychoanalysts, as described by Jay Greenberg, an overview of the new contributions to psychoanalytic technique will be established and the ethical consequence of such formulations will be debated.*

Keywords: *Technique. Ethics. Contemporary psychoanalysis. Setting.*

INTRODUÇÃO

Em uma análise, sem muito saber por que, tenho o impulso ou a necessidade de falar, mostrar ou contar algo que depois sempre acaba por me parecer um pouco excessivo (o que não quer dizer que tenha sido inadequado ou desnecessário). Falas, interpretações, ações de um analista que podem ter, por vezes, tonalidades invasivas, indicando uma dose maior de implicação naquela análise, com aquele analisando. Saio de várias jornadas diárias no consultório muito carregado e pensativo, tentando entender o que me fez falar ou fazer algo inabitual. Procuo encadear os sentidos de um determinado momento, entender como as sensações produzidas por um gesto ou algo dito pelo analisando acabaram por produzir pensamentos e imagens atordoantes. Avanço um pouco

¹Agradeço a leitura e os comentários dos colegas Patricia Getlinger, Bruna Zerbini, Daniel Schor e Douglas Rodrigo Pereira a uma primeira versão deste texto, que me ajudaram a melhor apresentar essas ideias.

²Psicanalista, doutor em Psicologia Clínica (PUC-SP, 1994), professor e pesquisador do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) desde 1995, e coordenador do Lipsic (Laboratório Interinstitucional de Estudos da Intersubjetividade e Psicanálise Contemporânea – IP-USP/PUC-SP). Autor de vários livros, dentre eles *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise* (2018; *Blücher*) e *Ética e técnica em psicanálise* (2ª edição, 2008; *Escuta*), ambos em coautoria com Luis Claudio Figueiredo, *Dimensões da intersubjetividade* (2012; *Escuta/Fapesp*) e *A força da realidade na clínica freudiana* (1995; *Escuta*). E-mail: ncoelho@usp.br

mais na compreensão dos efeitos analíticos de um determinado diálogo, de uma determinada ação compartilhada. Trata-se de um processo que pede vários níveis de sedimentação e apropriação psíquica por parte de cada um de nós analistas e analisandos, inicialmente desorientados por momentos e movimentos inabituais.

Por meio desse relato inicial, quero indicar que o que considero mais importante no tema das mudanças técnicas e das variações de enquadre na psicanálise contemporânea é que cada um de nós possa se perguntar, em seu trabalho clínico cotidiano, por que decidiu estabelecer com um determinado paciente um certo tipo de enquadramento, um certo tipo de contrato e forma de trabalhar tecnicamente, e com outro paciente outros modos de trabalho às vezes muito diferentes entre si. E, também, que efeitos e consequências isso produziu na experiência analítica do analisando. Ou seja, sugiro que se coloque como parte dessa reflexão uma questão ética.

Será que nós sabemos o que fazemos e por que o fazemos, quando decidimos por uma mudança no processo (técnica) ou no não processo (enquadre), para retomar ideias do psicanalista argentino José Bleger? Será que temos como reconhecer com clareza as consequências éticas de uma determinada fala ou ação?

Bleger (1985) sugeriu que o enquadre analítico seja pensado como um enquadre corporificado. Esta ideia se insere em sua posição de adotar

[...] o termo *situação analítica* para a totalidade dos fenômenos envolvidos na *relação terapêutica* entre paciente e analista. Tal situação abarca fenômenos que constituem um *processo*, ou seja, o que é objeto de nossos estudos, análises e interpretações; mas inclui também um enquadramento (*setting*), isto é, um “não processo”, constituído pelas constantes, pelos marcos em cujo interior se desenvolve o processo (BLEGER, 1985, p. 311).

Em uma nota de rodapé ele ainda afirma: “O não-ego do enquadramento inclui o corpo, e se o enquadramento é rompido, os limites do ego formado pelo não-ego têm que ser recuperados a nível do corpo” (BLEGER, 1985, p. 326). E, ainda:

G. Reinoso disse que embora – como Freud o assinalou – o ego seja corporal, o não-ego também o é. Poderíamos acrescentar aqui alguma coisa: que o não-ego é um ego diferente, de qualidades distintas. Isto implica também que não há *um* sentido de realidade e uma ideia de falta do mesmo, há distintas estruturas do ego e do sentido de realidade (BLEGER, 1985, p. 326).

A teorização de Bleger indica que, apesar de o enquadre ser a condição necessária para formar o campo no qual os processos analíticos ocorrem, seria justamente nos elementos não dinâmicos, no próprio enquadre, que estariam depositados os aspectos mais primitivos do psiquismo do paciente. Disso decorre que, para a análise prosseguir além de certo ponto, o próprio enquadre precisa ser tomado em questão para que dali possam ser desalojados e analisados aspectos até então “escondidos” ou mantidos em estado de latência. Ou seja: se, a cada momento do trabalho, é necessário que o enquadre mantenha-se firme – que as “regras do jogo” sejam bem estabelecidas e sustentadas e seus contornos bem definidos –, é igualmente necessário que essa “moldura” seja

ARTIGO

sempre flexível, para que, no devido tempo, a análise ganhe terreno sobre o material até então imobilizado no enquadre.

Estas importantes formulações de Bleger me servem para introduzir os recorrentes dilemas da psicanálise entre manter as tradições ou propor inovações, tanto em termos de aspectos estritamente técnicos (a condução do processo), como em termos da formulação de novos enquadres. Sim, mas manter quais tradições e propor quais inovações? Antes de chegar ao ponto central das argumentações que quero estabelecer, farei um breve desvio pela história da técnica psicanalítica e por questões etimológicas.

AS MUDANÇAS NA TÉCNICA CLÁSSICA E A QUESTÃO ÉTICA

Com a valorização progressiva da dimensão contratransferencial no trabalho analítico e a inclusão do objeto externo (os objetos primários) como parte fundamental da constituição psíquica, a psicanálise, a partir da década de 40, começa a construir modalidades de atendimento clínico com características diferentes daquelas que marcaram a assim chamada técnica clássica, estabelecida nos institutos de formação da IPA, nas segunda e terceira décadas do século XX. Há consenso em torno da ideia de que para essas mudanças foi determinante a ampliação dos tipos de pacientes atendidos pelos psicanalistas. A inclusão do atendimento de crianças, de psicóticos, de grupos e de casos borderline exigiu muitas das transformações que estão na base do que hoje denominamos Psicanálise Contemporânea. Como sugeriu Green em 1995:

É cada vez mais frequente ver analistas interrogarem suas próprias reações diante daquilo que lhes é comunicado pelo paciente, e utiliza-se disso em suas interpretações, ao lado de ou preferencialmente à análise do conteúdo daquilo que lhes é comunicado, pois o objetivo buscado pelo paciente é o efeito produzido por sua comunicação, mais que a transmissão de um conteúdo (GREEN, 1995, p. 73).

Com isso, nós analistas passamos a ouvir coisas que antes não eram ouvidas, ou não? Como isso se articula às formulações da técnica clássica de atendimento das neuroses estabelecida por Freud? E, mais, como ficam as questões éticas da prática psicanalítica neste contexto?

Como se sabe, os termos *ética* e *moral* possuem, ao menos etimologicamente, o mesmo significado. *Ética* tem origem no grego *ethikós* e *moral* no latino *mores*, ambos se referindo a costumes. No entanto, *ética* foi assumindo o sentido mais abrangente de estudo dos juízos de apreciação referentes às condutas humanas suscetíveis de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, enquanto o termo *moral* foi sendo mais usado no sentido restrito de normas e prescrições de conduta em um grupo social. Para além das origens etimológicas, entendo *ética* a partir das ideias do filósofo lituano/francês Emmanuel Levinas:

Como posição e como lugar (morada), como postura fundamental, como modo de escutar e falar ao e do outro na sua alteridade. Uma ética compreendida como abertura, respeito, resposta e propiciação ao outro. Algo que não se assemelha em nada a uma moral e que, portanto, não poderá jamais ser convertido em um código de prescrições e proibições. Trata-se, de fato, muito mais de uma disposição ao convívio acolhedor, mas nem por isso tranquilo, com o inesperado e o irredutível que caracteriza

a alteridade, do que da formulação de regras prescritivas que pudessem modelar o fazer (FIGUEIREDO; COELHO JUNIOR, 2000, p. 7).

É com essa concepção de ética que gostaria de trabalhar na discussão sobre as consequências das mudanças técnicas que vou apresentar a seguir. Quero ainda destacar que acompanho as posições da psicanalista israelense Viviane Chetrit-Vatine (2004), que reafirma, também a partir da filosofia de Levinas, a importância da assimetria no encontro analítico e a necessidade de o analista ser aquele que “responde a”, que invoca a capacidade humana de ser responsável pelo acolhimento da radical alteridade do outro humano. Trata-se, para ela, de uma capacidade analítica de funcionar na posição matricial (em francês *matrice*, refere-se ao útero), aberta ao que ela denomina de uma transferência matricial, que poderíamos traduzir a partir de Neyraut (1974) como uma contratransferência inaugural, como aquela que “convida” o paciente a transferir e eticamente faz o analista ocupar a posição de responsável pelo convite à transferência do analisando. Portanto, aqui, a posição ética revela a presença do analista não como aquele que impõe algo de si, agindo, mas como aquele que passivamente coloca-se na posição de quem recebe e convida o analisando à construção de um singular campo analítico, feito sob medida, conjuntamente, mas também assimetricamente. Neste sentido, a ética está também presente na condição do analista de “se transformar”, se deixar transformar, para ser aquilo que o paciente precisa que ele seja, para que a análise possa ocorrer, e poder ser análoga a um “meio maleável”, como veremos com a apropriação de Roussillon da proposição clássica da psicanalista britânica Marion Milner.

Desde a época de Freud, muitos de seus seguidores dedicaram-se ao tratamento dos pacientes que não se beneficiavam de uma técnica construída para fazer frente fundamentalmente a casos de neurose e assim produziram inovações técnicas e mudanças de enquadre. Muitos foram os impasses clínicos e os fracassos. Entre os primeiros psicanalistas, foi seguramente Ferenczi o mais controverso e, talvez, o mais precoce e audaz em trazer à tona as dificuldades técnicas com as quais nos deparamos até hoje, e a propor as modificações técnicas que levaram muito tempo para serem assimiladas.³ Durante os últimos cem anos, muito se construiu em termos do saber psicanalítico na clínica com os pacientes difíceis (ou não neuróticos). Mais recentemente, ao longo das últimas quatro décadas, muita atenção tem sido dada às patologias narcísicas e aos estados limite, bem como aos impasses que esta clínica revela. E temos acompanhado o esforço de muitos autores no sentido de fazer trabalhar a metapsicologia freudiana e fazer dialogar diferentes concepções psicanalíticas para, entre outros aspectos, aumentar a compreensão desses quadros e ampliar os recursos técnicos para seu atendimento. Nessa mesma direção, muitos autores têm se ocupado do tema das experiências psíquicas de difícil simbolização, como os traumas e as formas de não experiência (estas nos estágios mais graves da esquizofrenia), na busca por meios técnicos e de elaboração que permitam a ampliação do campo simbólico desses pacientes.

Uma das formas de organização histórica daquilo que Green chamou de Psicanálise Contemporânea pode ser pensada a partir de um modelo da história das formulações psicanalíticas sobre os modos de adoecimento psíquico. Em livro recém-publicado em parceria com Luis Claudio Figueiredo, *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise*, propomos a ideia de *psicanálise transmatricial* em referência às matrizes que consideramos basilares do pensamento psicanalítico sobre o adoecimento psíquico: a *matriz freudo-kleiniana* (adoecimento por ativação, centrado nas defesas diante

das angústias), e uma matriz suplementar a esta primeira, a *matriz ferencziana* (adoecimentos por passivação, centrados na agonia diante de estados psíquicos mortíferos, estabelecidos a partir de traumas muito precoces). Denominamos o momento contemporâneo, o “pós-escolas”, em que vivemos, de psicanálise transmatricial, ressaltando a forma com que autores como Green, Ogden, Ferro, Bollas, Alvarez, Roussillon e muitos outros buscaram articular, em suas propostas teóricas e clínicas, aspectos das duas matrizes e de seus diferentes modelos. A passagem do período das grandes escolas pós-freudianas (kleiniana, lacaniana e psicologia do ego) para o transmatricial é pensada como tendo sido viabilizada por um representante de cada uma das matrizes, no caso, Bion e Winnicott. Os dois autores são considerados fundamentais, de diferentes formas, para os principais autores transmatriciais.⁴

A seguir, de forma necessariamente resumida, apresentarei algumas dessas formulações contemporâneas, transmatriciais, em que mudanças técnicas e de enquadre são discutidas também em termos éticos.

THOMAS OGDEN E *ON TALKING-AS-DREAMING*

A principal contribuição do psicanalista norte-americano Thomas Ogden para a psicanálise contemporânea é sem dúvida a noção do *terceiro sujeito analítico*, concepção clínico-teórica que explicita a dimensão dialética do campo psicanalítico, formado pelas subjetividades de analisando e analista e pela relação intersubjetiva da dupla. O *terceiro* tanto precede e viabiliza as condições subjetivas na situação analítica como é o resultado do processo analítico construído pelas duas subjetividades.⁵ No contexto de uma visão psicanalítica pensada a partir do terceiro sujeito analítico, Ogden publica em 2007 o artigo “On talking-as-dreaming” (algo como “Sobre o falar-como-se-estivesse-sonhando”) no *International Journal of Psychoanalysis* (publicado uma segunda vez no livro *Rediscovering psychoanalysis*, de 2009). Ele abre o texto com a explicitação de um modo de conceber a experiência analítica que demarcará sua posição de forma explícita:

Eu tomo como fundamental para a compreensão da psicanálise a ideia de que o analista precisa inventar a psicanálise de novo com cada paciente. Isto é atingido em grande medida por meio de um experimento sempre em andamento, no contexto dos termos de uma situação psicanalítica, na qual analista e paciente criam formas de conversar um com o outro que são singulares a cada par analítico em um dado momento da análise (OGDEN, 2007, p. 575).

Na ideia da criação de formas de conversar está pressuposto que muitos pacientes são incapazes de se engajar em um sonho acordado no *setting* analítico, seja na forma de associações livres, seja em qualquer outra forma. Em função disso, ele passou a reconhecer e a propor modos de trabalho, de conversa, que à primeira vista:

[...] podem parecer não analíticas porque paciente e analista conversam sobre coisas como livros, poemas, filmes, regras gramaticais, etimologia, a velocidade da luz, o gosto de um chocolate, e assim por diante (OGDEN, 2007, p. 576).

Apesar das aparências, diz ele, “tenho tido como experiência que este

tipo de conversa não analítica permite ao paciente e ao analista, que eram incapazes de sonharem juntos, serem capazes de fazê-lo” (OGDEN, 2007, p. 576).

Ogden chama esta forma de conversa de falar-como-se-estivesse-sonhando. Semelhante à associação livre (e diferentemente das conversas comuns), o falar-como-se-estivesse-sonhando inclui o pensamento do processo primário no conjunto do que é comunicado. Para Ogden, quando uma análise é um “*going concern*”, como pensado por Winnicott (“um reconhecimento em marcha” – refere-se à fase de vida do bebê que Winnicott considera como uma fase depressiva em que o bebê já tem alguma noção do mal que pode fazer à mãe e que inclui uma capacidade inicial de diferenciação eu-outro, embora ainda não de forma plena; já há um espaço potencial), paciente e analista são capazes de se engajar em um processo de sonhar, individualmente ou em dupla.

Ainda para o autor:

A área de sobreposição do sonhar do paciente e do sonhar do analista é o lugar em que a análise ocorre. O sonhar do paciente, sob estas circunstâncias, manifesta-se sob a forma da associação livre (ou em análises com crianças, na forma do jogar); o sonhar acordado do analista em geral toma a forma da experiência de *reverie*. Quando um paciente é incapaz de sonhar, esta dificuldade torna-se o aspecto mais difícil da análise (OGDEN, 2007, p. 576).

Ogden entende que o “sonhar é a mais importante função mental, em termos psicanalíticos: onde há o ‘trabalho do sonho’ inconsciente há também ‘trabalho de compreensão’ inconsciente” (OGDEN, 2007, p. 576).

Vale lembrar que Ogden, em seus textos, quase invariavelmente apresenta vinhetas clínicas que explicitam o seu modo de trabalho. São vinhetas que se referem a analisandos que fazem uma análise de alta frequência (quatro a cinco sessões semanais) e, em geral, por um período de muitos anos. Isso faz com que uma variação técnica como o falar-como-se-estivesse-sonhando precise ser compreendida como resultado de uma longa sedimentação de experiências com o analisando e não como um ato impulsivo do analista diante de uma primeira resistência persistente do analisando.

Deve ser reconhecida aqui, também, a base teórica para este trabalho, ou seja, as ideias de Bion, que vieram a determinar uma radical transformação na concepção psicanalítica sobre o sonhar e sobre a incapacidade de sonhar. Como se sabe, assim como Winnicott modificou o foco da teoria e da prática psicanalítica do jogo (como representação simbólica do mundo interno da criança) para a experiência do jogar, Bion mudou o foco do conteúdo simbólico do pensamento para o processo do pensar e do significado simbólico dos sonhos para o processo do sonhar (OGDEN, 2010).

A partir dessas noções, Ogden dá a sua própria visão (definição) do que para ele é a psicanálise enquanto um processo terapêutico:

Eu vejo a psicanálise como uma experiência na qual o paciente e o analista se engajam em um experimento no interior do enquadramento (*frame*) analítico que é desenhado para criar as condições nas quais o analisando (com a participação do analista) pode ser capaz de sonhar o que até então eram experiências emocionais não sonháveis (seus sonhos não sonhados). Eu vejo o “falar-como-se-estivesse-sonhando” como uma improvisação na

forma de uma conversa sem uma estruturação rígida (podendo se tratar virtualmente de qualquer assunto) na qual o analista participa na capacitação do paciente para sonhar seus sonhos ainda não sonhados. Ao assim proceder, o analista facilita com que o paciente possa, mais plenamente, se sonhar (OGDEN, 2007, p. 577).

Ele insiste que isto é bem diferente de uma situação em que o analista sonha pelo paciente (ou faz pelo paciente o trabalho de sonhar) o que o paciente não é ainda capaz de sonhar. Insiste também que para que essa forma de trabalho possa de fato se dar, há que se ser ainda mais rígido (e não menos) com relação ao enquadramento analítico. A diferença essencial entre os papéis do analista e do paciente precisa se manter como uma sólida presença durante o tratamento, já que de outra forma o paciente seria privado do analista e da relação analítica de que necessita. Portanto, a contextualização dessas ideias de Ogden permite afirmar que a técnica pode, quando necessário, ganhar em elasticidade, sem que com isso o enquadre perca em rigor, ou até mais, precise ser ainda mais rigoroso.

Considero essas últimas observações de Ogden fundamentais para uma compreensão ética de sua forma de trabalho. O reconhecimento da necessária assimetria psicanalítica, assim como a indicação segura de que o trabalho de apropriação psíquica a ser realizado pelo paciente não tem como ser substituído por qualquer ação ou pensamento do analista, implica um modo de compreensão da situação analítica em que a plena abertura à radical alteridade do paciente e ao seu ritmo próprio de experiência e de mudança parece bastante garantido.

ROUSSILLON, O MEIO MALEÁVEL E A CONVERSAÇÃO PSICANALÍTICA

O psicanalista francês René Roussillon é, entre os autores contemporâneos, um dos que mais têm dado atenção às necessárias variações da técnica e do enquadre analíticos. Em seu trabalho institucional na área dos cuidados com a saúde mental na cidade francesa de Lyon e em sua clínica privada com casos difíceis, ele pôde avançar na exploração de modalidades técnicas e de enquadre derivadas do pensamento e da clínica do grupo independente britânico e, principalmente, da influência winnicottiana em seu percurso.

Na revalorização que Roussillon fez do uso do *meio maleável* no trabalho analítico com crianças e com pacientes graves, reencontramos as descrições da psicanalista britânica Marion Milner (1991). Para ela, um meio maleável será, simultaneamente, o solo para o trabalho de simbolização e o espelho que permite simbolizar o processo simbolizante, ferramenta fundamental no trabalho com pacientes com déficit simbólico reconhecível. Essa ideia de Milner permitirá com que Roussillon avance em sua discussão sobre a necessária compreensão de uma alteração de enquadre e técnica que favoreça um maior desenvolvimento simbólico e sua posterior apropriação subjetiva pelo paciente. Para Milner, esta mudança técnica no trabalho clínico se impõe na medida em que o meio se mostra capaz de materializar características específicas e nuances da forma, como se dá o processo de simbolização, de modo a permitir que estas sejam reconhecidas e representadas em seu próprio curso. Roussillon (2006) indica que começou a reconhecer situações clínicas que pressupunham o enquadre como meio maleável. Em consonância com as ideias de Marion Milner, ele identificou as características fundamentais que o ambiente precisa ter para

desempenhar a função de meio maleável. Segundo esta concepção, o meio maleável possui cinco propriedades fundamentais.

A primeira propriedade é a de ser indestrutível. Roussillon entende que esta propriedade está ligada às formulações de Winnicott sobre a utilização do objeto. Como se sabe, para Winnicott, o objeto deve poder ser destruído e transformado, mas sempre sobreviver aos ataques sofridos. A maleabilidade do objeto revela seu potencial indefinido de transformação, realizando seu destino analítico de simbolizar a função simbolizante. Neste sentido, a massa de modelar, o ar e a água não são destrutíveis. Em função de sua maleabilidade, o meio transforma as quantidades materiais em qualidades simbólicas perceptíveis.

A segunda propriedade refere-se à sensibilidade do meio. Uma vez que a destrutibilidade pode ser usada indefinidamente, com a vantagem de não gerar efetivamente destruições, o meio deve também possuir a capacidade de ser sensível, ou seja, deve poder variar quantitativamente segundo as ações exercidas sobre ele.

A terceira propriedade é derivada das duas primeiras características já descritas. Trata-se de uma capacidade indefinida de transformação. Como afirma Roussillon,

[...] se o meio maleável deve ser ao mesmo tempo indestrutível e extremamente sensível, é que ele deve poder ser indefinidamente transformável permanecendo ele mesmo: eis aí um outro paradoxo (ROUSSILLON, 2006, p. 164).

A quarta propriedade refere-se à disponibilidade incondicional do meio maleável para ser usado. No contexto clínico, esta disponibilidade permite com que o que não aparece para o paciente como disponível incondicionalmente no meio humano ganhe alguma forma de presença pela “oferta” de disponibilidade incondicional do meio maleável à sua disposição (um bloco de massinha de modelar, por exemplo, sempre oferecido e à disposição para ser “usado”).

A quinta e derradeira propriedade a ser destacada é o caráter vivo do meio maleável, mesmo que os objetos usados para esse fim sejam substâncias inanimadas. Ou seja, o paciente deve considerar o objeto como algo animado e isso só se operacionaliza por meio da forma como o analista o apresenta e o utiliza no processo terapêutico.

A hipótese geral formulada por Roussillon a partir das cinco propriedades descritas é que o meio maleável deve ocupar o lugar de um objeto transicional do processo progressivo de simbolização ou de representação. A temática que envolve os processos descritos por Roussillon como simbolização primária e secundária e sua relação com a noção freudiana da representação é ampla e complexa e pediria um outro artigo dedicado apenas a ela. Para o uso que faço aqui desta proposta de Roussillon, basta lembrar o papel dado por Winnicott ao “objeto externo” (objeto objetivo) na formação dos “objetos internos” (objetos subjetivos). Trata-se de um dos famosos paradoxos winnicottianos, plenamente acompanhados por Roussillon: o objeto subjetivo é o primeiro, inaugural, mas para que ele exista é necessário que antes haja um objeto objetivo. Ou seja, neste sentido, o trabalho representacional não precisaria da presença de um objeto externo que operasse as funções de um meio maleável. Entretanto, para que essa possibilidade exista e para que possa ser apropriada psicologicamente pelo paciente, é imprescindível a presença de formas externas perceptíveis daquilo que se representa. Com isso, podemos concluir esta resumida apresentação do

ARTIGO

uso do meio maleável reafirmando que a sua definição como um objeto transicional do processo de representação deve ser compreendida como o veículo imprescindível para a apropriação de meios simbólicos mais elaborados, favoráveis a uma posterior apropriação subjetiva desse processo, finalidade maior de uma análise. Para Roussillon, o meio maleável pode ser simultaneamente uma técnica em que massinha de modelar ou água são introduzidas no enquadre (como um modo de pensar o uso do enquadre e sobre o que é depositado sobre o enquadre pelo analisando) e um modo de o analista pensar e interpretar certos usos do objeto por parte do analisando, seja em relato de sonhos, seja de experiências vividas. Assim, a criação e a utilização dessas modalidades técnicas e de enquadre, a meu ver, ampliam possibilidades éticas de abertura às dificuldades simbólicas próprias de diferentes pacientes, sem gerar perniciosos modelos educativos e adaptativos que enfraqueceriam a potência transferencial e interpretativa, em meio a um processo analítico.

Vejam agora a introdução da noção de “conversação psicanalítica” proposta por Roussillon em 2005. Ao comentar que a evolução do trabalho dos psicanalistas implicou, ao lado de novas formulações teóricas, novas formas de se conceber os dispositivos clínicos, ele sugere que a diversidade do “trabalho psicanalítico” ampliou conseqüentemente a novos dispositivos a prática até então centrada em um único dispositivo, o dispositivo poltrona/divã. Para ele, são as necessidades da análise que decidem qual deverá ser o dispositivo, sem que isso implique que o analista varie a sua disposição de escuta e sua ética. Trata-se sempre de favorecer as sucessivas formas de simbolização e de apropriação subjetiva. O tratamento é o lugar da vinculação e da perlaboração de aspectos subjetivos transferidos para dentro do encontro analítico. Mas, ao mesmo tempo, ele considera que:

Mesmo quando analistas e pacientes estão frente a frente ou lado a lado, o dispositivo fundamental da análise (poltrona-divã) está presente (simbolicamente) na situação analítica [...] e isso me parece absolutamente essencial no processo (ROUSSILLON, 2005, p. 369).

É o que ele denomina de uma análise “sob medida” para cada paciente.

Para exemplificar, Roussillon destaca dois “tipos” de situações clínicas e “demandas” que o levaram a propor a expressão “conversação psicanalítica” para tentar entender melhor o tipo de trabalho psicanalítico que era levado a realizar diante das necessidades do processo de simbolização nestes trabalhos clínicos.

Ele argumenta que:

[...] o primeiro tipo de situação diz respeito a pedidos de reanálise. Na maioria das vezes, é sobre tópicos não digeridos na primeira. A peculiaridade dessas exigências reside no fato de que os analisandos solicitarem expressamente que o trabalho não se realize no divã. [...] Quando nos perguntamos e tentamos cavar mais fundo por que eles preferem essa posição à do divã, nós não conseguimos muito mais dados, mesmo quando os pacientes são também analistas... No máximo, é frequentemente encontrado que no final da análise anterior ficou a impressão de que ela não poderia ir muito mais longe. [...] um processo sem fim que estava começando a ser experimentado, como “girar em círculos” (ROUSSILLON, 2005, p. 369-370).

O segundo tipo de demanda, sugere Roussillon, é de natureza muito diferente.

São pacientes, a maioria mulheres na minha experiência, que têm um sucesso social significativo e uma recusa, não menos importante, da dependência. São inteligentes, até mesmo muito inteligentes, o que podemos dizer, mesmo se o significado desta expressão nunca é muito simples ou muito claro, que são “dotados” para análise, e que têm uma certa sensibilidade para as relações humanas (ROUSSILLON, 2005, p. 370).

Segundo Roussillon, são “líderes”, personalidades “fortes” que, muitas vezes, conquistaram sua admiração no andamento da análise. Ele destaca uma paciente, que ele denominou *Ladie*, para exemplificar pacientes que esperam que o analista se comprometa com pelo menos uma palavra ou interpretação. São pacientes que não desejam reassuramentos, não querem uma psicoterapia de “apoio”, eles querem uma “análise”, mas face a face e sob a forma de uma “conversa” sobre suas dificuldades ou coisas essenciais de sua vida. É o que Roussillon passou a chamar de um trabalho de *conversação psicanalítica*. E afirma:

Porque, não se enganem, se o estilo da sessão será o da conversa, em que todos falam, um de cada vez, mesmo que um, o analisando, fale infinitamente mais do que o analista, o trabalho permanece *psicanalítico*, na medida em que as intervenções do analista, mesmo que não se apresentem formalmente como uma interpretação, sempre têm um valor interpretativo e sempre consideram o estado da transferência (ROUSSILLON, 2005, p. 370-371).

Como se pôde notar, no caso da reintrodução por Roussillon do meio maleável, trata-se prioritariamente da inclusão de uma “nova” técnica e de uma nova forma de se conceber o enquadre. Já na “conversação psicanalítica”, aparece a mudança de enquadre, mas como ele indica, mais como uma mudança de dispositivo do que como uma mudança de “trabalho”, que continua plenamente psicanalítico, ou seja, que leva em consideração o estado da transferência e mantém no horizonte o valor interpretativo presente na “conversação”.

Tendo a considerar essas contribuições de Roussillon como excelentes exemplos de variações técnicas e de enquadre que articulam de forma ética aspectos da tradição psicanalítica com inovações necessárias, impostas pela ampliação do escopo de pacientes e quadros atendidos. Mais do que rupturas ou formas inovadoras de se pensar a técnica e o enquadre analíticos, o que se reconhece no trabalho de Roussillon é a articulação de um pensamento metapsicológico de origem freudiana aliado às inovações winnicottianas na direção de uma psicanálise transmatricial.

Passemos agora às contribuições do psicanalista italiano Giuseppe Civitarese e à sua forma singular de uso das diversas contribuições de muitos autores da história da psicanálise para a construção de um pensamento original.

CIVITARESE E A REVERIE SOMÁTICA

Influenciado simultaneamente pela obra de Bion, pela teorização do casal Baranger e pelas filosofias de Heidegger e Merleau-Ponty, Civitarese vem construindo uma paisagem clínico-teórica de grande relevância no cenário da

psicanálise contemporânea. Deve-se ressaltar que Ogden e Roussillon estão entre seus interlocutores constantes. Entre outras de suas importantes contribuições, destaco a noção de *reverie somática*, que explicita sua visão sobre o papel das fronteiras corpóreas do par analítico.⁶

Civitarese sustenta que as fronteiras entre o eu e o outro muitas vezes estão borradas não só no atendimento a pacientes-limite, mas, até certo ponto, em todos os pacientes. Isso se levamos em conta a presença dos núcleos psicóticos ou “núcleos viscosos de identidade”, que Civitarese empresta de Bleger, bem como a hipótese de um *patamar sensorial* do ego (*ego’s “sensory floor”*), que ele resgata de Ogden. (CIVITARESE, 2010). A importância desses níveis indiscriminados de comunicação faz ressoar a condição deste patamar sensorial do ego (ego corporal) de funcionar como uma matriz geradora de protossentidos no início da vida mental, caracterizada pela indiferenciação eu/não eu.

Civitarese pensa as rupturas do enquadre em uma análise como resultantes de crises do campo intersubjetivo próprio de cada tratamento, que por sua vez é também um campo corpóreo, semiótico, somático e sensorial. O corpo do analista é um lugar neste campo, e é ali que se registram/atua tais perturbações. Partindo de Bion e de suas transformações em alucinação, Civitarese propõe as violações ao enquadre, as *atuações* do analista, como equivalentes às transformações em alucinação no corpo, compreendendo-as todas como portadoras de sentido, mesmo que implícito. Ele as compreende como *sonhos somáticos* ou *reveries somáticas*, que conferem sentido e significado às rupturas do enquadre e dão ao corpo e à presença corporal do analista um estatuto diferente. É por esse motivo que Civitarese questiona o conceito de *enactment*⁷, substituindo-o por *reverie somática*. A *reverie* ou o sonhar emanam do inconsciente, que por sua vez busca integrar o psíquico e o somático, visto que são as emoções e as ideias que dão sentido à nossa existência, e não apenas as representações (ou ideias).

O campo analítico em que estão imersos os dois sujeitos da dupla analítica é compreendido por Civitarese como um campo de comunicação intercorporal. Na situação analítica, seria a partir da indiscriminação entre dois psiquismos e dois corpos, o do analista e o do paciente, que a diferenciação pode aos poucos se instalar. Indo além, ele afirma que é este “campo simbiótico” que funciona como “a base (*background*) de continuidade que permite a aceitação da diferença” (CIVITARESE, 2016, p. 40), e que “a terapia consiste em um processo gradual de des-simbiotização ou redução dos núcleos aglutinados” (CIVITARESE, 2010, p. 26). Este caminho do protossimbólico ao simbólico é em si gerador de sentido por estar banhado pela linguagem humana, seja na relação mãe-bebê, seja na relação analítica.

A corporeidade do campo:

[...] ou, mais precisamente, o campo corpóreo, é a área da comunicação intercorpórea que estabelece um corpo pensante de duas pessoas, um corpo único – porque o corpo nunca é apenas material e, na medida em que sempre esteve imerso na sociabilidade humana e sempre foi afetado pela linguagem, é também o local da produção de sentido (CIVITARESE, 2016, p. 48).

Neste “campo corpóreo” da sessão, as ações (*agieren*) são consideradas portadoras e produtoras de significado, uma vez que estão embebidas no universo semântico. E elas contêm, também, potencial interpretativo no contexto analítico.

Civitarese apresenta em seus textos um conjunto de vinhetas clínicas que apresentam com boa clareza sua compreensão da situação analítica. Em uma delas, relata que encerrou a sessão de uma paciente 10 minutos antes do final, preocupado que estava com o horário da paciente seguinte, somente percebendo o seu engano após ela ter saído da sala. Ele pensou que se comportara “mal”, justamente quando eles vinham conversando há certo tempo sobre como a paciente era “boazinha demais”. Trata-se, de fato, de um dia na semana em que seus horários são diferentes, mas para além deste fato, ele se põe a pensar no sentido que seu ato ganha no contexto analítico. O psicanalista italiano nos revela como repetiu este erro duas ou três vezes, sentindo-se muito envergonhado, mas o efeito de seu ato foi que a braveza da paciente fez-se ouvir, virando um assunto entre os dois. Ao sobrepor as duas pacientes em um “cruzamento quiasmático” (*chiastic crossing*), Civitarese pôde vê-las sob uma nova perspectiva, a segunda tornando-se “um personagem do campo analítico da primeira” (CIVITARESE, 2016, p. 44). Ele considera que, talvez, ao ter atropelado a sessão desta paciente em função do horário da seguinte, esta sim uma “garota má”, acabou por provocar e, pôde ouvir, a maldade da primeira. Trata-se de um tipo de agressividade por parte da paciente que era de algum modo percebido pelo analista, mas que nunca vinha à tona a ponto de ser reconhecido plenamente. Com a violação do enquadre, o ambiente da análise, antes tedioso e estéril, tornou-se engajado e produtivo. O analista entendeu que o conluio que prendia a dupla no clima dócil fora rompido, dando palavra e representação à raiva inconsciente da paciente; raiva de um objeto interno controlador e intrusivo (ou, alternativamente, ausente e indiferente).

Civitarese indica também como esse tipo de ruptura acidental do enquadre pode ser extremamente útil, partindo do pressuposto de que é o lugar em que o vínculo simbiótico se estabelece. Dessa forma, a quebra do enquadre pode possibilitar a emergência dos “aspectos psicóticos/regressivos/primitivos da personalidade depositados no enquadre e em seu ritmo repetitivo” (CIVITARESE, 2010, p. 48). Retoma, assim, as ideias de Bleger e sua consideração de que o enquadre recebe a projeção dos aspectos mais primitivos do psiquismo. Civitarese ainda acrescenta que por isso mesmo o enquadre, ao ser rompido, permitirá com que *disritmias psíquicas* ainda mais primitivas possam ganhar representação. Sendo atuada (*enacted*), “a ‘extrasístole’ produzida no ritmo do enquadre pelas sessões encurtadas pode ser entendida como a manifestação sensorial de um evento traumático entranhado no inconsciente inacessível” (CIVITARESE, 2010, p. 44).

Em outra vinheta clínica, Civitarese relata o atendimento de um menino de 11 anos que havia sido adotado quando era bem pequeno. A própria criança pediu para conversar com um médico, pois se arranhava e se cortava, tamanha a angústia que sentia pela ideia obsessiva de encontrar com sua mãe “real” na rua. O garoto sabia ser um filho adotivo e o início da análise lhe conferiu um alívio imediato. O paciente era sempre pontual. Ao final da sessão ele se levantava, juntamente com seu analista, e juntos iam à janela ver se já havia alguém esperando por ele. Ele comenta que os pais não tocavam a campainha para não incomodar.

O uso que Civitarese fará dessa interação sublinha a simplicidade e ao mesmo tempo o grau profundo de comunicação e compreensão que ela contém. Ir à janela junto com seu paciente, que em algum nível duvida que alguém virá buscá-lo e se questiona se irão lembrar dele, “é um gesto que se apresenta como um tipo de entendimento em ação (*understanding in action*) de um ele-

ARTIGO

mento essencial na vida emocional do campo analítico” (CIVITARESE, 2016, p. 46). A ação do analista testemunha e acolhe as angústias da pequena ruptura presente no momento de deixar e buscar da criança. Para o analista, ao se levantar e olhar para fora com o garoto, era como se seu espírito seguisse acompanhando-o pelas ruas à procura do olhar de sua mãe, em que eventualmente ele pudesse ler o porquê de seu sofrimento.

Vale acompanhar um pouco mais a teorização que Civitarese (2016) nos propõe sobre estas situações clínicas:

Mas o que o corpo pensa? Em todo o seu ser e a todo momento pensa ou transforma a emoção primária que nasce da fricção com a realidade. Qual é a razão, portanto, de excluir a ação da análise, relegando-a à categoria de *enactment*? Falando claramente, isso não faria sentido, mas segue o princípio econômico ou a ideia de simplificar a observação e a experiência do campo. As metáforas através das quais o corpo conhece a realidade são muito mais opacas do que as metáforas linguísticas, pelo menos semanticamente falando. Elas não são desprovidas de significado, mas são mais complexas (CIVITARESE, 2016, p. 51-52).

Compartilho com Civitarese a ideia de que, nas formas de comunicação mais agidas e primitivas em uma análise, trata-se antes de um campo intercorpóreo, como ele prefere denominar (ou co-corpóreo, como prefiro chamar⁸), do que de duas subjetividades constituídas que se relacionam por meio de ações. As rupturas acidentais de enquadre e da técnica aparecem aqui em um cenário que privilegia o campo analítico, intersubjetivo, em suas dimensões regressivas e sensoriais, que favorecem o contato com processos traumáticos, até então inacessíveis. E talvez neste ponto resida uma das formas de pensarmos o caráter ético dessas intervenções. Mais do que ações que devem gerar ou produzir algo nos analisandos, a ação do analista revela o que emerge de um campo, de um campo intercorpóreo, que favorece o aparecimento de elementos ainda não simbolizados da experiência do analisando e permitem algum acesso ao que foi vivido de forma indiscriminada em experiências não simbolizadas. Com isso, quero indicar uma vez mais que faz toda a diferença o analista saber que, quando favorece rupturas de enquadre, acompanha um movimento necessário do analisando em direção à criação de formas de simbolização de experiências vividas, mas ainda não reconhecidas e representadas. De outro modo, as ações seriam meros impulsos agidos do analista, com a simples “torcida” de que possam produzir efeitos e mudanças analíticas. Saber o que faz e por que faz não é sinônimo de o analista *sempre* saber, de forma antecipada e consciente, por que falou ou fez algo, mas sim de procurar acompanhar os movimentos compartilhados de uma análise na rede de sentidos construídos na história do atendimento e incluí-los na compreensão mais ampla de um conjunto de ideias e teorias que sustentam a prática de um determinado analista. Tudo isso sempre tendo como horizonte ético a plena abertura para a radical alteridade que é o analisando, ou seja, cuidando para que o analista não imponha quem ele é, desejando assim construir um analisando à sua imagem e semelhança.

OS ANALISTAS RELACIONAIS E SEUS PEQUENOS MILAGRES

Vou me aproximar do final deste artigo com alguns comentários mais críticos sobre o trabalho dos psicanalistas relacionais⁹, em que as questões éticas, tal como definidas no início, parecem correr maior risco, ou seja, em que

a presença e as atuações e o narcisismo do analista podem invadir o campo e levar menos em conta o reconhecimento da alteridade radical dos analisandos.

Trata-se de cotejar o que foi exposto até agora em termos das variações técnicas e de enquadre com as principais rupturas clínicas propostas pelos psicanalistas relacionais, ou seja, a valorização do *enactment* e do *self disclosure* (autorrevelação do analista).

Vou centrar essa apresentação dos princípios técnicos dos relacionais na análise que Jay Greenberg (2001)¹⁰ faz dos “pequenos milagres clínicos”, que é como ele denominou as ações típicas relatadas por estes analistas para enfrentar impasses transferenciais crônicos e nos riscos presentes neste modo de trabalho. Vale destacar que Greenberg, principalmente depois da prematura morte de Mitchell em 2000 – aos 54 anos – e da criação de uma instituição internacional de psicanálise relacional (a IARPP), colocou-se em uma posição cada vez mais crítica e não se considera hoje um psicanalista relacional, questionando a própria existência de uma “psicanálise relacional”. Para ele, o pensamento relacional é uma das formas de se pensar a psicanálise e não deveria ter se tornado uma nova escola de psicanálise. Ao mesmo tempo, vale também ressaltar que muitos analistas hoje filiados à IPA (lócus institucional dos três autores apresentados anteriormente) se dizem relacionais. Enfim... Idas, vindas e voltas no campo da psicanálise contemporânea.

Greenberg (2001, p. 361-363)¹¹ descreve uma visão teórica emergente entre os relacionais sobre a natureza da situação psicanalítica e da participação do analista em uma análise. Aponta quatro principais premissas que seriam, em grande parte, aceitas por todos os analistas relacionais:

1. Muito mais do que os primeiros teóricos poderiam se dar conta, o analista influencia a experiência do analisando de várias maneiras. Muito do que o paciente pensa e sente é sensível ao que o analista faz e até a quem ele é. Tudo o que o analista diz (e muito do que não é dito) afetar profundamente o paciente. Isso tem muito a ver com a visão relacional sobre a autoridade do analista, que é tomada como mais poderosa do que se imaginava anteriormente. A ideia inicial de Freud (2018) de que interpretações incorretas simplesmente seriam ignoradas pelo analisando é amplamente rejeitada. Sugestão e influência pessoal, que uma vez já foram desprezadas como material de psicoterapias pouco ou nada psicanalíticas, tornaram-se tanto a nova moeda do reino psicanalítico como uma área nobre de investigação.

2. Apesar de seu poder de afetar tudo o que acontece em um análise, o impacto do comportamento do analista nunca pode ser entendido no momento em que ocorre. Em termos contemporâneos, o *enactment* é onipresente. Grande parte do trabalho em toda análise é entender, depois do fato, o que aconteceu.

3. Na sequência deste segundo ponto, e contra Freud e seus seguidores, não há postura técnica que o analista possa adotar que garanta a criação de uma atmosfera previsível na análise. Neutralidade e abstinência, pilares da técnica clássica, são míticas e, portanto, conceitos vazios. Posturas mais contemporâneas, como empatia, são igualmente míticas. Uma análise eficaz pode ser conduzida somente aos trancos e barrancos, como resultado de negociações dentro de cada dupla. O objetivo dessas negociações é encontrar uma maneira de trabalhar, única para a dupla, que irá atender a ambos os participantes.

4. Opiniões divergem entre analistas relacionais sobre até que ponto o paciente traz algo – um inconsciente – que pode ser descoberto e conheci-

do, ou se todos os significados são construídos pela dupla analista/analizando. Mas, independentemente de onde o teórico está nesse ponto, existe um amplo consenso de que a objetividade é um mito – para alguns analistas relacionais, porque não há nada sobre o que ser objetivo; para os outros, porque a memória e o desejo do analista nunca podem ser evitados ou barrados. Nossa contra-transferência é o ar que nossos pacientes respiram.

Aqui temos um primeiro conjunto de ideias que, por si só, recolocam em outros termos muitos dos paradigmas técnicos com os quais a psicanálise se construiu nos últimos cem anos. Tendo a concordar com as críticas de Ferro e Civitarese (2013, p. 647-648) quando sugerem que os analistas relacionais e interpessoais se apoiam no:

[...] princípio da verdade consensual, na ideia da subjetividade não eliminável do analista e da influência mútua, contínua e não consciente entre analista e paciente, que, no entanto, é sempre vista como vinculada a uma realidade externa subjacente, considerada como dialeticamente correlacionada com sua contraparte interna.

São mudanças e concepções talvez não muito distantes das que em outros tempos causaram a expulsão de alguns psicanalistas do meio psicanalítico e os tornaram historicamente reconhecidos como não psicanalistas. Mas nosso cenário contemporâneo é diferente e a nós vale interrogar se nessas mudanças técnicas e de enquadre há ou não diferença em relação às já apresentadas (Ogden, Roussillon e Civitarese).

Voltemos a Greenberg (2001, p. 363-368):

Com isso em mente, considere alguns dados clínicos importantes e frequentemente citados em vinhetas relatadas na literatura relacional: Samuel Gerson admite para uma paciente que mentiu para ela, então pede sua colaboração na compreensão de suas razões para fazê-lo; Jodie Davies confessa seus sentimentos eróticos por seu paciente; Emmanuel Ghent reconhece que seu paciente está com frio e lhe traz um cobertor; John Frederickson coloca seu rosto na frente de seu paciente e grita “Cale-se!” Eu mesmo contribuí para essa tendência, escrevendo sobre *self disclosures* (autorrevelações) e sobre trazer algumas de minhas próprias preferências pessoais extraclínicas em conversas com supervisionandos sobre a técnica [...]

As raízes [...] de muitos princípios fundamentais da psicanálise relacional podem ser rastreados até os pontos de vista de Sandor Ferenczi. O analista, Ferenczi argumentou, dá ao paciente mais do que uma visão sobre o funcionamento de seu inconsciente.

Ciente disso ou não, o analista invariavelmente e, inevitavelmente também o paciente, enfrentam um novo e crucial tipo de experiência relacional. Esta poderosa experiência faz mais do que dar profundidade e significado para os insights que emergem da exploração psicanalítica. Ainda mais porque o analista gratifica uma ampla gama de necessidades e desejos, a experiência motiva o paciente a entrar e a permanecer em tratamento.

Deixo por aqui o relato de Greenberg. As opções teórico-clínicas dos relacionais, como apresentadas por Greenberg, indicam uma valorização evidente da espontaneidade que deve prevalecer na análise para que o acontecimento clínico irrompa. Disto derivam o princípio de uma verdade consensual e uma hipervalorização da influência mútua dos participantes do campo analítico, gerando uma forma simétrica (ou pouco assimétrica) de relação. Se retomarmos as ideias de Green (1975, p. 73), apresentadas no início, veremos que se é verdade que na psicanálise contemporânea o analista interroga cada vez mais suas próprias reações diante do que o analisando comunica e produz no campo analítico, também é verdade que muitas vezes nós analistas tendemos a confiar em demasia nessas nossas reações. O limite para essa confiança excessiva, me parece, deve continuar a ser a capacidade de cada analista de não perder de vista o sofrimento psíquico que trouxe o analisando para a análise.

Cabe agora um último esforço reflexivo voltado para a discussão ética dessa forma relacional (mas, talvez, também extensível às outras três apresentadas anteriormente) de trabalho psicanalítico. Para isso, proponho as seguintes questões:

1. Como saber se ao gratificar uma ampla gama de necessidades e desejos do analisando, o analista também não gratificará suas próprias necessidades narcísicas, ou ainda pior, acabará por criar um espaço terapêutico permanentemente comprometido e carregado de cumplicidades inconscientes e conscientes?

2. Quanto a psicanálise ganha ou perde com essa diversidade de dispositivos e técnicas?

3. Quanto essas técnicas afrontam uma ética esperada do analista? Como reconhecer se o que é proposto tecnicamente e na forma de um novo enquadre garante o reconhecimento da alteridade do analisando e seus movimentos inconscientes, ou se apenas revela as necessidades e peculiaridades do analista?

Respostas aprofundadas a estas questões demandariam o espaço de um novo artigo. Por enquanto, espero que os leitores dialoguem com as ideias apresentadas e proponham as suas próprias respostas.

NOTAS

3. Cf. Rudnytsky, Bóky e Giampieri-Deutsch (1996); Green (1995, p. 48); e Coelho Junior (2004).

4. Cf. Figueiredo e Coelho Junior (2018) e Coelho Junior (2019).

5. Para uma apresentação aprofundada, ver Coelho Junior (2016) e Coelho Junior (2012a).

6. Algumas das ideias que seguem foram publicadas originalmente por Getlinger e Coelho Junior (2019).

7. Sem equivalente em português, o vocábulo *enactment* tem sido definido como aquilo que, na situação analítica, analista e analisando exprimem em ação. Neste sentido, opõe-se à reflexão, à elaboração e à interpretação. Este fenômeno pode ser visto como uma versão do “*acting out*” ou “*acting in*” estendida aos dois participantes, mas deve também ser considerado como meio para favorecer formas simbólicas posteriores de elaboração psíquica, portanto, presente em situações clínicas em que há pouca possibilidade de simbolização.

ARTIGO

8. Cf. Coelho Junior (2012b).
9. Refere-se ao grupo de psicanalistas que a partir do início da década de 1980, nos Estados Unidos, promoveu intenso debate crítico aos pilares da escola da Psicologia do Ego e ao modelo clássico freudiano de concepção do aparelho psíquico, propondo um modo de trabalho psicanalítico baseado no interacionismo, a partir de ideias de Ferenczi, da escola de relações de objeto britânica e da filosofia fenomenológica. Institucionalmente, possuem proximidade com os psicanalistas interpessoais (a partir do trabalho de H.S. Sullivan) e com os intersubjetivistas (R. Storolow e G. Atwood) e fundaram em 2001 a International Association for Relational Psychoanalysis and Psychotherapy (IARPP).
10. Greenberg, ao lado de Stephen Mitchell, publicou em 1983 aquele que seria o livro central para o surgimento de uma psicanálise relacional: *Relações objetivas na teoria psicanalítica*.
11. Faço aqui uma tradução, adaptação, edição e uso livre das ideias de Jay Greenberg, embora siga quase literalmente suas frases e exemplos, com intuito de apresentar o mais fidedignamente suas posições.

REFERÊNCIAS

- BLEGER, J. Psicanálise do enquadramento psicanalítico. In: _____. **Simbiose e ambiguidade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- CIVITARESE, G. **The intimate room: theory and technique off the analytic field**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2010.
- _____. **Truth and the unconscious in psychoanalysis**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2016.
- CHETRIT-VATINE, V. Primal seduction, matricial space and asymmetry in the psychoanalytic encounter. **International Journal of Psychoanalysis**, v. 85, p. 841-56, 2004.
- COELHO JUNIOR, N.E. Ferenczi e a experiência da *Einführung*. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. VII, n. 1, p. 73-85, 2004.
- _____. Thomas Ogden e a alteridade em psicanálise. **Impulso**, v. 22, n. 55, p. 59-76, 2012a.
- _____. Intersubjetividade e corporeidade: dimensões da clínica psicanalítica. In: COELHO JUNIOR, N.; SALEM, P., KLAUTAU, P. (Orgs.). **As dimensões da intersubjetividade**. São Paulo: Fapesp/Escuta, 2012b. p. 71-88.
- _____. The origins and destinies of the idea of thirdness in contemporary psychoanalysis. **International Journal of Psychoanalysis**, v. 97, n. 4, p. 1105-1127, 2016.
- _____. From Ogden to Ferenczi – the constitution of a contemporary clinical thought. **The American Journal of Psychoanalysis**, v. 79, n. 4, p. 468-483, 2019.
- FERRO, A.; CIVITARESE, G. Analysts in search of an author: Voltaire or Artemisia Gentileschi? Commentary on *Field Theory in Psychoanalysis, Part 2: Bionian Field Theory and Contemporary Interpersonal/Relational Psychoanalysis* by Donnel B. Stern. **Psychoanalytic Dialogues**, v. 23, p. 646-653, 2013.
- FIGUEIREDO, L.C.; COELHO JUNIOR, N. **Ética e técnica em psicanálise**. São Paulo: Escuta, 2000.
- _____. **Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura**. Matrizes e modelos em psicanálise. São Paulo: Blücher, 2018
- FREUD, S. Análise Terminável e Interminável. In: FREUD, S. **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras. 2018, pp. 274-326.

GETLINGER, P.; COELHO JUNIOR, N.E. Prefácio: A metapsicologia e a clínica psicanalítica: limites, impasses e horizontes. In: JUNQUEIRA, C. **Metapsicologia dos limites**. São Paulo: Blücher, 2019.

GREEN, A. **A loucura privada**. Psicanálise de casos-limite. São Paulo: Escuta, 2017.

_____. **Propédeutique**. La métapsychologie revisitée. Seyssel: Champ Vallon, 1995.

GREENBERG, J. The analyst's participation: a new look. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, v. 49, n. 2, p. 359-380, 2001.

GREENBERG, J.; MITCHELL, S. **Object relations in psychoanalytic theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

MILNER, M. O papel da ilusão na formação simbólica. In: _____. **A loucura suprimida do homem são**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

NEYRAUT, M. **Le transfert**. Paris: PUF, 1974.

OGDEN, T. On talking-as-dreaming. **International Journal of Psychoanalysis**, v. 88, p. 575-89, 2007.

_____. On three forms of thinking: magical thinking, dream thinking and transformative thinking. **The Psychoanalytic Quarterly**, v. LXXIX, n. 2, p. 317-347, 2010.

_____. **Rediscovering psychoanalysis**. Londres: Routledge, 2009.

ROUSSILLON, R. La « conversation » psychanalytique: un divan en latence. **Revue française de psychanalyse**, v. 69, n. 2, p. 365-381, 2005.

_____. **Paradoxos e situações limites da psicanálise**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

RUDNYTSKY, P.; BÓKAY, A.; GIAMPIERI-DEUTSCH, P. **Ferenczi's turn in psychoanalysis**. Nova Iorque: New York University Press, 1996.

O INCONSCIENTE FREUDIANO E A MEMÓRIA INVOLUNTÁRIA PROUSTIANA

FREUDIAN INCONSCIOUS AND PROUSTIAN INVOLUNTARY MEMORY

Marta Regina de Leão D'Agord¹

Resumo: Neste trabalho, analisamos alguns paralelos entre o conceito freudiano de inconsciente e a memória involuntária no romance *Em busca do tempo perdido* de Marcel Proust. No conceito de infinito matemático de Cantor, encontramos uma outra abordagem de leitura para descobrir novas relações entre a forma da escrita proustiana e a forma de pensar o tratamento psicanalítico. Interessa-nos também mostrar que é nosso distanciamento temporal em relação ao início do século XX que nos permite, hoje, encontrar semelhanças onde antes as diferenças é que eram predominantes.

Palavras-chave: Psicanálise. Literatura. Lembranças.

Abstract: In this work, we analyze some parallels between the Freudian concept of the unconscious and involuntary memory in Marcel Proust's novel *In search of lost time*. With Cantor's concept of mathematical infinity, we find another reading approach to discover new relationships between the form of Proustian writing and the way of thinking about psychoanalytic treatment. We are also interested in showing that it is our temporal distancing from the beginning of the 20th century that allows us, today, to find similarities where, previously, differences were predominant.

Keywords: Psychoanalysis. Literature. Remembrance.

FREUD, PROUST E MAIS UM

Em *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*, Roudinesco (2016) nos relata que Freud (1856-1939) chegou a ler Proust (1871-1922), mas que Proust não acompanhava o entusiasmo com que a psicanálise era acolhida pelo meio literário francês, em especial pelos surrealistas como Breton. Uma hipótese que faço é que como filho de médico, as pesquisas de Janet não eram desconhecidas para Proust, e algumas formas de tratamento conhecidas na época são apresentadas no seu romance *Em busca do tempo perdido* através do personagem Dr. Cottard.

A biógrafa francesa revela que em uma confidência a Marie Bonaparte, em 1926, Freud teria se mostrado decepcionado com a leitura de *No caminho de Swann*: “Não creio que a obra de Proust vá durar. E esse estilo! Ele quer sempre ir às profundezas e nunca termina suas frases” (ROUDINESCO, 2016, p. 119).

No entanto, já em 1924, o editor de Proust, Jacques Rivière (1896-1925),

¹Mestre em Filosofia.
Doutora em Psicologia.
Professora do Departamento
de Psicanálise e do
Programa de Pós-Graduação
em Psicanálise: Clínica
e Cultura do Instituto de
Psicologia (UFRGS). E-mail:
marta.dagord@ufrgs.br

percebera que “Freud e Proust exploraram de maneira paralela e dessemelhante, o sonho, o inconsciente, a memória, a sexualidade” (ROUDINESCO, 2016, p. 119).

Vamos então incluir nessa conversa um outro contemporâneo, o alemão Georg Cantor (1845-1918). O homem que corajosamente desbravou a infinidade matemática será o terceiro que nos ajudará a tecer aproximações entre as frases que nunca terminam no romance-catedral-gótica proustiano e a análise infinita freudiana. Cantor é muito conhecido por ter revolucionado a matemática com a teoria dos conjuntos. Hoje, no ensino fundamental, a teoria dos conjuntos é tema inicial, pois é considerada o alicerce da matemática. Além disso, ele criou um novo conceito matemático, o transfinito. O infinito, antes considerado vazio de sentido, era pela primeira vez abordado matematicamente. Ora, não encontramos aqui um paralelo com o inconsciente? Mostrou que era possível uma abordagem laica do infinito, do que excede nossa capacidade de representação, mas que pode ser deduzido. Em primeiro lugar, é preciso considerar a distinção entre discreto e contínuo. O discreto é a infinidade dos inteiros naturais (1, 2, 3, etc.). Já a infinidade dos números reais (Conjunto R é a reunião dos números racionais e irracionais, como Pi) é contínua como uma reta em que cada ponto corresponde a um número real. Cantor denominou de conjuntos transfinitos os conjuntos infinitos e contínuos, estabelecendo a diferença entre o infinito enumerável e o infinito contínuo. Separando o contínuo físico do contínuo matemático, o infinito pode ser pensado como limite e a continuidade como a propriedade de uma função. O infinito poderia ser matematicamente “controlado”.²

A noção de infinito aparece significativamente na obra freudiana. Se na matemática, a reta é uma imagem para pensarmos o contínuo, em psicanálise nós temos outra imagem: o umbigo do sonho. Esta foi a imagem escolhida por Freud para pensar o limite da interpretação e apareceu já em *A interpretação dos sonhos* de 1900.

Nos sonhos mais bem interpretados precisamos muitas vezes deixar um ponto no escuro, pois observamos durante a interpretação que ali começa um novelo de pensamentos oníricos que não se deixa deslindar, mas que também não forneceu outras contribuições ao conteúdo onírico. Este é o umbigo do sonho, o ponto em que ele se assenta no desconhecido (FREUD, 2012, p. 552).

Vale mencionar que Freud ainda se ocupará da problemática do finito e do infinito ao final da vida, no trabalho *Análise finita e infinita* (1996). Mas prossigamos com Proust. O romance-catedral-gótica de Proust tem como característica principal a possibilidade de continuar. Ou seja, a uma frase poderia ser acrescentada uma outra que acrescentaria detalhes sobre um sujeito, objeto ou adjetivo da frase anterior. Como adendos, observações adicionais, detalhes que foram recordados depois da primeira escrita da frase.

A comparação do romance proustiano a uma catedral gótica se deve à seguinte característica da arquitetura gótica das catedrais medievais: esse estilo arquitetônico era caracterizado tanto pela verticalidade e grandiosidade quanto pela subdivisão do espaço interior em design matemático, formado por sistemas de células de tamanhos variados justapostos em vários padrões. Essa ideia de subdivisões nos remete às frases que se tornam inacabadas ao permitirem que se acrescentem apostos, e a esses, travessões, e a esses, aberturas de parênteses.

Os biógrafos relatam que Proust escrevia nas margens dos manuscritos que já enviara ao editor. Ao receber de volta os manuscritos, na forma de pro-

ARTIGO

vas para a edição, seguia fazendo acréscimos. O que ele precisava acrescentar continuamente? Como se tratava de associações, a cada vez que relia uma frase, lhe ocorriam outras associações de ideias e acontecimentos.

Daí as frases longas, como as famosas cinquenta páginas iniciais do romance que narram o instante antes de adormecer. Há inicialmente uma cena infantil na qual a dificuldade em adormecer era vinculada à ausência da presença da mãe, ocupada que estava em atender a um convidado. Ora, esse convidado é aquele que será o tema do primeiro volume do romance de *Em busca do tempo perdido*, nomeado *Um amor de Swann*. Mas a narrativa dessas primeiras cinquenta páginas (intituladas Combray) não se limita à cena infantil, pois vem acompanhada de comparações com outros momentos da vida do narrador, diurnos e noturnos.

A publicação da série de sete volumes apenas se completou depois da morte do autor francês. Ele sofria de asma e os tratamentos de então não lhe permitiram mais anos de vida. Se permitissem, poderíamos ter hoje uma obra com mais volumes, pois cada frase poderia ter incluído outras frases, no estilo de narrativas intermediárias antes do derradeiro sétimo volume, que fechava a totalidade pelo título *O tempo redescoberto*. Esse último poderia não ser o sétimo, mas o oitavo ou nono, pois o acamado Proust poderia, em seu quarto forrado à prova de som e protegido do frio, seguir escrevendo a partir de novas ideias e lembranças que lhe ocorriam.

Lembramos ao leitor que Freud usava a expressão “ocorrência” (*Einfall*) para o que em língua portuguesa foi, inicialmente, traduzido por *associação livre*. Essa tradução dificulta a diferenciação entre memória e lembrança. A memória é objetivável, e, como certos números, obedece ao discreto, enumerável. Há áreas da psicologia e da medicina que se ocupam da mensuração da memória. Já o campo da recordação, do lembrar, encontra suas fontes na mitologia, na poesia e na filosofia que se ocupam com o tempo. O tempo como não controlável, não limitado. Podemos tentar controlar o tempo e o número. É o que propôs Cantor com os conjuntos de números transfinitos. Proust teve suas lembranças “controladas” pelo limite da vida. A psicanálise também precisa lidar com a finitude da vida, seja do analista, seja do analisando. Pois não fosse isso, seria infinita, no sentido de que cada lembrança pode remeter a uma nova recordação, e esta última, por sua vez, pode ser desdobrada naquilo que aconteceu como lembrança encobridora e aquilo que pode ter acontecido, mas foi esquecido. As lembranças são fragmentárias, não controláveis, pois irrompem repentinamente em ocasiões inesperadas, e também podem ser ditas “falsas”, nome não adequado, pois o mais próprio à psicanálise seria dizer que se trata de reconstruções de lembranças. Da memória podemos afirmar que haja falsas memórias, mas quanto às lembranças não há verdade e falsidade, mas tudo pode ser analisado e uma lembrança ultraclara pode ser fenômeno defensivo. A análise segue.

A MEMÓRIA INVOLUNTÁRIA E O INCONSCIENTE FREUDIANO

A memória involuntária de Proust e a hipótese freudiana do inconsciente têm um traço em comum: ambos os conceitos prescindem da inteligência e da vontade consciente para se fazerem presentes em nossa vida. Mas há ainda uma outra aproximação, muito mais produtiva, entre a memória proustiana e a psicanálise. A memória involuntária não é mais do que um método para uma escrita

que se pretende subjetiva, isto é, onírica, assim como a análise de sonhos tende a revelar algo esquecido ou recalcado na história do sujeito.

O umbigo do sonho é uma advertência freudiana aos psicanalistas de que não há uma explicação definitiva para determinado sonho. Assim também, aprendemos com Proust que a tarefa do sujeito que se debruça sobre suas recordações não é, em absoluto, a do reencontro com o que estava perdido, mas antes a tarefa infundável de recriação do que sentiu.

O verdadeiro artista, aos olhos de Proust, é aquele que recria a realidade a partir de suas impressões. A realidade é construída pelo sujeito, portanto, é realidade psíquica. Haveria então uma outra realidade além daquela considerada objetiva ou material. A verdadeira arte expressa a essência das coisas, e esta essência é, para Proust, subjetiva e incomunicável. A incomunicabilidade afeta o próprio sujeito, que era um no passado e é outro agora. Portanto, as impressões de outrora precisam ser traduzidas para o sujeito do presente. Proust ensina que não é possível a recuperação ou reconstituição do passado tal como foi vivenciado. O artista recria esse passado a partir de impressões, o analisante também o recria a partir de imagens, de sonhos.

Nesse ponto, Freud teria em Proust um aliado contra a opinião ingênua que acredita que as lembranças da época da infância provêm da própria infância. E quase um século depois, Freud ainda parece desequilibrar nossos ingênuos esquemas mentais quando lemos a conclusão de seu texto de 1899, *Lembranças encobridoras*: “Nossas lembranças infantis nos mostram nossos primeiros anos não como eles foram, mas tal como apareceram nos períodos posteriores em que as lembranças foram despertadas” (FREUD, 1987b, p. 287).

Para chegar a essa conclusão, também Freud precisou alterar seus esquemas, ou melhor, precisou mudar a perspectiva através da qual escutava a narrativa dos seus pacientes. Como sabemos, o objetivo de Freud ao interrogar seus pacientes em relação ao passado era o de dar sentido aos seus sintomas. Aos poucos, Freud desvendava um passado repleto de impressões e pensamentos recalcados (inconscientizados). Assim, tendo como ponto de partida de suas investigações as queixas de seus pacientes, Freud veio a descobrir que essas sensações penosas eram a cortina que encobria uma verdade. Uma verdade da qual o sujeito dizia nada saber, mas que, durante o tratamento (cura), terminava por ser revelada ao próprio sujeito.

O narrador de Proust cria imagens que são formadas pela associação de sentidos tendo como base a vizinhança entre os elementos: de um bolinho embebido em uma xícara de chá saíram as lembranças que o narrador julgara esquecidas. A escolha dessa imagem do esfarelamento mostra que seu romance abordará fragmentos reconstruídos que requerem a consideração dos sentidos, do sabor. Por sua vez, este remete a um saber que era sabido, mas esquecido. Cabe ao leitor de Proust encontrar aqui paralelos, princípios psicanalíticos do inconsciente como sabido, esquecido e eventualmente reconstruído em tratamento psicanalítico – apesar de perdurar o fragmentário, pois nunca se chega a uma totalidade, a uma reconstrução que seja a última.

Essa descoberta da potência da reconstrução fragmentária de lembranças teve um longo percurso em Freud, que vai do período em que ele acreditava no método hipnótico até a constatação de que, afinal, o que se perde no esquecimento é, na realidade, muito pouco em relação a tudo o que pode estar recalcado e aparentemente encoberto.

ASPECTOS DA GÊNESE DA TEORIA PSICANALÍTICA DO INCONSCIENTE

Em um primeiro momento, Freud desenvolveu uma teoria das neuroses com base no que acreditava serem fatos: as recordações de infância de seus pacientes. Essa teoria, apresentada nas cartas à Fliess no chamado Rascunho B com a data de 12 de fevereiro de 1893 (FREUD, 1987a, p. 275), pode ser assim resumida: quando se investiga a gênese dos sintomas histéricos sempre se chega a uma cena de sedução de uma criança por um adulto. Essa sedução, no entanto, não é compreendida pela criança. É somente na época da puberdade que, através de um evento anódino e casual, a primeira cena é evocada e agora compreendida pelo sujeito. É o efeito retroativo da significação. Pego de surpresa, o Ego não encontra, em geral, outro caminho senão a defesa patológica que provocará o aparecimento do sintoma histérico.

Nesse primeiro momento, Freud trabalhava com a noção de efeito retroativo para explicar os sintomas, pois desconhecia dois elementos que se tornariam fundamentais posteriormente: a sexualidade infantil e as fantasias. Entre abril e maio de 1897, Freud começa a investigar as fantasias enquanto formações psíquicas a partir de coisas que são ouvidas e que foram combinadas com experiências reais. As fantasias estariam no psiquismo como fachadas, obstruindo o acesso às lembranças primitivas. Mas poderiam servir justamente como caminho para chegar às cenas primitivas reais.

Parece que as lembranças se bifurcam: parte delas é posta de lado e substituída por fantasias; outra parte, mais acessível, parece conduzir diretamente aos impulsos. Será possível que, posteriormente, os impulsos também decorram de fantasias? (FREUD, 1987a, anexo à carta 64, datada de 31/05/1897).

Com a descoberta da importância das fantasias, faltava a Freud ainda um elemento para que ele pudesse afirmar que há uma realidade psíquica tão importante e decisiva para a formação de sintomas como as experiências reais. Este elemento é a tese da existência da sexualidade desde a primeira infância.³ Assim, se a sexualidade já se encontra desde a primeira infância, não é necessária a chegada da puberdade para o surgimento dos impulsos sexuais.

Passados quatro anos e meio da elaboração da teoria de que todos os neuróticos deveriam ter sido seduzidos na primeira infância, Freud lamenta-se de ter tomado como fato o que era fantasia. Ele está, na época, em pleno processo de autoanálise. Analisando seus próprios sonhos, que evocam cenas da sua infância, Freud descobre que é suficiente uma palavra ouvida pela criança para que a fantasia tenha material suficiente para construir uma suposta lembrança. É assim que, em 21 de setembro de 1897, ele escreve a Fliess lamentando-se de sua credulidade inicial. Freud não acredita mais em sua teoria da sedução, pois, ao querer aplicar a teoria em todos os casos de histeria, todos os pais, a começar pelo seu próprio, deveriam ser apontados como pervertidos. Mas a descoberta central que o levou a abandonar a teoria da sedução foi a seguinte: “no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada [investida] com o afeto” (FREUD, 1987a, p. 279-280).

A formação neurótica será então relacionada à ação dos traços psíquicos inconscientes, sejam eles fantasias, sejam lembranças reais. Aquilo que foi esquecido ganha também cada vez mais importância. Freud descobre que a

função da memória não é a de um arquivo aberto, mas que ela está sujeita a restrições por uma tendência da vontade.⁴

A pouca fidelidade das lembranças infantis ganha sentido quando Freud descobre que, na verdade, essas lembranças foram formadas posteriormente (no só-depois). A tendência à “falsificação” das lembranças não é, porém, intencional.

Freud não se apresenta como o primeiro a perceber essa tendência à “falsificação” das lembranças de infância. Para a comprovação desta tendência ele inclusive pôde contar com o testemunho de um grande poeta: J.W. Goethe (1749-1832), que afirmou no início de sua autobiografia:

Se tentamos recordar-nos do que nos aconteceu nos primeiros anos da infância, muitas vezes confundimos aquilo que ouvimos dos outros com o que realmente nos pertence e que provém daquilo que nós próprios testemunhamos (FREUD, 1992, p. 185).

Portanto, foi essa trajetória de descobertas desequilibradoras de esquemas teóricos ingênuos o que levou Freud a concluir que é temerário supor que temos mesmo alguma lembrança proveniente de nossa infância. O mais provável é que tenhamos lembranças relativas à infância. Freud reorientou a sua teoria na perspectiva do inconsciente como uma realidade psíquica. O inconsciente foi caracterizado como uma cena à parte da realidade percebida. Enquanto a consciência percebe a realidade, o inconsciente registra os traços mnêmicos dessa percepção. O que fica registrado inconscientemente está apenas aparentemente esquecido, podendo surgir no momento em que algo o despertar. E é no entrelaçamento destes dois cenários, a cena percebida e a cena que ficou registrada, que se encontra a significação dos traumas da infância. Os traumas são decisivos na vida de um sujeito não só enquanto experiência sofrida, mas também enquanto significação construída pelo próprio sujeito a partir de traços mnêmicos (traços estes que são resíduos de percepções). E assim, o que foi percebido (com olhos e ouvidos) na infância pode servir de material para a formação das lembranças de infância, assim como para a formação dos sintomas e dos sonhos.

Se Proust mostrou-se distante da elaboração psicanalítica e Freud não reconheceu na obra-prima proustiana paralelos com as lembranças enquanto reconstruções, ambos estavam juntos em um movimento que marcou o século XX, mas do qual estamos nos distanciando desde o final do século passado. O que esses dois gigantes do século XX nos legaram foi a consideração à materialidade do psiquismo, enquanto agente tanto da formação do romance quanto da formação do sintoma.

NOTAS

2. Fiz um resumo da contribuição de Cantor a partir do livro de Belna (2011, p. 129-136).

3. “O que temos diante de nós são falsificações da memória e fantasias, estas referentes ao passado e ao futuro. Conheço mais ou menos as leis segundo as quais se agrupam essas estruturas e os motivos pelos quais são mais fortes do que as lembranças verdadeiras; assim aprendi coisas novas que ajudam a caracterizar os processos do inconsciente. Ao lado destes surgem impulsos pervertidos, e quando, à medida que se torna necessário posteriormente, essas

ARTIGO

fantasias e impulsos são recalçados, aparecem as determinações superiores dos sintomas, já provenientes das lembranças, e novos motivos para manter a doença” (FREUD, 1987a, p. 278).

4. “A facilidade (em última instância, também a fidelidade) com que dada impressão é despertada na memória depende não só da constituição psíquica do indivíduo, da força da impressão quando recente, do interesse voltado para ela na ocasião, da constelação psíquica no momento atual, do interesse agora voltado para sua emergência, das ligações para as quais a impressão foi arrastada, etc., não só coisas como essas, mas também da atitude favorável ou desfavorável de um dado fator psíquico que se recusa a reproduzir qualquer coisa que possa liberar desprazer” (FREUD, 1987c, p. 264).

REFERÊNCIAS

BELNA, J.-P. **Cantor**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

FREUD, S. **A interpretação dos sonhos**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____. Análisis terminable e interminable. In: _____. **Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

_____. Extratos dos documentos dirigidos à Fliess. In: _____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud**: v. 1. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Imago, 1987a.

_____. Lembranças encobridoras. In: _____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud**: v. 3. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Imago, 1987b.

_____. O mecanismo psíquico do esquecimento. In: _____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud**: v. 3. 2. ed. rev. Rio de Janeiro; Imago, 1987c.

_____. Un recuerdo de infância en Poesia y verdade. In: _____. **Obras completas**: v. 3. Tradução: José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1992.

PROUST, M. **No caminho de Swann**. Em busca do tempo perdido: v. 1. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2006.

ROUDINESCO, E. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CONSIDERAÇÕES SOBRE *TOTEM E TABU*: ALGUMAS CORRELAÇÕES ENTRE FREUD, LÉVI-STRAUSS E LACAN¹

TOTEM AND TABOO CONSIDERATIONS: SOME CORRELATIONS BETWEEN FREUD, LÉVI-STRAUSS AND LACAN

João Fernando de Moraes Trois²

Resumo: Este ensaio procura estabelecer algumas correlações de leitura sobre o texto de Freud *Totem e tabu* (1912-13), a partir da definição de cultura defendida por Lévi-Strauss, pensada como um sistema simbólico de regras (leis) que organizam as trocas sociais, tendo na proibição do incesto sua regra constitutiva, que assegura o domínio da cultura sobre a natureza. Tal estrutura simbólica terá a função de organizar tanto as formações sociais (as relações humanas) quanto as formações do inconsciente (origem da estruturação subjetiva), abrindo a via pela qual Lacan irá elaborar sua teoria da metáfora paterna e o conceito de nome-do-pai.

Palavras-chave: Psicanálise. Cultura. Totem e Tabu. Nome-do-Pai.

¹Escrito a partir das leituras e debates entabulados no Seminário de Teoria Psicanalítica X – A Cultura na Organização Psíquica (2019/2) do Programa de Formação em Psicanálise da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, coordenado pela psicanalista Bárbara Conte.

²Psicólogo (PUCRS), Mestre em Antropologia Social e Linguística (UFRGS), Doutor e Pós-Doutor em Linguística (UFRGS, PDJ – CNPq). Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitário Metodista IPA. Psicanalista em formação (Sigmund Freud Associação Psicanalítica), Membro Associado e Participante da Comissão Científica da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, Coordenador do Grupo de Investigação “Jacques Lacan: o retorno a Freud”. E-mail: joaotrois@yahoo.com.br

Abstract: *This essay seeks to establish some reading correlations about the text of Freud Totem and taboo (1912-13), based on the definition of culture defended by Lévi-Strauss, thought of as a symbolic system of rules (laws) that organize social exchanges, having incest prohibition as its constitutive rule, which ensures the dominance of culture over nature. Such symbolic structure will have the function of organizing both social formations (human relations) and the formations of the unconscious (origin of subjective structuring), opening the way by which Lacan will elaborate his theory of paternal metaphor and the concept of name-of-the-father.*

Keywords: *Psychoanalysis. Culture. Totem and Taboo. Name-of-the-father.*

Buscaremos defender neste ensaio que o texto de Freud, *Totem e tabu* (2012), não se situa como uma teoria que buscaria uma causa sociológica do simbólico, mas nos permite circunscrever uma origem simbólica do social, no sentido de Lévi-Strauss (1982). Sendo a cultura pensada como um sistema simbólico de regras (leis) que organizam as trocas sociais, tendo na proibição do incesto sua regra constitutiva, que assegura o domínio da cultura sobre a natureza.

Este gesto inaugural da cultura se apoia num mito fundador³, tanto da cultura quanto da subjetividade, referente ao pai totêmico. Um mito cuja estrutura e função definem e integram as relações sociais de troca num sistema simbólico. Tal estrutura simbólica terá a função de organizar tanto as formações sociais (as relações humanas) quanto as formações do inconsciente (origem da

estruturação subjetiva).⁴ Tal função de ligação (do desejo à lei) será definida em Lacan (2005) pelo conceito de nome-do-pai.

Neste sentido, buscaremos estabelecer algumas correlações entre o texto de Freud e as interlocuções teóricas de Claude Lévi-Strauss e Jacques Lacan.

Passemos a *Totem e tabu*.

Freud apresenta seu ensaio em quatro partes:

1. O horror ao incesto;
2. O tabu e a ambivalência dos sentimentos;
3. Animismo, magia e onipotência dos pensamentos;
4. O retorno infantil ao totemismo.

Na primeira parte, *O horror ao incesto*, trata das relações entre o totem e a proibição do incesto. Sua intenção é estabelecer “[...] uma comparação entre a ‘psicologia dos povos naturais’, tal como ensinada pela etnografia, e a psicologia dos neuróticos, tal como foi revelada pela psicanálise [...]” (FREUD, 2012, p. 11). Diríamos que, para além de um método comparativo entre o social e o individual, Freud busca uma homologia de estrutura entre a organização da cultura e a constituição da subjetividade. A lei social que estrutura a cultura como um sistema simbólico é a mesma que estrutura o universo simbólico do sujeito e o campo das relações intersubjetivas. Como referimos na introdução.

Freud fará uma relação entre o sistema totêmico dos que chamou de “povos da natureza”, os aborígenes da Austrália, com o sistema totêmico “que interessa também ao psicanalista” em sua clínica. Abordando o totem em sua função de mediador simbólico entre a natureza e a cultura, constrói uma metáfora que indica a relação entre os dois termos sem diluí-los um no outro. Indicando com isto que o homem, em sua natureza, é um ser de cultura.

Freud destaca ainda que, para os aborígenes da Austrália, o totem é índice de um sistema simbólico complexo de parentesco.

No lugar das instituições sociais e religiosas que não têm, acha-se entre os australianos o sistema do *totemismo*. Suas tribos dividem-se em clãs ou estirpes menores, cada qual nomeado segundo seu *totem*. [...] Mas o que é o totem? Via de regra é um animal, comestível, inofensivo ou perigoso, temido, e mais raramente uma planta ou força da natureza (chuva, água), e que tem uma relação especial com todo o clã. (FREUD, 2012, p. 12).

Ao perguntar-se o que é um totem, Freud nos evidencia que sua própria definição tem o estatuto de metáfora, um operador simbólico de transformação de um elemento de natureza (animal, planta, força da natureza) em referente genealógico.

Tal sistema totêmico permite que as tribos se diferenciem umas das outras e se reconheçam por pertencerem a determinado totem que é representado por um animal ou força da natureza. “O sistema do totemismo divide as tribos em clãs, cada um dos quais denominado de acordo com seu totem” (FREUD, 2012, p. 12).

Neste sentido, podemos compreender o sistema do totemismo como um sistema de nomenclatura que atribui um nome a um clã. Assim como uma modalidade de filiação que situa um ancestral comum ao clã.

ARTIGO

O totem é, em primeiro lugar, o ancestral comum do clã, mas também seu espírito protetor e auxiliar, que lhe envia oráculos, e, mesmo quando é perigoso para outros, conhece e poupa seus filhos (FREUD, 2012, p. 12).

O totem, sendo um antepassado do grupo e seu espírito protetor, representa metaforicamente este Um pai originário, garantia simbólica de pertencimento ao grupo.

Os membros do clã, por sua vez, acham-se na obrigação, sagrada e portadora de punição automática, de não matar (destruir) seu totem e abster-se de sua carne (ou dele usufruir de outro modo) (FREUD, 2012, p. 12).

O totem não pode ser destruído pelos membros do grupo. Matá-lo corresponderia a matar sua própria origem. Sendo assim, cabe ao grupo mantê-lo e transmiti-lo por herança. “O totem é transmitido hereditariamente, por linha materna ou paterna” (FREUD, 2012, p. 12).

Tal herança funda relações de pertencimento e de obrigações ao grupo, estabelecendo suas leis de aliança tanto negativas, via proibição da endogamia, quanto positivas, via prescrição da exogamia.

A relação com o totem é o fundamento de todas as obrigações sociais para um australiano; ela se sobrepõe ao fato de pertencer a uma tribo, por um lado, e ao parentesco sanguíneo, por outro lado (FREUD, 2012, p. 12).

Quanto às características do sistema totêmico que interessam também ao psicanalista, Freud destaca o laço entre totemismo e exogamia.

Em quase toda parte em que vigora o totem há também a lei de que *membros do mesmo totem não podem ter relações sexuais entre si, ou seja, também não podem se casar* (FREUD, 2012, p. 12).

Desta forma, pode-se dizer que o sistema totêmico está governado por leis simbólicas, organizado por relações significantes que fundam uma estrutura elementar de parentesco, que visam a “substituir um sistema de relações consanguíneas, de origem biológica, por um sistema sociológico de aliança” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 76).

Tal como desenvolverá o antropólogo Claude Lévi-Strauss, trinta e seis anos depois do ensaio de Freud, em sua obra *As estruturas elementares do parentesco* (1949).

A proibição do incesto, como a exogamia, que é sua expressão social mais alargada, é uma regra de reciprocidade [...] O conteúdo da proibição não se esgota no fato mesmo da proibição, esta não é instaurada senão para garantir e fundar, direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente, uma troca (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 91).

Uma proibição que estabelece regras de reciprocidade que fundam um sistema de trocas simbólicas, organizado no circuito de três tempos lógicos: dar, receber, retribuir. Regras matrimoniais, em que circulam homens ou mulheres entre os clãs; econômicas, relativas à troca de bens; e linguísticas, em que se trocam palavras.

Após a definição do totem como organizador simbólico, Freud passa a relacioná-lo ao tabu, nas duas partes seguintes de seu ensaio, preparando o retorno ao totemismo com o qual finaliza seu texto.

Passemos, então, à segunda e à terceira parte do ensaio freudiano sobre o tabu ligado ao totem.

O TABU E A AMBIVALÊNCIA DOS SENTIMENTOS

Segundo Freud, “o tabu está ligado à ideia de algo reservado, exprime-se em proibições e restrições, essencialmente” (FREUD, 2012, p. 26).

As proibições principais do tabu são as duas leis fundamentais do totemismo:

- 1) Não matar o animal totêmico.
- 2) Evitar relações sexuais com os indivíduos do sexo oposto que sejam do mesmo totem.

Quem aborda o problema do tabu a partir da psicanálise, isto é, da investigação da parcela inconsciente na vida psíquica individual, [...] sabe de pessoas que individualmente criaram para si proibições de tabu, e que as seguem de forma tão rigorosa como os selvagens obedecem às que são comuns à sua tribo ou sociedade (FREUD, 2012, p. 34).

Freud refere-se à neurose obsessiva como uma neurose-tabu. Destacando que “a primeira e mais óbvia coincidência das proibições obsessivas (dos neuróticos) com o tabu está em que são igualmente desprovidas de motivação e enigmáticas em sua origem” (FREUD, 2012, p. 34).

O tabu relaciona-se ao ponto nodal dos desejos sexuais infantis como o núcleo da neurose e suas proibições, assim como a vontade de transgredi-las, que continua a existir no inconsciente.

Neste sentido, as proibições sociais do tabu são homólogas às proibições da neurose obsessiva.⁵ Por isso Freud chama esta última de uma neurose-tabu. As proibições relacionadas ao tabu indicam o desejo.⁶

Tal relação com o desejo será elucidada na última parte do ensaio freudiano, *O retorno infantil ao totemismo*, onde fará referência ao pai primevo como detentor de todas as mulheres, assassinado pelos filhos para que também eles tivessem acesso às mulheres. Tal acesso a todas as mulheres, que foi proibido pelo contrato feito entre os irmãos, funda a perda desta condição de gozo absoluto (ter todas as mulheres).

Segundo Soler (2016, p. 18), “[...] esse mito indica que é necessário haver uma perda primeira para que a regulação de um laço social seja possível. Pode-se dizer que esse é o mito da gênese histórica do desejo”. Esta perda engendra o desejo. É preciso uma perda – uma renúncia da libido – para que alguma regulação do laço social seja possível. Esta lei da interdição, metaforizada pela morte do pai, vai passar a simbolizar o obstáculo suposto ao gozo (SOLER, 2016). Um impossível (ter todas as mulheres) tornado proibido.

Freud investiga três tabus entre os primitivos, que situam três figuras de outro a serem evitadas: os inimigos, os chefes, os mortos.

- a) O tabu dos inimigos: exige práticas de reconciliação com o inimigo

morto. Ato de purificação como tentativa de diferenciar e distanciar o “pai como inimigo morto” do “pai morto como inimigo”.

b) O tabu dos chefes: os cerimoniais-tabu. Serve para distinguir os reis, elevados, dos demais mortais. Figura de exceção que transforma a vida num inferno, convertendo-a numa carga insuportável ao lhe impor uma servidão muito mais onerosa que a de seus súditos. Tal como no ato obsessivo da celebração da figura paterna como reprodução do proibido, o cerimonial-tabu, tendo a aparência de ser uma expressão de respeito, é em realidade um castigo e uma vergonha que os súditos têm ao manterem uma relação de servidão com o rei pelas honras que lhes tem concedido. Mantém-se um pai elevado, acima dos mortais, rebaixando-se.

c) O tabu dos mortos: “sabemos que os mortos são soberanos poderosos, talvez nos surpreendamos ao saber que são vistos como inimigos” (FREUD, 2012, p. 59).

Por que os mortos têm tanta importância? Porque os mortos ligam-se ao estatuto de figuras de exceção, poderosos soberanos, acima dos mortais.

A proibição de pronunciar o nome de alguém que está morto. O fato de que toda uma tribo troque de nome quando alguém morre nos indica que tal morto tem um lugar de referência simbólica, de alteridade absoluta, relativo a um nome que representa este lugar. Assim como a proibição de pronunciar o nome de Yahweh⁷, na tradição judaica, por exemplo. O temor de provocar a presença do morto pelo simples fato de nomeá-lo.

A proibição visa a evitar por algum meio o retorno do morto. Este retorno é perigoso, pois se investe o morto do poder ameaçador da vida dos vivos.

Assim, a proibição define um conjunto de regras sociais formuladas em nome do pai morto.

O tabu é um mandamento moral. Lá onde o primitivo espera um castigo pela transgressão, na neurose obsessiva, em troca, o que se dá é um temor pelo outro. E, fundamentalmente, o temor de que um outro possa morrer.

Segundo Freud, “[...] teme-se, entre os primitivos, que a violação do tabu acarrete uma punição, geralmente uma grave enfermidade ou a morte” (2012, p. 77). Só aquele que se tem feito culpável de tal transgressão é ameaçado por este castigo. Se o castigo demora a acontecer, toda a comunidade se apressa em aplicá-lo, pois se sente ameaçada por contágio.

Na neurose obsessiva as coisas acontecem de outra forma.

Se o doente realiza algo de proibido, ele não teme o castigo para si, mas para outra pessoa, que geralmente não especifica, mas que na análise é facilmente reconhecida como uma das mais próximas e mais amadas por ele (FREUD, 2012, p. 77).

O que Freud tem examinado nesta comparação é uma diferença substancial entre a formação social e a neurose. No caso do social, o que está em jogo geralmente é o outro semelhante, marcado pela reversibilidade transitiva eu/outro, e no caso da neurose, é o Outro simbólico, alteridade no interior do si mesmo.

O “altruísmo” obsessivo, travestido no desejo de morte, só adquire sua significação depois da interpretação do psicanalista, depois que o inconsciente o organiza segundo suas leis.

O ato obsessivo, embora pareça defesa contra o proibido, não passa de sua reprodução, visto que a aparência se refere à vida psíquica consciente, enquanto a realidade se relaciona à vida psíquica inconsciente (KOLTAI, 2018, p. 34).

Passemos à terceira parte do ensaio, relativa às características do tabu.

ANIMISMO, MAGIA E ONIPOTÊNCIA DAS IDEIAS

Animismo, magia e onipotência das ideias são as três principais características do tabu.

O animismo refere-se às crenças de transformação de objetos inanimados em objetos animados (do inumano ao humano), que Freud relacionará à onipotência do pensamento como uma característica do narcisismo infantil.

O que levou à introdução desses termos foi a percepção da singularíssima concepção do mundo e da natureza que têm os povos primitivos de nosso conhecimento, tanto os históricos como os ainda vivos. Eles povoam o mundo com inúmeros seres espirituais que lhes são benévolos ou malignos; veem nesses espíritos e demônios as causas dos processos naturais e acreditam que não apenas os animais e plantas, mas também as coisas inanimadas são animadas por eles (FREUD, 2012, p. 80).

A magia estando ligada à ideia de controle da natureza através do pensamento e relacionada aos rituais religiosos. Ambos, animismo e magia, implicam a onipotência das ideias sobre a realidade.

Em que se diferenciaria, então, o animismo da religião, segundo Freud? No fato de que o animismo se caracteriza pelo uso da magia enquanto a religião pela necessidade do cerimonial. Tal como os atos obsessivos de caráter mágico, necessitam de rituais de controle, por exemplo.

Os neuróticos agem de modo semelhante aos primitivos, também hesitam em reconhecer que a situação real não é aquela que desejariam. Ambos são movidos pela onipotência do pensamento. [...] No caso dos neuróticos obsessivos, tanto os atos quanto as fórmulas de defesa possuem natureza mágica, o que leva Freud a concluir que na vida desses civilizados, apaixonados pela razão, imperam a onipotência das ideias e o predomínio dos processos psíquicos sobre a vida real (KOLTAI, 2018, p. 41-42).

De acordo com Koltai (2018), os três primeiros ensaios de Freud preparam o fundamento de sua "metapsicologia do social", elaborada na quarta e última parte, intitulada *O retorno infantil ao totemismo*, que relaciona o totemismo à proibição do incesto como fundante da cultura. "A passagem do animismo, da magia e da onipotência das ideias para o universo da religião, e depois da ciência, se faz graças à renúncia pulsional exigida pela Kultur" (KOLTAI, 2018, p. 42).

Passemos a ela.

O RETORNO INFANTIL AO TOTEMISMO

Na última parte do ensaio, Freud retorna ao totem para enunciar sua hipótese do mito do pai da horda primitiva. Destaca que a origem do totemismo não pode ser explicada apenas pela “[...] incerteza dos selvagens quanto ao processo pelo qual homens e animais se reproduzem. Em especial, a ignorância do papel dos machos na fecundação”. (FREUD, 2012, p. 119).

Considerando que a referência à origem é sempre de ordem mítica, que necessita de uma narrativa ficcional para situá-la como acontecimento fundador, Freud nos indica que tal origem se encontra referida a uma metáfora, na qual o animal totêmico é o substituto do pai.

A psicanálise nos revelou que o animal totêmico é de fato o sucedâneo do pai, e com isso harmoniza-se a contradição de que normalmente é proibido matá-lo, mas o assassinio torna-se ocasião de festa, de que o animal é morto e, no entanto, pranteado. A postura afetiva ambivalente, que ainda hoje caracteriza o complexo paterno em nossas crianças e frequentemente prossegue na vida adulta, se estenderia também ao sucedâneo do pai, o animal totêmico (FREUD, 2012, p. 140)

O pai da horda surge dos inícios do totemismo como um pai violento.

Um pai violento e ciumento, que reserva todas as fêmeas para si e expulsa os filhos quando crescem, eis o que ali se acha. Esse estado primevo da sociedade não foi observado em nenhuma parte. O que vemos como organização primitiva, que ainda hoje vigora em determinadas tribos, são bandos de machos, compostos de membros com direitos iguais e sujeitos às restrições do sistema totêmico, inclusive a herança por linha materna (FREUD, 2012, p. 140).

Num segundo momento, tal pai onipotente é morto e incorporado no festim totêmico. A devoração/incorporação do pai produz uma identificação simbólica com ele.

Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. [...] Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. (FREUD, 2012, p. 141)

Desta forma, o pai morto torna-se uma função simbólica idealizada como representante da lei.

[...] surgiu uma consciência de culpa, que aí equivale ao arrependimento sentido em comum. O morto tornou-se mais forte do que havia sido o vivo. [...] Assim criaram, a partir da consciência de culpa do filho, os dois tabus fundamentais do totemismo, que justamente por isso tinham de concordar com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo (FREUD, 2012, p. 141-142).

A relação simétrica com o pai rival é mediada pelo contrato simbólico assimétrico de idealização, que torna o pai uma função (SAFATLE, 2017).

Com o sucedâneo do pai pôde-se fazer a tentativa de mitigar o vivo sentimento de culpa, de obter uma espécie de reconciliação com o pai. O sistema totêmico foi, digamos, um contrato com o pai, em que este concedia tudo o que a fantasia da criança podia dele esperar, proteção, cuidado, indulgência, em troca do compromisso de honrar sua vida, ou seja, não repetir contra ele o ato que havia destruído o pai real (FREUD, 2012, p. 142-143).

Assim, a relação entre organização totêmica e proibição do incesto liga-se ao complexo de Édipo como função normativa e fundamento mítico da humanidade. O tabu do incesto e a origem da exogamia organizando as relações sociais e tendo no totem seu mito fundante. Um mito que se forja para um nome.

O totem, como um animal posto no lugar do pai, indica a condição de exceção deste Um *não homem* pai. Antepassado, efeito de um nome que funciona como ancestral do sujeito. Um nome com efeito de ordenar a exogamia e unir o desejo à lei. Um nome do pai.

O OPERADOR TOTÊMICO COMO FUNÇÃO PATERNA

Lacan, em seu seminário interrompido sobre os nomes-do-pai⁸ indica-nos a importância das elaborações do antropólogo Claude Lévi-Strauss em sua leitura da função do totem para Freud.

O pai primordial é o pai anterior ao interdito do incesto, anterior ao surgimento da Lei, da ordem das estruturas da aliança e do parentesco, em suma, anterior ao surgimento da cultura. Eis por que Freud fez dele o chefe da horda, cuja satisfação, de acordo com o mito animal, é irrefreável. Que Freud chame esse pai de totem adquire todo sentido à luz dos progressos introduzidos pela crítica estruturalista de Lévi-Strauss, sobre a qual vocês sabem que põe o relevo na essência classificatória do totem (LACAN, 2005, p. 73).

A referência ao originário adquire representação no mito, a posteriori. É com a morte do Urvater que o totem se torna um significante paterno, símbolo da Lei. Assim, o totem assume uma função classificatória. O operador totêmico mostra-se como o que interdita o canibalismo de determinado animal que simboliza o mito de origem de determinado grupo étnico (pois o comer seria comer a sua própria existência), assim como interdita as alianças conjugais entre os membros de um mesmo grupo totêmico, possibilitando que as relações de aliança entre os grupos regrem as relações de consanguinidade (a interdição prescreve leis positivas e negativas – diz com quem se deve casar e com quem não é possível fazê-lo).

Essa função, que sustenta a interdição, é definida em Lacan como função paterna (1998). Tal função possibilita o estabelecimento dos laços edípicos, em nossa cultura, entre “pai”, “mãe”, “filho(a)”, no interior do grupo familiar, sustentados por uma conjugação impossível “mãe-filho(a)”.

A função paterna será responsável por definir o lugar da falta na estrutura (psíquica, de parentesco, de linguagem) regrada pela operação simbólica cha-

ARTIGO

mada de castração (interdição). Essa falta será simbolizada por um significante a partir do qual a significação de todos os lugares (na língua, na cultura, nos laços sociais e psíquicos) vai se organizar: o significante do falo.

O falo simbólico equivale à Lei – tanto a que permite a existência da cultura quanto a que permite a existência da linguagem e do sujeito. Sua função é a de que todos os lugares adquiram significação.

A operação da castração simbólica é o que vai suportar as representações suscetíveis de serem investidas pelo desejo. O falo será seu representante (há um significante que falta), sendo o nome-do-pai a metáfora do falo. Tal como formula Lacan, em seu seminário *As formações do Inconsciente* (1998).

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado para o sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-Pai} \left(\frac{\text{A}}{\text{Falo}} \right)$$

Esta função discursiva que sustenta a interdição na cultura é a responsável pela presença do sujeito na linguagem. O sujeito torna-se falante em nome da função que lhe outorgou um lugar na estrutura da linguagem e que organiza essa própria estrutura, isto é, fala-se em nome-do-pai.

Para ser falante é necessário referir-se a essa função. Para falar é preciso ocupar esse lugar, mas esse lugar não é um lugar vazio. Ele é constituído por uma série de traços que são os traços ideais supostos a essa função. Por isso Lacan vai situar o sujeito falante como aquele que aceitou ocupar esse lugar, que vai se constituir como o Ideal do Eu. Assim, o lugar de onde o sujeito fala é o lugar do Ideal do Eu.

Falamos desse lugar que o Outro nos outorgou na estrutura. O sujeito pode reconhecer, no a posteriori de sua fala, o conjunto de traços que o permitiram enunciar, de que lugar de sua estrutura subjetiva linguageira organizou-se determinado dizer, os significantes que fazem a série de sua história.

É na apropriação da herança deixada pelos traços paternos que o nome-do-pai pode tornar-se um nome próprio. Compor seu próprio caminho com os traços que foram cunhados em sua estrutura subjetiva e que conformam seu Ideal do Eu e sustentam seus projetos identificatórios. Traços que definirão o seu estilo, sua forma de compor com o outro a partir do que fala na estrutura: uma falta comum.

De fato, Lacan estava certo quando disse que “é preciso ter o Nome-do-pai, mas é também preciso que saibamos servir-nos dele” (LACAN, 1998, p. 163). Servir-nos de seus significantes que articulam tanto a presença do pai metaforizador quanto a do pai metaforizado. Pacto simbólico fundante da cultura que permite a cada um fazer-se como ser humano na relação com outro ser humano.

NOTAS

3. Segundo Soler (2016, p. 17) “[...] o mito é precisamente uma narração fabulatória, mas cuja função é designar um real, um impossível de se formular”.
4. Tais relações remetem à indicação de Lévi-Strauss sobre “a natureza inconsciente dos fenômenos coletivos” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 34).

5. Confira-se os temores do *homem dos ratos* (FREUD, 2013) com relação a seu pai morto, e o comentário de Lacan (2008) em *O mito individual do neurótico*.
6. Tese freudiana já enunciada em *A interpretação dos sonhos* (FREUD, 2019) e *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (FREUD, 2016).
7. Confira-se o pequeno texto de Freud *O significado de uma sequência de vogais* (2010), sobre o recalçamento (das vogais) do nome de Deus no judaísmo.
8. De acordo com a indicação de Miller, no preâmbulo da edição em português da única lição do seminário intitulado *Nomes-do-Pai* (LACAN, 2005, p. 7), o seminário foi “interrompido em circunstâncias dramáticas – a perda de sua função de ‘didata’ (na época, psicanalista habilitado a formar psicanalistas) –, o Seminário deveria ter um novo ponto de partida em janeiro de 1964, na rua d’Ulm, nas dependências da École Normale Supérieure, sob o título *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*”.

REFERÊNCIAS

- FREUD, S. O significado de uma sequência de vogais In: _____. **Obras completas:** volume 10. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- _____. Totem e tabu. In: _____. **Obras completas:** volume 11. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- _____. Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“o homem dos ratos”], uma recordação da infância de Leonardo da Vinci e outros textos. In: _____. **Obras completas:** volume 9. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- _____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros textos. In: _____. **Obras completas:** volume 6. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2016.
- _____. A interpretação dos sonhos. In: _____. **Obras completas:** Vol. 4. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KOLTAI, C. **Totem e tabu:** Um mito freudiano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- LACAN, J. **O mito individual do neurótico.** Rio de Janeiro, 2008.
- _____. **O seminário:** Livro 5: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Nomes-do-Pai.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Antropologia estrutural.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- SAFATLE, V. **Introdução a Jacques Lacan.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- SOLER, C. **O que faz laço.** São Paulo: Escuta, 2016.

UM BEBÊ DESAMPARADO E A PALAVRA FALTANTE: UMA HISTÓRIA DE DESENCONTROS

A HELPLESS BABY AND THE LACKING WORD: A STORY OF MISMATCHES

Adams Friedemann¹

Natália Gambogi²

Resumo: Ao nascer, o bebê humano se depara com o desamparo que provém da impossibilidade de viver na ausência de um outro que inscreva nele o desejo que o constitui enquanto sujeito psíquico. Essa inscrição acontece a partir dos cuidados maternos, transcritos também em palavras que, quando faltantes, dão lugar à pobreza simbólica que dificulta o encontro com o outro. Baseado em uma observação da relação mãe-bebê, este trabalho consiste em um relato de experiência que visa a narrar os desencontros ocorridos entre o observador e a díade observada.

Palavras-chave: Relação mãe-bebê. Desamparo. Falta.

Abstract: At birth, the human baby faces the helplessness that comes from the impossibility of living in the absence of another who inscribes in him the desire that constitutes him as a psychic subject. This inscription comes from maternal care, also transcribed in words that, when lacking, give rise to the symbolic poverty that hampers the encounter with others. Based on an observation of the mother-baby relationship, this paper consists of an experience report that aims to narrate the mismatches between the observer and the observed dyad.

Keywords: Mother-baby relationship. Helplessness. Lack.

Moça, desculpa a sinceridade, mas o que eu quero de verdade é que você queira diferente. Eu quero que vocês parem de tirar essas histórias de mim, porque é o pouco que me resta. Eu quero que vocês parem de ir embora. Eu quero que as pessoas parem de ir embora, mãe. Eu quero ir embora. Eu quero ir embora. Moça, eu quero que você me tire dessa história. Eu quero que as suas mãos reparem nas minhas, só pra eu saber que elas existem de verdade, só pra eu saber que mais alguém sabe delas (KIRJNER, 2018, p. 164-165).

Em meu primeiro encontro com Dolores, deparo-me com a pobreza. Em primeiro lugar, a pobreza material que se escancara aos sentidos quando diante de uma casa de duas peças, estruturada precariamente pela madeira velha assentada no chão de terra; casa pequena demais para comportar seus seis (logo

¹Bacharel em Filosofia pela PUCRS. Psicólogo pela UFCSPA. E-mail: adamsfmann@gmail.com

²Psicóloga; psicoterapeuta de orientação psicanalítica (ESIPP); membro do Percurso (APPOA). E-mail: nataliagambogi@gmail.com

sete) moradores, que organizariam os cômodos de forma a poder conter impossivelmente as sete vidas que habitarão aqueles poucos metros quadrados. E também me deparo com a pobreza simbólica que se manifesta na escuta de uma fala que fica sempre por ser dita, não dizer que denuncia uma falta a ser preenchida, incapaz de narrar história ou desejo. Já nesse primeiro encontro vislumbro – ainda sem me dar conta – o gérmen de nossos futuros desencontros.

Dolores³ tem 42 anos, é auxiliar de serviços gerais, casada há 15 anos, e tem quatro filhos, duas meninas de 14 e oito anos, e dois meninos de 12 e dois anos. Quando nos vemos pela primeira vez, está com 35 semanas de uma gestação de risco, que ocasionou a remarcação de nossa entrevista inicial, em razão da necessidade de consultar emergencialmente um médico, motivada pela *pressão* alta. Conta-me que esta gravidez tem sido bastante conturbada, pois requer atenção redobrada devido ao risco à sua saúde e à do bebê. Após a gestação anterior, pretendia fazer laqueadura tubária, contudo, ao ser avaliada para a realização do procedimento, constatou estar grávida novamente. Em choque, teve dificuldade de aceitar a gestação e compareceu a algumas consultas com o serviço de psicologia do hospital onde fez acompanhamento pré-natal. Relata que agora está mais tranquila. O bebê é um menino e se chamará Pierre.

Ao telefone e pessoalmente, Dolores prontamente aceita participar da atividade de observação da relação mãe-bebê, sem quaisquer questionamentos ou dúvidas. A atividade proposta provém do Estágio de Psicologia Clínica de uma instituição de atendimento, pesquisa e ensino em psicanálise, e é constituída da observação *silenciosa* da relação entre uma mãe e seu bebê. O método desenvolvido no Estágio é uma adaptação do Método Bick de observação da relação mãe-bebê. Este, criado em 1948, tem por objetivo auxiliar na formação do psicoterapeuta, através da compreensão de comunicações não verbais, de pensar as experiências da infância e o desenvolvimento de bebês, e de desenvolver a capacidade de entender como evolui a relação do bebê com a família (KOMPINSKY, 2000).

De modo prático, na experiência do Estágio, a observação consiste em encontros semanais, com uma hora de duração, que ocorrem durante o primeiro ano de vida do bebê, mais precisamente de março a dezembro. A necessidade de adaptação do Método Bick é devida ao período do Estágio ser de um ano. Após a observação, o estagiário escreve um relato do que observou e dos sentimentos despertados no momento, posteriormente compartilhado em espaço de supervisão.

Após o contato inicial com Dolores, logo imagino que sua prontidão em aceitar participar se associe à perspectiva, por parte dela, de um possível apoio diante de sua dificuldade atual de uma gravidez imprevista e que coloca seu corpo em risco. Esse risco foi, de fato, concretizado. Após o parto, pouco depois de retornar para casa, Dolores teve febre alta e foi levada às pressas à emergência do hospital, onde ficou internada e medicada por uma semana. Prestes a receber alta, foi acometida de intensa hemorragia, sendo transferida para a UTI de outro hospital; lá, foi submetida a uma histerectomia.

O risco ao corpo da mãe foi anunciado após a concepção, e se tornou real depois do parto. Invasão do corpo feminino que atravessa também o corpo do bebê, uma vez que, conforme Winnicott (1999), a dupla mãe-bebê constitui uma unidade. Essa relação unitária é de ordem biológica durante a gestação, em que as duas vidas estão mais interligadas do que nunca e a genitora provê naturalmente ao feto o que ele necessita para sobreviver. Ainda de acordo com

ARTIGO

Winnicott (1999), essa relação simbiótica traz à mulher recordações de quando ela própria era um bebê que precisava de cuidados atentos às suas necessidades básicas, pois “Ao nascer, o bebê está submetido à própria insuficiência psíquica e orgânica. O nascimento do bebê não coincide com o nascimento do sujeito” (KAMERS; BARATTO, 2004, p. 41). Razão pela qual é também imprescindível ao bebê humano o constante olhar que faça daquele corpo orgânico um corpo psíquico.

A completa dependência do bebê em relação aos cuidados providos pelo seu ambiente configura o protótipo da condição que torna indispensável ao ser humano a presença do outro. A necessidade de uma presença que cuide e proteja faz emergir um “estado de um ser que, se entregue a si mesmo, é incapaz de ajudar-se por conta própria e de se sair bem por si mesmo” (DÓCOLAS, 2010, p. 173). Tal estado se faz mais intenso em um caso, como o presente, no qual surgem complicações na manutenção da vida e do bem-estar do bebê, como a doença do próprio corpo ou do corpo da mãe, que a obriga a se distanciar do filho que dela necessita. A partir do momento em que se inscreve no psiquismo, de modo a constituir o sujeito nascente, esse estado se transforma em uma condição de falta de garantias (DÓCOLAS, 2010) na qual se fundamenta a vida humana. Essa condição, agora nomeada como desamparo, evidencia o caráter traumático do encontro com a alteridade que torna possível a constituição subjetiva. Quando da ausência de uma figura supostamente onipotente que salvaguarde o sujeito dos perigos da fome, da sede e do frio, bem como das hostilidades do mundo, surge o sentimento de abandono, explicitando a incapacidade do indivíduo de se precaver sozinho do sofrimento.

A constatação da condição do desamparo leva Menassa (2007, p. 20) a asseverar, em referência à prematuridade do nascimento humano, que “A criança nasce precoce para viver, nasce prematura, insuficiente, sem coordenação em seu sistema nervoso central, sem visão, sem regulação de seu aparelho circulatório, sem regulação da temperatura. A criança nasce à beira da morte”. A experiência de morte que espreita o recém-nascido pode ser transmitida à mãe, como no caso da dupla observada. O nascimento de Pierre parece fazer o desamparo de Dolores se presentificar notoriamente – ainda que nunca tenha sido categoricamente transposto, visto se tratar de uma condição constituinte do ser humano –, colocando em cheque sua saúde física e emocional. Essa vivência, atravessada sobremaneira pelo real do corpo e da morte, remete a mãe a seu estado originário. André (2015) constata que o acontecimento traumático, que excede a capacidade elaborativa do ego, remete sempre às vivências infantis; não se trata de um novo golpe, portanto, mas da transformação do primeiro, no *après coup*. Esse golpe traumático, talvez nunca superado, diz respeito aos cuidados que ela própria recebeu ou deixou de receber quando bebê, um bebê que vive até hoje dentro dela, e que renasce, juntamente com suas experiências infantis, a cada vez que tem um filho. A importância dessas experiências está em que intervenções externas, sob a forma dos cuidados maternos providos pelo ambiente, fazem a criança existir simbolicamente à medida que nomeiam seu desejo (KAMERS; BARATTO, 2004). Ou seja, “o desamparo inaugura a necessidade do outro, a partir do qual se funda a capacidade de desejar” (MACÊDO, 2012, p. 101), referindo-se sempre à relação do sujeito nascente com o outro, cuja função é assumida por aqueles que circundam o bebê; o desamparo se torna mais proeminente quando a intervenção do ambiente falta ou falha. Quando não há cuidado, não há nomeação; quando não há nomeação, não há desejo; e quando não há desejo, não há espaço simbólico para receber o outro. Há falta e esterilidade.

A pobreza de cuidados é permeada pela impossibilidade de Dolores de amamentar o filho. Devido ao período em que ficou internada no pós-parto, “o peito secou” (*sic*). O sentimento, qualquer que seja, de não amamentar se une ainda ao medo que a amamentação pode provocar, de ser devorada pelo bebê (WINNICOTT, 1999). Se Pierre devorasse o pouco que Dolores possui – seu leite, seu seio, seu corpo – o que lhe restará? Ao mamar a mamadeira, o olhar de Pierre se fixa no vazio e não encontra os olhos da mãe. Não consigo me livrar da sensação de que os cuidados com o bebê são um tanto bruscos e a relação com os filhos um tanto estéril: poucos olhares, escassos sorrisos, poucas palavras. Talvez não possa ser de outra forma, em razão do trauma sofrido durante a gestação e o puerpério: a invasão do corpo e a extração do útero, órgão que pode fazer genitora a mulher e que lhe garante, na cultura, o status de feminilidade. Diante das manifestações de agressividade do bebê, a mãe tem a função de sobreviver (WINNICOTT, 1999); mas quando sobreviver é toda a perspectiva que resta, talvez não haja espaço na subjetividade materna para comportar o filho que necessita dela para fazer dele um sujeito psíquico. O espaço subjetivo da mãe, atravessado pelo trauma, ainda é ocupado pelos demais filhos, pelo marido, pelas despesas e, se sobrar um diminuto canto na modesta casa de duas peças, por si, dimensão frequentemente posta de lado perante as preocupações diárias trazidas pela pobreza. De acordo com Boukobza (2002, p. 16), o que é insuportável às mulheres que vivenciam algum tipo de sofrimento no pós-parto “é a presença do filho real, a presença de um pedaço de corpo que elas têm que fazer viver”, isto é, mais um pedaço de carne que ela deve, de alguma forma, transformar em corpo e constituir subjetividade.

Devido às internações e ao período de recuperação de mãe e filho, dois meses se passaram entre a entrevista inicial e a primeira observação. Esta é bastante abarrotada: Dolores, seu marido, Pierre e três de seus irmãos estavam em casa; muitos barulhos perturbam a observação, apesar de a família não parecer se importar com os ruídos. A casa de duas peças apenas muito precariamente comporta sete pessoas e tenho de arranjar espaço da forma que for possível. Ainda assim, nunca me senti um intruso na família, embora nunca tenha me parecido que Dolores tenha se acostumado realmente com minha presença; talvez ela a estranhasse de alguma forma: meu silêncio, meu olhar, ou ainda o desconhecido que ela trazia. Possivelmente se sentia vigiada, policiada em seus movimentos e em sua relação com os filhos, sentimento manifestado quando, apresentando-me ao seu filho de dois anos, declara-lhe que estou ali para ver se está se comportando. Na semana seguinte, quando teríamos a segunda observação, Dolores desmarca com pouca antecedência, o que se tornaria ocorrência frequente.

Entre idas e vindas, continuo observando Dolores nos cuidados de Pierre. Realizo poucas observações, pois é comum que ela se lembre de algum afazer, combinado antecipada ou emergencialmente, que impeça nossos encontros. Logo o compromisso se transforma em uma história de desencontros, atravessada por ritmos descompassados. Esse descompasso, anunciante da interrupção, foi marcado por posições divergentes: de um lado, uma mãe que vivencia seu cotidiano atravessado pela falta, pela pobreza, e que pena ser olhada; de outro, um observador que se aflige por vislumbrar o desamparo. Diante disso, as considerações de Guerra (2013, p. 588) retratam a vivência das duplas presentes nessa história, ao afirmar que

A relação que estabelece um adulto que deseja entrar em contato com um bebê, no princípio da subjetivação, caracteriza-se principalmente pela

emergência de ritmos. No encontro de olhares, a voz, o corpo, o movimento põe em jogo elementos rítmicos que pautam sensivelmente o encontro e o desencontro.

Guerra (2013) toma a lei materna dizendo respeito ao ritmo do bebê e à cocriação de um ritmo comum; é, portanto, um trabalho em presença que cria um ritmo ordenador das necessidades fisiológicas e sexuais do bebê – sensações confusas ao pequeno humano –, em torno do qual a angústia é simbolizada. E quando o ritmo não pauta sensivelmente o encontro-desencontro, a presença-ausência? E quando essa relação dual é sentida como traumática, não dando conta da necessidade subjetiva de comedimento da falta? Quando não há a criação de um ritmo comum, quando o próprio encontro é percebido como um desencontro e a presença como uma ausência, a falta revela sua face de excesso, de impossível metabolização.

Quando retorno, a casa está para ser ampliada. Após a conclusão da obra, o imóvel está mais espaçoso, há mais cômodos e seus moradores não ficam mais tão abarrotados. Penso que, talvez, agora haja mais espaço para nos acolher. No entanto, a ampliação da casa parece ter apenas possibilitado o distanciamento: Dolores, ocupada com os afazeres domésticos, fica a dois cômodos de distância de Pierre, que fica no quarto dormindo, observado por mim. Perturbado na tranquilidade de seu sono, o bebê começa a chorar – “O choro ao nascer é o primeiro grito de desamparo” (ANDRÉ, 2015, p. 47) e talvez nunca deixe de sê-lo –, chamado que fica gradualmente maior, assim como minha aflição. Mesmo que em dúvida de como proceder, decido chamar sua mãe, que se prontifica a ir a seu auxílio, segurando-o e embalando-o. Nesse momento, como em outros, parece cansada... exausta por ter de atender o filho que chora demandando sua presença. A casa, ainda que materialmente ampliada, continua com espaço restrito para o cuidado, a palavra, o desejo.

“A mãe, a partir de sua condição de faltante, toma o bebê como objeto privilegiado de seu desejo, o que permite a ela supor, nos gritos e choros do mesmo, uma demanda endereçada a ela” (KAMERS; BARATTO, 2004, p. 41). Quando a resposta à demanda tarda ou falha, talvez signifique que o sujeito abandonou seu próprio desejo – possivelmente por não se acreditar digno de desejar, ou estar acostumado à pobreza desejante de um ambiente estéril de simbolização, no qual impera o real. Ou talvez signifique ainda que o sujeito não tenha tido oportunidade de construir o *seu* desejo, frustração contrabalçada em uma tentativa compulsiva e repetitiva de tapar o buraco deixado pela falta. A partir das considerações freudianas, Camarotti (2002, p. 44) pensa que “o desejo de maternidade estaria associado ao desejo de superação da impotência e, portanto, à condição de desamparo”, sugerindo que a maternidade se ligaria ao desejo de imortalidade e a uma tentativa de aplacar a angústia do desamparo. Essa possibilidade se faz presente na vida psíquica de Dolores, visto que, além de Pierre, ela possui outros quatro filhos. É razoável conjecturar que Dolores tenha encontrado na maternidade uma possibilidade de evitar pensar e sentir a falta trazida pela pobreza de um ambiente no qual o desejo não vinga.

De acordo com Winnicott (1999, p. 30), “o protótipo de todos os cuidados com o bebê é o ato de segurá-los”. Quem segura, no entanto, o bebê dentro de Dolores? Bebê que se presentifica, também em seu desamparo, a cada nova gestação, uma vez que o nascimento de um filho faz os pais reviverem sua própria história (BOUKOBZA, 2002). A mãe pode fracassar ou se ausentar dos cuidados com o bebê, não lhe conferindo a realização das necessidades básicas

para sobrevivência (biológica ou psíquica). Embora eu não esteja ali para *amparar* Dolores, talvez sua fantasia seja a de que é essa a posição que eu ocupo em nossos encontros semanais (como eu imaginei, logo após a primeira entrevista). Visto que não posso suprir suas necessidades e estancar sua falta, ausenta-se, refugia-se a duas peças de distância. Na leitura de Guerra (2013, p. 585), as palavras interpelam a falta, palavra enunciada por um outro que as direciona ao sujeito, pois “Se não há encontro com o outro, não há vida psíquica, não há símbolo”.

Na prática clínica, “Por *ausentar* o psicanalista, ou pelo menos sua pessoa, o silêncio permite que se desenhem inconscientemente as figuras de uma vida” (ANDRÉ, 2015, p. 146). Contudo, na observação – denominada *silenciosa* – da relação mãe-bebê, o silêncio não se propõe à construção de uma narrativa. Dolores não suporta minha presença sem palavras que preencham a ausência que a inunda. Durante as observações, tenho a impressão de perceber em Dolores raiva, cansaço e desapontamento (na minha fantasia, em relação à minha presença, que talvez esperasse que fosse mais ativa e cheia de palavras). Referindo-se aos pacientes que carregam em si a marca do desamparo, Brito (2012, p. 305, grifo do autor) declara que

O analista sentirá, em seu próprio corpo e no esvaziamento ou intoxicação de sua mente, a *narrativa*, sem palavras, da história de vida que os acompanha. Sensações de vazios, sono, cansaço, desesperança, insegurança, dúvidas, desamparo. Momentos de angústia no campo analítico, do grito desesperado do paciente ao vazio da mente do analista e vice-versa.

É comum que me sinta desamparado diante de Dolores e Pierre. Sua relação me transmite um sentimento de impotência para conter a falta inscrita na vida dos habitantes encerrados naquela casa pequena demais. Persiste uma constante sensação de que há muito a ser preenchido, muito a ser feito e muito a ser dito, embora este não seja meu papel ali.

Quando necessito trocar o horário em que realizo a observação, até então regular, Dolores prontamente aceita a mudança. Na observação que segue à troca de horário, um menino chama por ela do portão da rua, perguntando se sua mãe poderia utilizar a máquina de lavar roupa de Dolores, uma aquisição nova da família. Ela imediatamente recusa, alegando que ela já havia sido muito usada naquele dia. Este acontecimento a deixa bastante irritada, acusando todos de se aproveitarem da máquina, no momento sem energia para continuar sendo utilizada.

Exausta, sem energia para continuar o trabalho de se dedicar ao outro, sem forças para se alinhar a um ritmo diferente, Dolores decide interromper a observação após esse encontro, que se torna nosso último. Essa decisão não me causa espanto, pois logo ao início sua dificuldade é anunciada pelos diversos desencontros entre nós. Entre o início da atividade e sua interrupção, foram realizadas apenas cinco observações, além da entrevista inicial. A resistência toma corpo na falta de ritmo entre observador e dupla observada. Sobre a resistência, Ferreira (2004, p. 34) julga que “O que resiste é justamente o que não pode ser significado e que está prestes a ser revelado”, ou seja, o que carece de ser simbolizado e colocado em palavras – dado que seu desvelamento pode trazer à tona o sofrimento traumático de uma experiência excessiva, ou demasiado insuficiente. Dócolas (2010, p. 176), na mesma linha, sustenta que “O ato e o abandono substituem a representação do sentido”. Sem possibilidade de signi-

ARTIGO

ficar a falta, resta ao bebê o choro, “O grito de desamparo [que] só pede uma coisa (impossível), voltar a encontrar o que nunca existiu: as virtudes substanciais e contínuas de uma presença materna sem falhas” (ANDRÉ, 2015, p. 48). Em meio à palavra faltante, o grito toma forma no ato, através da interrupção.

Não tenho oportunidade de me despedir de Dolores e Pierre, e a história termina inacabada, em um desencontro. Abandonar para não ser abandonada, para que não lhe seja tirado o pouco que lhe resta. Desamparo posto em cena pela palavra faltante de um outro que, mesmo presente, ausenta-se pelo silêncio. Bebê que chora sem ser escutado e que pede sem ser atendido, preso à sua história e à sua casa, pequena demais para abrigar seus habitantes.

NOTA

³ Os nomes da mãe e do bebê foram substituídos por nomes fictícios, a fim de preservar o sigilo de sua identidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, J. **Vocabulário básico da psicanálise**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- BOUKOBZA, C. O desamparo parental perante a chegada do bebê. In: BERNARDINO, L.M.F.; ROHENKOHL, C.M.F. (Orgs.). **O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 15-26.
- BRITO, C.L.S. A experiência de desamparo. **Revista de Psicanálise da SPPA**, v. 19, n. 2, p. 297-314, ago. 2012.
- CAMAROTTI, M.C. Maternidade: mitos e desejos. In: BERNARDINO, L.M.F.; ROHENKOHL, C.M.F. (Orgs.). **O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 35-47.
- DÓCOLAS, J.R.L. Narcisismo em tempos sombrios: O mal-estar do sujeito. In: ROCHA, L.R. (Org.). **Um movimento psicanalítico: narrativas da teoria, da clínica e da cultura**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 171-179.
- FERREIRA, N.P. **A teoria do amor na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- GUERRA, V. Palavra, ritmo e jogo: fios que dançam no processo de simbolização. **Revista de Psicanálise da SPPA**, v. 20, n. 3, p. 583-604, dez. 2013.
- KAMERS, M.; BARATTO, G. O discurso parental e sua relação com a inscrição da criança no universo simbólico dos pais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 24, n. 3, p. 40-47, set. 2004.
- KIRJNER, M.A.P. Meu futuro está na palma da minha mão, mas você não lê. In: RITER, C. (Org.). **Palavra por palavra**. Porto Alegre: Sintrajufe, 2018. p. 160-165.
- KOMPINSKY, E. Observação de bebês: método e sentimentos do observador. In: CARON, N.M. (Org.). **A relação pais-bebê: da observação à clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 9-43.
- MACÊDO, K.B. O desamparo do indivíduo na modernidade. **Ecos**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2012.
- MENASSA, M.O. **Freud e Lacan: Falados**. Vol. 1. Porto Alegre: Editorial Grupo Cero, 2007.
- WINNICOTT, D. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE DISTOPIAS

PSYCHOANALYTIC REFLECTIONS ON DYSTOPIAS

Maria Lucia Macari¹

Resumo: Este artigo busca tecer algumas reflexões a respeito das distopias. Visto nosso contexto político atual, fez-se necessário um retorno às obras literárias que estão em alta e, diante de uma leitura mais aprofundada, tentou-se escutar o que elas podem nos dizer a respeito do tempo em que vivemos. De certo modo, é uma possibilidade de voltar um olhar a mais para aquilo que só a sensibilidade dos escritores é capaz de facilitar: as notícias de um real que nos subjaz. Portanto, a ideia não é trazer respostas prontas, mas tensionar, através de uma psicanálise implicada, as narrativas da cultura.

Palavras-chave: Distopias. Literatura. Cultura.

Abstract: This article seeks to make some reflections concerning dystopias. Given our current political context, it was necessary to return to literary works that are on the rise and, in the face of further reading, we tried to listen to what they can tell us about the time in which we live. In a way, it is a possibility to take an extra look at what only the sensitivity of writers is capable of facilitating: the news of a reality that underlies us. Therefore, the idea is not to bring ready answers, but to tension, through an implied psychoanalysis, the narratives of culture.

Keywords: Dystopias. Literature. Culture.

“Os primeiros romancistas foram videntes,
sem realmente perceber.”
Rimbaud, 1870

Diante do cenário político atual, o que nos salta aos olhos são as narrativas distópicas. Sim, as narrativas que normalmente descrevem contextos permeados pela tentativa de controle de todos os âmbitos da vida por governos autoritários, perda de esperança e culto ao líder. É só abrir os jornais! Mas, aqui, iremos nos ater a algumas reflexões psicanalíticas a respeito de obras literárias distópicas, já que estas estão em alta nas livrarias, podendo dizer algo sobre o momento em que vivemos. Se entrarmos nas livrarias mais conhecidas, sejam lojas físicas, sejam on-line, perceberemos que entre os livros mais procurados e/ou vendidos estão: *1984* e *A revolução dos bichos*, de George Orwell, *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, *Andróides sonham com ovelhas voadoras?*, de Philip Dick, *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, *Nós*, de Ievgêni Zamiátin, *O conto da aia*, de Margareth Atwood, entre outros. O que nos leva às seguintes questões: o que faz com que esses livros sejam tão procurados? Qual a atualidade de suas narrativas?

¹Psicóloga, doutoranda do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, mestra em Psicanálise: Clínica e Cultura pela UFRGS, graduada em Psicologia pela UFSM.
E-mail: marrymlm@gmail.com

Essas obras possuem histórias muito diferentes entre si e foram escritas por autores que viveram em tempos e contextos também distintos. Mas o que elas teriam em comum? De uma forma geral, todas acontecem em um tempo aparentemente futuro, onde muitos ideais culturais foram conquistados; geralmente reina o imperativo da ordem e do Belo, como uma negatização crítica da realidade. Porém, algo “dá errado” na narrativa e nem tudo sai como o esperado. Talvez algo da ordem do mal-estar na cultura ecoe, trazendo para nós, leitores, notícias de um real que nos atravessa, colocando na mesa nosso desamparo [*Unbehagen*] constitutivo em suas distorções.

É aqui que nossa escuta se faz presente. Como psicanalistas, as obras da cultura nos interessam, podendo nos dar pistas da dita contemporaneidade que escapa aos nossos olhos. Freud, desde muito cedo, buscou nas artes outras linguagens que pudessem dar conta do insabido que nos assola; não é ao acaso que traz para o campo da psicanálise as palavras de Sófocles, Goethe, Dostoiévski, Hoffmann, Jensen, entre outros. Com Lacan não foi diferente, o psicanalista francês apoiou-se na filosofia, nas matemáticas, nas artes plásticas e, é claro, na literatura. É como se a linguagem literária, com seus jogos linguísticos, pudesse nos colocar nos desdobramentos do tempo, nas brechas da cultura, permitindo-nos a escuta de um *mais além* do que é dado aos nossos ouvidos. Afinal, toda linguagem é limitada e, para podermos transgredir um pouco esses limites, faz-se necessário transitar por linguagens distintas, que nos ensinem novas formas de olhar e de escutar.

Sendo assim, considero importante salientar que, ao propormos uma escuta das obras de arte, estejamos atentos às produções de sentidos que elas podem ensinar e, por isso, nos afastemos brevemente dos artistas para não reduzirmos suas produções a sintomas, caindo em uma psicanálise aplicada. A ideia é fazer uma psicanálise implicada, a qual deve contar com uma disponibilidade para a percepção semelhante à escuta psicanalítica, no que esta tem de facilitadora do fluxo de associações dos analisandos (FRAYZE-PEREIRA, 2010). No entanto, em muitos momentos, o encontro entre a obra e o artista é inevitável, nos fazendo perceber que, na arte, sempre existirão os vestígios de uma vida que não é a nossa. Portanto, ao voltarmos nosso olhar aos detalhes, muitas vezes irrelevantes, de uma obra, nos deixamos afetar pela escuta em sua equivocidade. Nesse sentido, tomamos as obras literárias e seus efeitos subjetivantes como o que faz contraponto à clínica, ou seja, o que permite pensar por outro ângulo os problemas que ela evoca (WEINMANN, 2017). Além disso, quando mencionamos que uma pesquisa é clínica, não estamos falando necessariamente do espaço físico do consultório, mas de uma ética do sujeito que se desloca para outras atividades do psicanalista, e, nesse sentido, clínica e cultura se tocam, ao mesmo tempo que se distanciam, visto a importância de que a análise seja orientada pela singularidade da operação artística (MARSILLAC; BLOSS; MATTIAZZI, 2019).

Portanto, são as distopias que nos interessam neste momento. Essa palavra surge como um contraponto às utopias, que, por sua vez, não se limitam a uma conceituação, possuindo várias. De acordo com Jacoby (2007), existiriam as utopias projetistas, as quais trariam uma verdade sobre como as coisas deveriam ser e, por isso, alimentariam ilusões totalitárias. Por outro lado, existiriam as utopias iconoclastas, que, embora sonhem com uma sociedade superior, não apresentam medidas exatas, nem descrevem fábulas ou imagens do que poderá vir a ser (JACOBY, 2007). Já as distopias, ou utopias negativas, seriam um efeito da ilusão de que é possível acabar com o mal-estar na cultura, trazendo narra-

ARTIGO

tivas paradoxais que, no fim das contas, positivam o dito mal-estar. Em outras palavras, as distopias nascem como uma crítica caricata ao que, em um tempo presente, faz murmúrio na cultura, ecoando em tempos posteriores. Podemos pensar, também, que essas narrativas nos trazem as evidências de um determinado tempo e lugar, as quais, muitas vezes, não conseguimos ver justamente pela cegueira que nos causam as luzes de nosso tempo. Para Fromm (1961), as distopias seriam uma espécie de advertência, uma maneira de fazer soar um alarme, mostrando que mesmo o ser humano sendo desumanizado, a vida continua. Para o autor, esses textos expressam, além dos paradoxos da história, o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno. Por isso, para irmos um pouco *mais além*, sugiro como ponto de partida algumas reflexões sobre o romance distópico *Nós*, de Ievgêni Zamiátin.

Escrito entre 1920 e 1921 e publicado em 1924 na Rússia soviética, narra, em formato de anotações, o cotidiano e os devaneios de D-503, um renomado cientista que vive em um tempo futuro, no qual todos os âmbitos da vida são governados por uma instância maior: o Benfeitor. Nesse romance, as casas são de vidro ou de algum material transparente, as roupas são uma espécie de uniforme (os unifs) e todo mundo é (ou deveria ser) feliz, mesmo que se admita ainda não ter sido encontrada a fórmula da felicidade absoluta. Tudo isso graças ao controle extremo e matemático das vidas dos indivíduos que, quando não estão conformes aos paradigmas impostos, passam por um processo aparentemente cirúrgico de (re)adequação.

É claro que existe a resistência, os que escapam à norma, como é o caso do protagonista, que conhece uma pessoa específica e começa a sonhar, passando a ser reconhecido, por isso, como enfermo. Nessa narrativa, o sonho é considerado uma doença dos *antigos*, “uma séria enfermidade psíquica” (ZAMIÁTIN, 2017, p. 56). Em uma das anotações do protagonista, lemos o seguinte: “É assombroso: será que não é possível encontrar algum meio de curar essa doença do sonho ou fazer dela algo racional, talvez até útil?” (ZAMIÁTIN, 2017, p. 171). Além disso, a imaginação também é considerada doença, e a felicidade só pode ser atingida quando não há mais desejo. Se pensarmos pelo viés da psicanálise, estamos falando da morte do sujeito. No entanto, no texto de Zamiátin, o protagonista sofre de uma doença incurável: desenvolveu uma alma. Agora, não se trata mais de *nós*, mas sim de um sujeito desamparado que ama e sofre, denunciando os contrapontos e as trivialidades do viver.

Se analisarmos essa obra em seu contexto, perceberemos que o autor traz uma certa antecipação do cenário soviético dos anos que viriam, como a desaprovação pelo que é da ordem da singularidade dos sujeitos, a repulsa às manifestações artísticas, a manutenção constante da ilusão de ordem e felicidade e o culto a uma instância absoluta. Apesar dos grandes incentivos às artes e aos artistas após a Revolução de 1917, o que se seguiu à morte de Lenin, depois de 1924, foi um grande retrocesso em relação às conquistas dos bolcheviques, acompanhado de muitos fechamentos, principalmente no campo das artes. Embora o realismo socialista, imposto como paradigma estético por Stalin, só tenha entrado em vigor depois de 1932, muitas de suas características já eram percebidas nas obras dos anos anteriores. Paralelamente, havia perseguição e silenciamento de muitos artistas, bem como das ciências que davam voz aos sujeitos, como a própria psicanálise. Com Zamiátin não foi diferente, o escritor teve seu livro censurado e foi proibido de escrever. Em uma carta direcionada a Stalin, em junho de 1931, escreveu o seguinte:

Para mim, como escritor, ser privado de escrever é como uma sentença de morte. Ainda assim, a situação que se delineou é tal que eu não posso continuar meu trabalho, pois nenhuma atividade criativa é possível em uma atmosfera de perseguição sistemática, que aumenta de intensidade ano após ano (ZAMIÁTIN, 2017, p. 325).

Assim como nas distopias, em muitas culturas onde discursos totalizantes imperaram, ocorreram tentativas de silenciar as artes através da imposição de determinados signos, ou da morte, muitas vezes real, dos artistas. Não é ao acaso que um dos pressupostos básicos de uma cultura totalitária é o congelamento discursivo, o enraizamento de determinadas verdades com o intuito de manter uma deturpada ilusão de ordem social. Por isso, através das palavras de Zamiátin, tentamos captar um pouco do contexto em questão, de modo a tensionar o nosso, o que nos leva às seguintes perguntas: por que um escritor literário seria uma ameaça? Por que deveria ser silenciado? Por que as artes podem ganhar tons de perigo?

Como mencionado anteriormente, ao longo de sua obra, Freud dá visibilidade aos artistas, seja aos pintores, seja aos escultores ou aos escritores, já que teríamos muito a aprender com eles. Para Freud (2015), os poetas [*Dichter*] teriam muito a nos ensinar sobre a alma humana, sobre aquilo que nos torna sujeitos. Logo, podemos pensar na capacidade da escrita literária de nos possibilitar a escuta dos murmúrios de nosso tempo, assim como, em nossas clínicas, entre lapsos e atos falhos, escutamos o inaudível de nossos pacientes. Em outros termos, tratamos aqui da escuta daquilo que não é evidente, daquilo que ressoa nas entrelinhas, dos não ditos, dos recalçados. Nesse sentido, podemos pensar que o escritor literário costuma jogar com os significantes, de modo a colocar em movimento a função poética da linguagem, que, muitas vezes, tem caráter antecipatório do que pode vir a ser, do que ainda não foi. Além disso, pelo jogo de palavras, as obras literárias podem nos possibilitar o vislumbre de outros mundos, o dissenso em relação à ordem vigente.

Isso nos coloca de frente para uma questão ética, uma vez que, ao pensarmos o inconsciente a partir de Lacan, tomamos o caminho da negatividade, ou seja, de algo que não existe a priori, da indeterminação. Um exemplo de caráter ilustrativo é o da metáfora heideggeriana do vaso, a qual Lacan desenvolve em seu seminário sobre a ética, trazendo a ideia de que “nada é feito a partir de nada” (2008a, p. 148). O vaso, produto do oleiro, ao ser modelado a partir de uma determinada matéria, cria, ao mesmo tempo, um vazio interior, introduzindo a própria perspectiva de preenchê-lo. Isso quer dizer que, a partir desse significante modelado que é o vaso, entra em cena o vazio e o pleno, assim, “se o vaso pode estar pleno é na medida em que, primeiro, em sua essência, ele é vazio” (LACAN, 2008a, p. 147). De alguma forma, isso nos evidencia a dimensão da linguagem, e dos seus efeitos, já que a inscrição do simbólico produz o real. No seminário 11, Lacan (2008b) aponta que o inconsciente diria respeito a alguma coisa ainda não existente, como o intervalo entre o que não existe e o que está por vir, uma vez que ele seria estruturado como uma linguagem. Nesse sentido, podemos pensar no inconsciente como o não realizado, o “ainda-não”, proposto por Bloch (2005), aquilo que existe como possibilidade, em que o devir está à deriva e oculto de si mesmo, subjacente a uma consciência antecipatória.

Sendo assim, é possível pensar que a escrita literária pode trazer algo da ordem de uma antecipação, em especial as distopias, que compreendem narra-

ARTIGO

tivas tão absurdas, parecendo distantes de nós, até o momento em que comecem a se misturar com as narrativas dos jornais, formando uma linha tênue entre ficção e realidade. Nesse sentido, lembramo-nos de Rancière, ao dizer que a soberania estética da literatura não seria o reino da ficção, mas “um regime de indistinção tendencial entre a razão das ordenações descritivas e narrativas da ficção e as ordenações da descrição e interpretação dos fenômenos do mundo histórico e social” (2009, p. 55). Com isso, o filósofo alude à possível existência de uma estética que possuiria a capacidade de revolucionar os fatos, em que o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido.

É por isso que a experiência de Aldous Huxley nos convoca a (re)pensar sobre a teoria e (re)lançar nossas questões. Quando escreveu *Admirável mundo novo*, em 1931, contou a história de uma sociedade futura aparentemente ideal, onde o imperativo da felicidade tornou-se realidade através do uso da ciência. No romance, a sociedade é dividida em castas, não existe mais o que entendemos por mãe ou pai, os bebês são gerados em laboratórios e condicionados a determinados comportamentos de acordo com seus lugares na sociedade; existe uma “liberdade” sexual que implica manter relações físicas com quantos parceiros quiser, sem estabelecer vínculo afetivo, o qual seria angustiante por excelência. Além disso, há muitas distrações para as horas vagas, como o cinema sensível; e, quando alguma coisa parece não estar bem, existe o *soma*, uma espécie de fármaco que alivia instantaneamente qualquer mal-estar que irrompa. O *soma* é descrito por Huxley como “uma instituição política”, sendo a dopagem dos indivíduos um benefício para o Estado, já que “a dose diária de soma era uma garantia contra a desadaptação pessoal, contra a agitação social e a divulgação de ideias subversivas” (1959, p. 118). No entanto, como aspecto característico das narrativas distópicas, algo dá errado (ou certo demais), denunciando os sujeitos desamparados e a impossibilidade de felicidade constante e da ordem absoluta.

Quase 30 anos após o lançamento desse livro, em 1956, Huxley publica o ensaio *Regresso ao admirável mundo novo*, que escreve como uma reflexão sobre o rumo que o mundo estava tomando, de modo que muitos aspectos de seu romance de 1931 estavam se tornando realidade, algo que nem ele esperava. O modo como Huxley descreve os fatos mostra que a sociedade em que o autor vivia naquele momento posterior confirmava suas previsões. Quando visitamos essa obra na atualidade, quase 90 anos após sua primeira publicação, a impressão que fica é que Huxley escreveu uma série de obviedades, costumes e imperativos cotidianos da vida ocidental contemporânea. Teriam Huxley e todos os outros escritores literários que escreveram textos “proféticos” a capacidade de ler o futuro? Provavelmente não. Não é sobre vidência que estamos falando, é sobre linguagem e suas artimanhas.

Entretanto, a ideia de uma suposta “vidência” nos leva diretamente ao poeta francês Arthur Rimbaud, que, em maio de 1871, escreveu duas cartas que ficaram conhecidas como *Cartas do vidente*. A primeira delas foi escrita dia 13 de maio e endereçada a Georges Izambard, ex-professor de Rimbaud em Charleville. A segunda foi escrita dia 15 do mesmo mês e enviada ao poeta Paul Demeny. O que essas cartas têm em comum é a defesa que Rimbaud faz de uma nova razão poética a partir de uma crítica à poesia ocidental desde a idade antiga. Para tecer essa crítica, Rimbaud afirma que quer ser poeta e trabalhar para tornar-se *vidente*, ou seja, chegar ao desconhecido através do desregramento [*dérèglement*] de todos os sentidos, “todas as formas de amor, de sofrimento, de loucura; ele busca a si mesmo, ele exaure em si mesmo todos

os venenos, para então guardar apenas as quintessências” (RIMBAUD, 1999, p. 88). É nessas cartas que Rimbaud exteriorizou sua famosa fórmula *je est un autre*, a qual podemos traduzir por *eu é outro*, evidenciando outra dimensão do Eu, que poderíamos entender como sendo da ordem do insabido.

Tendo a pensar que esse *outro* diz respeito ao desconhecido que nos habita, ao infamiliar que nos assola e nos constitui, como bem postulou Freud (2019). Esse desconhecido talvez nos dê notícias através da experiência daquilo que lemos nas narrativas literárias e nos convoque a pensar, produzir associações, causando estranhamento. Se pensarmos com Blanchot (1969), seria a experiência do neutro, que nos permitiria vivenciar o fora, os desdobramentos da obra, o que nos possibilitaria escutar a linguagem em suas distorções, para além das obviedades do senso comum. De alguma forma, a experiência do fora, proposta por Blanchot, nos colocaria em uma posição onde cairiam as evidências de nosso tempo e, com elas, os espelhos de nosso narcisismo.

Entendo que esse desejo de Rimbaud em tornar-se vidente diga de sua percepção sobre a arte que lhe apetece, já que o poeta reconhecia nos escritos literários uma certa possibilidade de consciência antecipatória da cultura, bem como uma capacidade de transgredi-la a partir dos jogos e do tensionamento das palavras e dos afetos. Desse modo, ressalto a importância de tomarmos as imagens literárias como polissêmicas, de não cairmos na armadilha da evidência, da univocidade de sentido. As imagens que a literatura nos possibilita tecer supõem muitas leituras possíveis, muitas reflexões sobre a cultura e sobre nós mesmos. Logo nos cabe o questionamento: o que podemos ler daquilo que os escritores estão dizendo? Qual poderia ser a atualidade das distopias?

De certo modo, nossa posição ética de leitura das obras envolve o encontro com o sujeito do inconsciente, ou seja, a dimensão *não-toda* e pulsante da subjetividade. Logo não há a pretensão de conferir um fechamento ao enigma que os traços da cultura nos possibilitam. Por isso, no ato analítico, é o estranho que convoca o olhar e suscita as interrogações, a repetição e os deslocamentos dos significantes em jogo (MARSILLAC; BLOSS; MATTIAZZI, 2019). Assim, as obras como produções culturais nos convocam a olhar, a questionar e, possivelmente, a reescrever histórias.

Quem sabe, se tivéssemos escutado Machado de Assis em seu tempo, teríamos sido os precursores na reforma psiquiátrica, já que o seu *Alienista* foi uma das primeiras narrativas culturais a tensionar o entendimento sobre a loucura e sobre o aprisionamento dos sujeitos, muitos anos antes de Basaglia e Rotelli desenvolverem suas proposições. Isso nos mostra que uma cultura precisa de arte, de literatura, da possibilidade de se pensar *mais além* do que é dado a ver. Não é em vão que, geralmente, os governos autoritários ataquem as artes e os artistas, pois, no fundo, sabem que as obras podem nos levar ao (des)conhecimento, às reflexões e às transgressões culturais. No fim das contas, mesmo as distopias podem ter uma função utópica. Para finalizar, as palavras do “poeta vidente”: “Que ele estoure em seu sobressalto pelas coisas inaudíveis e inomináveis: virão outros horríveis trabalhadores; eles começarão pelos horizontes onde o outro se abateu!” (RIMBAUD, 1999, p. 89).

ARTIGO

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. **Obra completa**: vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- BLANCHOT, M. **L'Entretien infini**. Paris: Éditions Gallimard, 1969.
- BLOCH, E. **O princípio esperança**: vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- FRAYZE-PEREIRA, J.A. **Arte, dor**: inquietudes entre estética e psicanálise. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.
- FREUD, S. O infamiliar. In: _____. **O infamiliar; seguido de O homem de Areia de E.T.A. Hoffman**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Trabalho original publicado em 1919).
- _____. O poeta e o fantasiar. In: _____. **Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Trabalho original publicado em 1908).
- FROMM, E. Posfácios. In: ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 1961.
- HUXLEY, A. **Retorno ao admirável mundo novo**. São Paulo: Hemus, 1959.
- _____. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo, 2009.
- JACOBY, R. **Imagem imperfeita**: pensamento utópico para uma época antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LACAN, J. **O seminário: Livro 7: A ética da psicanálise, 1959-1960**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.
- _____. **O seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.
- MARSILLAC, A.L.M.; BLOSS, G.M.; MATTIAZZI, T. Da clínica à cultura: desdobramentos da pesquisa entre psicanálise e arte. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 787-808, 2019.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- REGNAULT, F. **Em torno do vazio**: a arte à luz da psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.
- RIMBAUD, A. **Poésies. Une saison en enfer. Illuminations**. Paris: Gallimard, 1999.
- SOUSA, E.L.A. Psicanálise e a vocação iconoclasta das utopias. **MORUS – Utopia e Renascimento**, n. 6, 2009.
- WEINMANN, A.O. Sobre a análise fílmica psicanalítica. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 1-11, jan. 2017.
- ZAMIÁTIN, I. **Nós**. São Paulo: Aleph, 2017.

EM PAUTA

O INQUIETANTE FREUDIANO E A EXTIMIDADE LACANIANA: DISTINTOS TRAÇOS DA NEGATIVIDADE NA PSICANÁLISE

THE UNCANNY FREUDIAN AND THE *EXTIMITÉ* LACANIAN: DISTINCT NEGATIVITY TRAITS IN PSYCHOANALYSISNelson da Silva Junior¹Guilherme C. Oliveira Silva²

¹Psicanalista, doutor em Psicopatologia Fundamental pela Universidade Paris VII, professor titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Coordenador do Latesfip, juntamente com Christian Dunker e Vladimir Safatle. Autor, entre outros, dos livros *Le fictionnel en psychanalyse – Une étude à partir de l'œuvre de Fernando Pessoa* (Presses Universitaires du Septentrion, 2000), *Linguagens e pensamento – A lógica na razão e desrazão* (Casa do Psicólogo, 2007), *A psicologia social e a questão do hífen* (org. de Silva Junior e Zangari; Blucher, 2017), *Patologias do social* (org. de Dunker, Silva Junior e Safatle; Autêntica, 2018) e *Fernando Pessoa e Freud: diálogos inquietantes* (Blucher, 2019). E-mail: nelsonsj1961@gmail.com

²Psicanalista, mestre em Psicologia Social pelo IPUSP, com a dissertação *Leitura e escrita da letra na obra de Jacques Lacan, e atualmente doutorando do mesmo departamento, prosseguindo com o tema da leitura e da escrita, pensadas em relação aos seus efeitos numa análise*. E-mail: guilhermoliveira03@gmail.com

Resumo: O artigo parte da hipótese sobre o conflito de julgamento, levantada por Freud em 1919 para explicar o sentimento *inquietante*, como ponto de partida para uma aproximação e distinção da noção de *êxtimo*, desenvolvida por Lacan para tratar da *intimidade* daquilo que se apresenta como marca “externa”. Desenvolveremos essa relação ao trabalhar alguns problemas metapsicológicos, quais sejam: aquele da Coisa freudiana, aquele do *traço unário* e aquele da negatividade. Num primeiro momento, será através dessa discussão que leremos o que inquieta e que ao mesmo tempo é tão íntimo quanto externo para um sujeito. Porém, veremos como essas problemáticas não encerram o tema do *inquietante*. Veremos como a hipótese do conflito de julgamento coloca outras questões, fora do escopo metapsicológico, que merecem ser desenvolvidas a partir dessa comparação.

Palavras-chave: Inquietante. Êxtimo. Coisa. Traço unário. Negatividade.

Abstract: The article starts from the hypothesis about the conflict of judgment, raised by Freud in 1919 to explain the feeling of uncanny, as a starting point for an approximation and distinction of the notion of extimité, developed by Lacan to deal with the intimate of the “external mark”. We will develop this relationship by working on some metapsychological problems, namely: that of the Freudian Thing, that of the unary trait and that of negativity. At first, we will read what worries and which is both intimate and external to a subject. However, we will see how these problems do not end the topic of the uncanny. We will see how a hypothesis of conflict of judgment raises other issues, in addition to the metapsychological scope, that deserve to be developed from this comparison.

Keywords: Uncanny. Extimité. The Thing. Unary trait. Negativity.

Antes o voo da ave, que passa e não deixa rasto,
 Que a passagem do animal, que fica lembrada no chão.
 A ave passa e esquece, e assim deve ser.
 O animal, onde já não está e por isso de nada serve,
 Mostra que já esteve, o que não serve para nada.

“O guardador de rebanhos.”

Poemas de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa.

O inquietante é uma experiência afetiva localizável no tempo e no espaço, e não deveria mais ser uma novidade que ela é exclusiva da cultura ocidental moderna. Com efeito, não é um acaso que esta experiência apareça em nossa cultura apenas no século das Luzes, logo após a ultrapassagem da episteme renascentista ainda fortemente teocêntrica e na qual fenômenos que escapavam à banalidade cotidiana eram sistematicamente identificados como sinais legíveis da ordem divina sobre o mundo (FOUCAULT, 1996). É somente na literatura europeia do início século XVIII que os primeiros relatos de eventos de exceção passam a se articular com um desamparo maior, efeito do ocaso da crença em Deus como fiador da ordem cósmica. A experiência do inquietante, nesse sentido, é compreensível como uma forma social de sofrimento, resultante das alterações da cultura. A exemplo da genealogia lacaniana do sujeito do inconsciente (LACAN, 2001), ela resulta da primazia da ciência como discurso da verdade sobre a religião. Ora, em seu texto *O inquietante*, Freud (1982) construiu uma hipótese metapsicológica sobre esta experiência que repousa precisamente sobre esse conflito do julgamento de espessura histórica: ela resultaria, segundo Freud, de um *conflito de julgamento* a respeito da natureza real ou ficcional do evento de exceção. Para Freud, o conflito de julgamento desencadeado pelo evento de exceção coloca em questão precisamente o pressuposto iluminista de que vivemos em um mundo desencantado, uma vez que ele parece ser causado por formas aparentemente *significativas*, inscritas neste mundo. Em outras palavras, a estrutura da hipótese freudiana do conflito de julgamento espelha outro conflito, aquele entre dois momentos da história da cultura, o Renascimento e o Iluminismo.

Lacan, por seu turno, propõe o conceito de extimidade no contexto de uma discussão diferente, mais especificamente ligada ao esforço de nomeação do lugar do objeto a em sua topologia: “Ele [o objeto a] está aqui em um lugar que nós podemos designar com o termo de êxtimo, conjugando o íntimo à radical exterioridade” (LACAN, 2006, p. 249). Não se trata, portanto, como é o caso em Freud, de fornecer uma hipótese metapsicológica sobre uma experiência específica e pontual, quiçá rara, mas sim de aprimorar um modelo de sujeito, integrando um dos aspectos da negatividade do objeto em sua teoria do desejo. Em outras palavras, se no caso de Freud o inquietante se compreende como uma experiência contingente, em Lacan o êxtimo faz parte da constituição do sujeito, ainda que Lacan entenda essa estrutura como histórica, tal como fica claro no texto mencionado acima, *A ciência e a verdade*. Mas se trata de contingências de temporalidades distintas: no primeiro caso, de uma *cuenta corta* e, no segundo, de uma *cuenta larga*, conforme a divisão maia e asteca entre duas formas de historicidade³.

Apesar desta diferença, a aproximação entre os dois conceitos é inevitável. Em primeiro lugar, pela proposta do próprio Lacan de tradução do termo *Unheimlichkeit* por *extimité*. Em segundo lugar, pela referência comum a uma

estrutura de indecidibilidade entre opostos: num caso entre a ficção e a realidade, e noutro entre a intimidade e a exterioridade. Em terceiro lugar, e este é o nosso objetivo, por essa aproximação permitir revelar que a conceitualização freudiana é restrita em relação aos seus próprios objetivos explicativos.

De fato, comparar esses dois conceitos em suas lógicas internas permite revelar suas respectivas potencialidades. Esta comparação revela primeiramente uma restrição na teorização freudiana da experiência do inquietante. Apesar da originalidade do objeto e da conceitualização da pesquisa freudiana sobre o inquietante, uma análise mais detida sobre esta última revela que ela não contempla uma gama específica deste sentimento. Mais especificamente, as experiências de inquietante que podem ser compreendidas como hipérbolos da ficção, ou seja, ameaças de ficcionalização da realidade como um todo, não são contempladas pela forma específica do conflito de julgamento proposta por Freud para sua compreensão, restrição conceitual de Freud que remonta, em última instância, à sua concepção de ciência (SILVA JUNIOR, 2019). Ora, o conceito de extimidade de Lacan reserva um lugar estrutural à negatividade em sua trama conceitual de base e é, nesse sentido, não somente um conceito capaz de contemplar as formas de inquietante invisíveis à conceitualização freudiana, como também um operador preciso na análise das diferenças da economia conceitual freudiana e lacaniana.

Nosso percurso parte de uma releitura da economia conceitual da Coisa freudiana, de modo a demonstrar a antecipação da estrutura da hipótese de Freud sobre o inquietante já neste conceito. Esta análise retroativa do texto freudiano nos permite aproximar os dois conceitos, pois a problemática da *Coisa* freudiana é avançada por Jacques Lacan em diversos momentos de sua obra. Com efeito, esse passo preliminar é uma condição de método, pois interessamos analisar a seguir a problemática da Coisa a partir da ideia de êxtimo, isto particularmente em ressonância com seus desenvolvimentos acerca do traço unário (LACAN, [S.a.]). Tal como Lacan o trabalha, no traço há algo relativo ao *apagamento*, diante do qual se encadearia a repetição de alguma coisa que *marca*. Esta alguma Coisa teria a ver com o que não foi inteiramente assimilado pelo aparelho psíquico, que ali irrompeu como *Coisa estrangeira*: algo da ordem do real, possível de ser suposto apenas na medida dos seus efeitos. É aqui que entra a ideia de êxtimo cunhada por Lacan em 1960. A seguir, exploraremos a relação que estabelecemos entre essa extimidade e a conceitualização do inquietante, segundo a análise freudiana de 1919. Assim, ao partir de um desenvolvimento acerca da Coisa freudiana, será possível chegar à extimidade de Lacan, desde que esta seja trabalhada com auxílio da noção de traço unário.

Conforme dito, iniciaremos tratando o problema freudiano sobre a Coisa, com um comentário sobre o *Projeto para uma psicologia científica* (FREUD, 1996). Enquanto Lacan no *Seminário IX* (LACAN, [S.a.]) fala de um *apagamento* da Coisa e de *repetição* do traço para elaborar o que ele concebe como encaideamento significativo, Freud recorrerá a elaborações fundamentais no conceito de pulsão (*Trieb*) e em teorias biológicas acerca dos neurônios, visando a tratar das marcas próprias do aparelho psíquico que produziriam o fenômeno da memória e, ademais, do não sabido do inconsciente. Parece-nos que Lacan abre mão de uma reflexão biológica e neurológica sobre a problemática da Coisa, talvez com intuito de inserir considerações sobre a escrita e a letra. Vejamos como Freud desenvolve a questão a partir de um comentário sobre o Projeto.

A COISA E SUA LEITURA

Às voltas com as questões surgidas a partir da clínica das histéricas, Freud se esforçará em teorizar o funcionamento do aparelho psíquico servindo-se dos recursos que lhe eram disponíveis segundo a ciência da época. Escreverá o *Projeto para uma psicologia científica* (FREUD, 1996), em que desenvolveu uma hipótese sobre a existência de três tipos de neurônios e suas interações, com intuito de explicar a diferença entre o sistema perceptivo, o sistema ψ e a consciência. Além disso, também criou uma hipótese sobre as *barreiras de contato* entre neurônios, antecipando de certo modo a teorização sobre as sinapses, feita apenas dois anos depois por Foster e Sherrington em 1897⁴.

Os traços mnemônicos, traços da memória e do inconsciente, são para ele fundamentados nessas barreiras de contato, na medida em que somente determinadas quantidades de descarga de energia ativariam determinadas ligações neuronais, marcando um caminho e permitindo a retenção de impressões. É um modelo ainda hoje muito interessante para se pensar o sistema ψ , a partir da ultrapassagem de barreiras e de alterações qualitativas e a partir de diferenças quantitativas. De certo modo, o que permitiria a diferenciação na passagem de informação através dos neurônios seriam tais barreiras, enquanto espécies de “impedimentos”.

Se pensarmos na teorização lacaniana acerca das ligações significantes, podemos fazer uma analogia entre essas barreiras e a barra que separa o significante do significado no signo S/s ; ou até mesmo uma analogia entre elas e o fato de um significante nunca poder representar a si mesmo, de ser necessário um deslocamento para outros significantes, produzindo ligações entre $S1$ e os outros significantes $S2$. Enquanto Freud cria uma hipótese biológica para explicar o fato de o aparelho psíquico poder reter informações, Lacan pensa numa ideia de barreira num sentido linguístico para explicar o que se supõe como diferença entre significante e significado e, além disso, a ideia de cadeia significante. Permanecemos por hora acompanhando o raciocínio freudiano e sua perspicácia, que pensa a hipótese dessas barreiras de contato para explicar a diferenciação entre o sistema perceptivo e o sistema ψ :

A hipótese de haver dois sistemas de neurônios, ϕ e ψ , o primeiro formado por elementos permeáveis e o segundo por impermeáveis, parece fornecer a explicação para uma das peculiaridades do sistema nervoso – a de reter e, ainda assim, permanecer capaz de receber (FREUD, 1996, p. 354).

Em relação à percepção, a ideia de Freud é a de que não poderia haver resistência na passagem de informação e nem retenção, na medida em que os neurônios perceptivos precisariam estar sempre aptos a novas excitações. Em contrapartida, o sistema ψ , com essa característica de retenção, seria aquele ligado à memória e à permanência de traços mnemônicos no inconsciente. De certo modo, é um funcionamento em que é possível *escrever* alguma coisa – se pensarmos na metáfora incontornável, desenvolvida décadas depois, em *Nota sobre o bloco mágico* (FREUD, 2011). Porém, o sistema ψ não poderia tão somente oferecer resistência à passagem de energia. Haveria situações ligadas à reaprendizagem e à transformação de impressões nas quais esse sistema de neurônios precisaria ser menos impermeável. Nesses momentos, entraria em jogo o chamado grau de facilitação (FREUD, 1996), que consiste em tornar esses neurônios menos impermeáveis, com as barreiras de contato mais capazes de condução – desse modo, mais semelhantes ao sistema perceptivo.

O sistema perceptivo agiria como uma espécie de filtro, protegendo o aparelho psíquico das excitações externas. Trata-se da mesma função do pedaço transparente de celuloide e do papel encerado na futura metáfora do bloco mágico (FREUD, 2011, p. 258). Nesse sentido, essa “superfície” precisaria estar apta a receber as excitações (é sobre o que escrevemos no bloco mágico), sem retê-las, pois esta última ação ficaria a cargo do sistema ψ (ou seja, da placa de cera, no futuro modelo). O contato com o mundo externo se daria, primeiramente, a partir desse filtro. Ora, será importante fazer um pequeno desenvolvimento em relação a isso. Enquanto sistema, estabelecendo contato com o que é externo, ele simultaneamente se diferencia deste externo na medida em que obedece a uma lógica de “codificação”. Ou seja: os pulsos neuronais através dos quais uma quantidade de energia entra pela percepção já são diferentes da coisa percebida. Este ponto é fundamental e merece toda nossa atenção: o “externo” é codificado pelo sistema ϕ , é “transformado” em pulsos neuronais.

Entretanto, algumas *Coisa* seriam disruptivas para o aparelho psíquico e sua codificação: não seriam totalmente assimiladas, gerando uma grande quantidade de energia residual. O conceito kantiano de a coisa em si, o númeno, em oposição ao fenômeno, é aqui um modelo de inspiração facilmente reconhecível na pena freudiana. De fato, em Kant, a coisa em si é incognoscível, isto é, inassimilável por nossas formas a priori da percepção, quais sejam, o tempo e o espaço e, portanto, não acessível ao entendimento. Mas, em Freud, a Coisa, mesmo que não exatamente assimilada, deixaria “marcas negativas” no aparelho psíquico, isto é, não um registro nele, mas formas de reação desse aparelho que seriam o seu efeito indireto. Assim, para tentar gerir isso que causou uma espécie de ruptura, entraria em jogo um princípio básico de funcionamento, qual seja, o princípio do prazer:

Os resíduos dos dois tipos de experiências [de dor e de satisfação] que acabamos de examinar são os afetos e os estados de desejo. [...] O estado de desejo resulta numa *atração* positiva para o objeto desejado, ou mais precisamente, por sua imagem mnêmica; a experiência da dor leva à repulsa, à aversão por manter catexizada a imagem mnêmica hostil. Eis aqui a *atração de desejo* primária e a *defesa* [repúdio] primária (FREUD, 1996, p. 374).

Na relação com a Coisa (aqui chamada de objeto) entrará em jogo para Freud a noção de princípio do prazer, enquanto uma modulação do aparelho psíquico que tentará ainda assim “levar em conta” as experiências com o mundo externo a partir da atração gerada (prazer) e do repúdio (desprazer). Continuando:

A linguagem aplicará mais tarde o termo *juízo* a essa análise e descobrirá a semelhança que de fato existe [por um lado] entre o núcleo do ego e o componente perceptual constante e [por outro] entre as catexias cambiantes no *pallium* e a componente inconstante: esta [a linguagem] chamará o neurônio *a* de *a coisa*, e o neurônio *b*, de sua atividade ou atributo – em suma, de seu *predicado* (FREUD, 1996, p. 380).

Tal análise se refere a esse condicionamento do aparelho psíquico pelo princípio do prazer/desprazer; ou seja, se haverá atração ou repulsa diante da imagem mnemônica. Este princípio possibilita repetições no aparelho psíquico, enquanto caminhos facilitados para a descarga de energia. Freud ainda não

está tratando do paradoxo da repetição desenvolvido em *Além do princípio do prazer* (FREUD, 2010) ligado às experiências traumáticas; a repetição aqui tem a ver com o próprio princípio do prazer, os caminhos marcados no aparelho psíquico. Embora seja o sistema neuronal (se pudermos assim nomeá-lo) que determinará esse caminho de atração e repulsa, a presença da Coisa será fundamental, mas apenas teremos notícias dela a partir das reações a ela por parte do aparelho psíquico, uma vez que não poderíamos falar propriamente de “marcas” aqui.

Ora, esta passagem tem o interesse de apresentar precisamente o tipo de conflito que constituirá a hipótese metapsicológica sobre a experiência do inquietante, em 1919 (FREUD, 1982). Com efeito, após analisar sucessivas hipóteses sobre os processos psíquicos que estariam na base desta experiência, Freud chega à ideia de que o inquietante resulta sempre de um conflito de julgamento sobre a natureza do que é percebido. Trata-se do efeito afetivo que vem da indecidibilidade diante da percepção na realidade de algo que julgávamos como sendo da ordem da ficção:

As realizações de desejos, as forças ocultas, a onipotência dos pensamentos, a animação do inanimado não têm poder de produzir nenhum efeito inquietante, pois, para que se produza um tal sentimento, é preciso, como já vimos, um conflito de julgamento (*Urteilstreit*) quanto a saber se o inacreditável que foi superado não é possível realmente, questão que é pura e simplesmente eliminada pelos pressupostos do universo do conto (FREUD, 1982, p. 272).

É também interessante observar que Lacan, às voltas com uma problemática análoga a essa, cunhará o neologismo *extimidade* (LACAN, 1986, p. 98, aula do dia 10 de fevereiro de 1960), enquanto aquilo que é *externo* e *íntimo* ao mesmo tempo, relacionado no *Seminário XVI* ao objeto a (LACAN, 2006, p. 125, aula do dia 26 de março de 1969).

Para prosseguir com essa problemática sobre a relação da Coisa com aparelho psíquico, lida por Lacan com certa “intimidade”, ou extimidade do real, sigamos com os comentários de uma autora que se debruçou sobre esse ponto. Tratando do traumático na clínica, Berta (2015) desenvolve algumas hipóteses importantes que merecem ser comentadas.

Tomando como referência o sistema percepção-consciência, apresentado por Freud em *A interpretação dos sonhos* (FREUD, 2015), Berta falará de uma primeira transcrição na entrada do sistema perceptivo. Entende-se essa primeira transcrição como a cifração necessária do mundo externo em símbolos mnemônicos para o funcionamento do aparelho psíquico. Encontrar-se-ia aqui, para a autora, um sistema primitivo dos significantes, através do qual a Coisa sofreria um primeiro apagamento, uma primeira elisão. Essa Coisa está associada a algo do mundo externo que marca o sistema, mas que permanece apagado no psiquismo, porque a transcrição, o traço, obedece à lógica da escrita enquanto parte do sistema. Ao causar uma ruptura no aparelho, a Coisa não é totalmente transcrita: gera-se uma “marca negativa”, uma diferença no sistema neuronal, oriunda de algo que não se sabe muito bem o que é, uma vez que não há registro direto dela.

A autora direcionou sua análise para o texto *A interpretação dos sonhos*, mas é conhecida a influência dos esquemas neuronais teorizados primeiramente

te no *Projeto* (FREUD, 1996) sobre esse texto. Nesse sentido, nos permitimos acompanhar o seu comentário na direção do presente tópico:

As *Prägungen* das experiências de satisfação e das experiências de dor não são passíveis de serem inscritas nem transcritas, mas podem, pela intensidade, causar uma inscrição, muito embora permaneçam como “a Coisa” (*Sachvorstellung* ou *Dingvorstellung*). O signo da percepção – o signo do cambista – é essa inscrição (*Ws*, *Wahrnehmungszeichen*). Identidade de percepção significa que ainda não estamos ao nível da significação, mas que tivemos a marca, a inscrição que implica uma fixação pulsional. Na medida em que temos possibilidade de transcrição, a memória, em ψ , vai *trançando* o mapa das facilidades. Assim, se gesta essa memória das experiências que são o produto da *Versagung* da tradução – esta não seria possível sem essa condição de elisão (BERTA, 2015, p. 99).

A inscrição da Coisa se daria como marca do que não pôde se inscrever, signo de algo que teria estado lá. Para Berta⁵, trata-se de uma experiência traumática, de um furo no aparelho psíquico que o faz funcionar em torno de algo que nunca é no fim cifrado e decifrado; que permanece como uma marca da ordem do real. Nesse sentido, a Coisa é associada ao objeto *a*, ao êxtimo e ao desejo indestrutível – teria a ver com o que se inscreve sem ser transcrito; com isso que se apresenta à percepção, mas que não é nunca inteiramente “codificado” em termos simbólicos. Diante disso, funcionaria a repetição.

Cabe ressaltar que a Coisa freudiana não é tomada como algo externo, e sim como Coisa nunca inteiramente assimilada, que irrompe no psiquismo deixando como marca aquilo que não se sabe muito bem marcar. Sua *atopia* é incontornável, ainda que seja inassimilável no interior de um sistema espacial binário, organizado em torno do *interior e exterior*.

Os termos *transcrição*, *tradução* e *transliteração* foram desenvolvidos por Jean Allouch (1984) para tratar da escrita em psicanálise. Enquanto a transcrição tem a ver com a escrita de algo real (escrita de um puro som a partir de símbolos), a tradução tem a ver com a transmissão de um sentido conhecido (via imaginário) e a transliteração à passagem de uma forma de escrita para outra forma de escrita (ligada à instância da letra). Deste modo, para a autora (BERTA, 2015), a marca deixada pela Coisa não é sequer transcrita, permanece como falha onde o símbolo não sabe entrar. Restam, entretanto, esses traços (ou rastos) que não formam um sistema de escrita, mas que poderiam ser “contados” a partir da repetição. Será nesse sentido que apostará Lacan no *Seminário IX* (LACAN, [S.a.]) ao elaborar o conceito de traço unário.

TRAÇO UNÁRIO

Em seu seminário *L'identification* (LACAN, [S.a.]), Jacques Lacan criará uma hipótese sobre o nascimento da escrita associada ao que ele nomeará como *apagamento* da Coisa. Cunhando o neologismo *effaçons*, que conjuga a palavra *formas* (*façons*) e o verbo *apagar* (*effacer*), o psicanalista teorizará que o significante passa a ter efeito de estruturação do sujeito a partir do momento no qual acontece tal apagamento e conseqüente redução ao traço unário.

O apagamento da Coisa se daria tanto no sentido figurativo, com a transformação de desenhos em letras, quanto como forma de marcar o real, a partir da repetição. Vejamos esses dois casos:

No primeiro caso, trata-se da diferença entre signo e significante: enquanto um signo representa uma coisa para alguém, um significante representa um sujeito para outro significante. Assim, por exemplo, pensemos nos desenhos ditos primitivos que representariam coisas para pessoas, como animais, caça, comida, etc. Um desses desenhos poderia ser uma cabeça de boi que de repente passaria a ser usado como ornamento ou marca. Com o tempo, esse desenho começaria a perder o seu caráter figurativo relacionado à cabeça do animal e se transformaria em traços mais ou menos fixos. Eis aqui uma hipótese do que teria acontecido na origem da letra *Álef*, ancestral do alfa grego e do nosso *a* latino. *Álef* inicialmente é, em fenício, a palavra para o nome do animal. Mas a representação gráfica do animal era um desenho esquemático de uma cabeça de boi com seus chifres: ∇ . Este desenho vai aos poucos perdendo seu vínculo com seu referente na realidade, e de “cabeça de boi”, ele se torna a representação gráfica não do nome do animal, mas do significante *Álef*, sendo usado como símbolo em vasos, objetos, etc. Ainda não é exatamente uma letra, mas sim um símbolo que pode ser encontrado em diversos objetos com milhares de anos, construídos antes do surgimento de qualquer alfabeto (LACAN, [S.a.], aula do dia 6 de dezembro de 1961).

A partir do momento em que esse símbolo passou a ser usado dentro de um alfabeto para codificar os sons da fala, tratar-se-á da transformação do signo em letra do alfabeto. *Álef* não será mais o símbolo da cabeça de boi, mas sim uma letra dentre várias, usada para escrever qualquer significante que inclua seu fonema. Ora, há um progressivo grau de abstração envolvido nesse processo: de um desenho que representava uma Coisa para alguém (a cabeça de boi), passa-se para um símbolo ligado a esse objeto (símbolo *Álef*, com uma forma parecida com a cabeça de boi, mas usado em objetos como símbolo, num sentido diferente do figurativo) e, finalmente, chega-se a um uso enquanto letra de um alfabeto, cuja relação com a coisa primeiramente representada não tem mais nenhum efeito (ao se transformar numa letra que conota o significante, a representação é abstraída, pois só importará o fato de *Álef* ser um símbolo gráfico de um alfabeto). Esse é um dos sentidos do que Lacan nomeia como *effaçons*: a Coisa é progressivamente apagada até o momento no qual entra em questão o funcionamento do significante, enquanto pura diferença ligada à lógica de uma língua.

Podemos pensar que já em relação ao primeiro desenho ∇ haveria um tipo de apagamento: o desenho da cabeça de boi é diferente da própria cabeça de boi, embora com um sentido restritamente associado a ela, na medida em que representa essa coisa para alguém. Porém, quando se transforma em letra, *Álef* (ou o nosso *a* latino) não tem nenhum sentido definido, senão o fato de ser uma letra de um alfabeto. Aliás, além de não ter um sentido, permite que se escrevam diversos sentidos, pois essa letra associada a outras transforma os sons da fala em sílabas, palavras, frases e textos. Assim, Lacan dirá que a letra, não sendo do mesmo registro do significante (LACAN, 1999), seria usada para marcá-lo e aperfeiçoá-lo. Trata-se aqui de uma virada teórica importante, pois se em *A instância da letra* (LACAN, 2001) a letra fora teorizada como estrutura localizada do significante, com os desenvolvimentos do *Seminário IX* ela não é mais considerada como *efeito* do significante, mas como signo escrito, sem sentido, que serve para elaborá-lo (SILVA, 2018).

No segundo caso, em se tratando de marcar o real a partir da repetição, encontramos mais especificamente a teorização de Lacan sobre a série unária. Ao se apagar aquilo que teria estado lá (tal como no caso da Coisa freudiana),

sobririam os seus rastros (*traces*) que, ao serem trabalhados e *escritos*, tornar-se-iam traços (*traits*) encadeados segundo a lógica diferencial do significante. Essa diferença entre rastro e traço é fundamental. Um rastro permite uma *leitura*: algo teria estado lá, não se sabe o quê, mas trata-se de uma “marca negativa” que pode ser lida a partir dos efeitos que desencadeou no sistema. Se pensarmos no que anteriormente discutimos em relação ao *Projeto* (FREUD, 1996), trata-se da mesma lógica da Coisa freudiana, nunca inteiramente assimilada pelo psiquismo, mas marcando-o, tal como se pode deduzi-lo a partir da leitura das experiências de prazer e desprazer. Trata-se de uma eficácia da negatividade também presente no conceito de *êxtimo* em Lacan (2006), lugar espacial impossível de um objeto simultaneamente externo e íntimo. Nos três casos, a Coisa, o *rastro* e o *êxtimo*, uma série de eventos de exceção no psiquismo poderá ser considerada, desde o desejo até o traumático no aparelho psíquico, a respeito do qual Berta (2015) falará mais particularmente. Mas cabe sublinhar que nos três casos, a força de um tipo de negativo não codificável pelo sistema simbólico atinge esse sistema enquanto causa de seus movimentos mais intensos. Poderíamos incluir nessa série de “marcas negativas” do psiquismo a pulsão de morte, mas isso exigiria outros desenvolvimentos (cf. SILVA JUNIOR, 2019). Retornemos ao rastro.

Resumindo, algo da ordem do real que pode ser lido; fora do sentido, porque não assimilado pelo aparelho psíquico, mas marcando-o pelo seu *negativo*: a estrutura simbólica giraria em torno desse *furo*. Porém, isso coloca uma questão séria: se esse objeto está fora do sentido, como seria possível trabalhá-lo teórica e, portanto, clinicamente na psicanálise? A aposta de Lacan é no traço unário.

O *rastro* da Coisa poderia ser *escrito* como um *traço*. À medida que a repetição agisse, outros traços poderiam ser escritos, fornecendo uma série de escansões a partir da qual seria possível depreender uma lógica ligada às “aparições” ou “retornos” dessa Coisa. Há uma passagem no *Seminário IX* que ilustra e esclarece melhor essa questão.

Na lição do dia 6 de dezembro de 1961 (LACAN, [S.a.]), o psicanalista comenta sobre alguns ossos pré-históricos expostos no *Musée de L’Homme*, nos quais estavam desenhados vários tracinhos paralelos formando uma espécie de sequência. Um traço depois do outro, como uma série. Ela poderia querer dizer: “um dia matei um animal”, “outro dia matei outro animal”, “outro dia, outro animal”, etc. A repetição desses traços com o tempo permitiria uma diferença no tempo. “Não ainda um hoje, um ontem e um amanhã: mas simplesmente escansões, que retiravam o homem de seu presente eterno” (SILVA, 2018, p. 57). Essa série seria um exemplo de uma série unária: o que enunciaria diferenças não seria exatamente o formato dos traços; não se trataria de desenhos figurativos que isolassem um objeto. A diferença seria marcada pela repetição. Um traço em si não diria nada, mas a repetição em série sim. Num certo sentido, essa série permitiria um tipo de abstração: a Coisa à qual se referia (os eventos de caça, por exemplo) só poderia ser suposta a partir da série de marcas de eventos sucessivos: Uma caça, uma caça, uma caça, etc. Cada traço escrito revelava o rastro de uma outra coisa: de um alhures, de uma outra cena.

Trata-se, aqui, de uma escrita que não se baseia na fala, mas sim na leitura desses rastros, na leitura do que teria sido apagado. Deste modo, o nascimento da letra não terá a ver com o significante, embora ela possa ser usada posteriormente na constituição dos alfabetos, para marcar o significante e elaborá-lo diferencialmente em sua relação com outros significantes.

Assim, podemos dividir a escrita em duas vertentes: uma ligada ao apagamento da Coisa, e a outra ligada ao significante. Em relação à primeira, trata-se da matéria mesma da letra: da hipótese do seu surgimento a partir do que se pode ler da existência da Coisa em sua inexistência mesma. Sua lógica teria a ver com as aparições do real, enquanto *irrupções* de algo que nunca é de fato assimilado pelo aparelho psíquico, mas cujos *eventos* podem ser contados e escritos desde que em cada um deles se leia um traço. Não se trata ainda de uma escrita, mas da constituição de uma série a partir dos rastros que podem ser lidos como marcas de uma não existência. A série assim escrita não conta com princípios lógicos, como, por exemplo, o princípio de não contradição na lógica aristotélica (BADIOU; CASSIN, 2010). Ela não conta com esses princípios, porque ela não lê na existência as relações lógicas estruturadas por esses princípios. O que ela lê é o real, não como existência de algo, mas sim como não existência. Ou seja: ao não contar com esses princípios, ela *conta apenas* o real.

A outra vertente da escrita é aquela ligada ao significante. Aqui, trata-se de sistema, da elaboração de um alfabeto que permite marcar e transcrever a fala. Em dado momento do seminário *L'identification*, Jacques Lacan se encontra às voltas com essa problemática. Com intuito de resolvê-la, ele falará de uma escrita em *latência* no significante. Assim, a partir do momento em que a letra do alfabeto veio a se associar à fala, ela teria “ativado” essa escrita em latência do significante. Uma hipótese interessante, trabalhada à sua maneira por dois comentadores da obra do psicanalista, que elaboram o tema da escrita, quais sejam: Jean Allouch (1984) e Pommier (1993).

Feita essa discussão, podemos retomar o tema do inquietante em Freud e estabelecer uma relação entre a Coisa e o que tratamos como irrupção no aparelho psíquico e sua teorização sobre esse sentimento. Retomaremos aqui apenas alguns dos fios argumentativos de Freud nesse texto, de modo a colocar em relevo aquilo que nos parece o mais importante, sua limitação em relação ao conceito de Coisa que o precedeu, e ao de êxtimo, que o sucedeu no ensino de Lacan.

O INQUIETANTE: NEM CASTRAÇÃO, NEM MORTE, MAS INEXISTÊNCIA

Freud inicia o tema do inquietante falando de estética, como qualidade do sentir. Trata-se de um sentir que muitas vezes se confunde com o angustiante, mas cuja tarefa investigativa ele avançará no sentido de distingui-los. Algo da ordem do horrível, do repulsivo e doloroso. A primeira definição encontrada no texto é “[...] aquela espécie de coisa assustadora que remonta ao que é há muito conhecido, ao bastante familiar” (FREUD, 2010, p. 331). Assim, a questão se coloca sobre sob quais condições o familiar poderia se tornar inquietante.

Apesar de inúmeros exemplos do surgimento desse sentimento na vida cotidiana, curiosamente, sua escolha é por trabalhar principalmente com a literatura, em particular a história *O homem da areia*, de E.T.A. Hoffmann, visando a investigar o que ali despertaria o sentimento inquietante. Cabe observar o fato de sua análise se direcionar a um *traço* que se repete durante toda a narrativa, qual seja: aquele dos *olhos*. Diversos momentos dessa história trazem à tona o tema dos olhos e do olhar, seja através das cenas, seja através de significantes, como no caso do nome Coppo (equivalente à cavidade ocular). Vejamos alguns momentos nos quais o traço dos olhos se figura nas cenas do romance: a visão do advogado Coppelius no escritório do pai e sua fala “olhos aqui, olhos aqui”; o ótico italiano Giuseppe Coppola que oferece a Nathaniel (o protagonista) o

“olho bonito”, mostrando-se no fim se tratar de óculos; os binóculos de bolso comprados de Coppola, através dos quais Nathaniel observa a silenciosa, imóvel e bela Olímpia; a história do homem da areia, que jogaria areia nos olhos das crianças, fazendo com que os olhos saltassem, etc.

Freud associa esse traço, a *ameaça aos olhos*, ao tema da castração, e analisa as suas incidências na história como trazendo à tona o sentimento inquietante. No caso da história, tudo gira em torno da morte misteriosa do pai e do tema da castração vivenciado de uma maneira terrível para aquele sujeito, como algo nunca exatamente assimilado, tal qual a Coisa freudiana. Poderíamos, também, em certa medida, aproximar a análise desse traço ao que desenvolvemos acerca da ideia de traço unário: trata-se de traço que se repete, através do que se marca alguma coisa que nunca é inteiramente assimilada pelo psiquismo, desvelando-se como o que haveria de mais externo e ao mesmo tempo íntimo para um sujeito. Mas não foram estas as escolhas de Freud. Continuemos para entender o caminho por ele adotado.

Em sua análise do romance, o tema da castração é central, mas também há a morte misteriosa do pai. É evidentemente tentador ler essa ausência de fiador absoluto da verdade a partir da hipótese de Lacan sobre a psicose. Nesse caso, essa ausência justificaria o tema da castração, tão central na construção desse personagem, na medida em que diante dessa ausência paterna sem marcas teria havido uma falha na inscrição simbólica, se pensarmos a partir da teoria lacaniana sobre a forclusão (LACAN, 1978). Certamente, trata-se de uma obra literária e não podemos considerar Nathaniel simplesmente como um sujeito psicótico em delírio. Porém, essa pode ser uma chave de leitura interessante, porque ajudaria a pensar não apenas os momentos de aparente delírio do personagem e a angústia esmagadora diante do significante *olhos*, como também a experiência inquietante de assistir a Natanael sofrer uma perda progressiva de sua capacidade de julgar o que é da ordem da realidade e o que é da ordem da ficção. Mais especificamente, a experiência inquietante de acompanhá-lo numa progressiva submersão no mundo da fantasia e do delírio. Sem dúvida, o mistério dessa morte é indissociável da *mise en abîme* da realidade como um todo nesse romance. Freud tampouco escolhe esse caminho, que, contudo, abre o romance de Hoffmann. Com efeito,

Hoffmann já desperta o leitor no interior do universo inquietante, quando inicia *O homem de areia* não com um narrador, mas com uma sequência incomum de trocas epistolares: Natanael escreve a Lothario, irmão de sua noiva, Clara, a respeito de seu terror na infância do homem de areia e sua associação entre Coppelius e Coppola, mas envia “erroneamente” essa carta a Clara, que lhe responde com outra carta, denunciando seu engano. Nataniel volta a escrever para Lothario sobre as assimilações entre a identidade de Coppelius, Coppola e Spalanzani, buscando separar o que é fruto de sua imaginação do que é real. O que esse quiproquó epistolar de fato revela é a ausência de um narrador que se responsabilize pela verdade da narração, inaugurando uma insegurança inédita na literatura e na cena cultural europeia (SILVA JUNIOR, 2019).

Outra trilha, também abandonada após alguns passos, é a morte. Num certo momento do artigo, elencando as diversas formas de se pensar o inquietante, Freud comentará sobre esse sentimento diante de cadáveres e mesmo diante do tema do retorno dos mortos. Dirá que em nenhum outro âmbito nos-

os pensamentos e sentimentos mudaram tão pouco desde os primórdios, com o arcaico tão bem conservado, como em nossa relação com a morte (FREUD, 2010, p. 361). Em meio a essa discussão, ele dirá:

É certo que a frase “Todos os homens são mortais” vem apresentada, nos manuais de lógica, como exemplo de proposição universal, mas para nenhuma pessoa ela é evidente, e hoje, como outrora, nosso inconsciente não tem lugar para a ideia da própria mortalidade (FREUD, 2010, p. 361).

A ideia da morte é disruptiva, limita em alguma medida qualquer formação de sentido formulada pelo homem. É interessante observar a consideração de Freud sobre não haver lugar para a ideia de nossa mortalidade no inconsciente, como algo que, justamente, não se inscreve. Para além da universalidade da proposição, há algo em cada sujeito que não se enquadra totalmente na proposição. Certamente, todos morrerão, mas em relação à vida psíquica e à singularidade do sujeito, alguma coisa não funciona segundo essa universalidade. O sentimento da nossa própria mortalidade inquieta justamente na medida em que nos é assim tão próprio (cada um, à sua maneira, para além da universalidade da proposição) e tão estranho (pois se não há lugar para a nossa mortalidade no inconsciente, a morte resta como Coisa). Se prosseguíssemos com o tema da Coisa, poderíamos analisar a morte a partir da ideia do que nunca inteiramente se escreve.

Contudo, todas essas abordagens metapsicológicas, a castração, a morte, assim como aquela dos duplos, ligada ao narcisismo, serão sucessivamente analisadas e refutadas por Freud em sua busca de compreensão metapsicológica do inquietante. Sua conclusão é inequívoca e ela se funda sobre a ideia do conflito de julgamentos. O inquietante, diz Freud, surge “quando se apresenta a nós como real algo que até então havíamos considerado como fantástico” (FREUD, 1982, p. 267). Até o final do texto, essa hipótese não será refutada. Podemos, portanto, tomá-la como a hipótese freudiana sobre o inquietante. Ora, essa definição, comparada com a sua própria apresentação dos processos psicológicos em torno da Coisa, ou com o desenvolvimento da teoria da pulsão de morte no *Além do princípio do prazer* (FREUD, 2010), possui uma limitação não negligenciável. Vejamo-la em detalhe.

Ao desenvolvermos o tema do êxtimo, sublinhamos se tratar da característica de algo tão interno quanto externo para um sujeito, como uma Coisa que nunca é inteiramente “codificada” pelo aparelho psíquico, um furo central incontornável que coloca problemas. Nesse sentido, traços que reiteram esse furo podem trazer um tipo específico de inquietante, na medida em que essa coisa é, em si mesma, inexistente. Instaura-se assim no êxtimo algo da ordem do familiar/íntimo e do estranho. Contudo, trata-se de um conflito de julgamento diferente daquele conceitualizado por Freud em seu texto para dar conta da experiência do inquietante. Pois não ocorre aqui uma percepção de que algo que era julgado como ficção se torna realidade, mas o inverso: algo que era julgado como realidade subitamente se revela como ficção.

Esse é o ponto principal de nosso argumento, pois ele permite sublinhar a diferença essencial entre o inquietante freudiano e a extimidade lacaniana. A extimidade implica a alteração de um sistema de linguagem por algo cuja existência é simultânea à sua inexistência. Este algo, o rastro, exige a coexistência de uma coisa e sua ausência, coexistência que não pode ser admitida pelo princípio de não contradição (não cabe “A” e “não A”, não é válida uma

sentença que afirme algo e seu contrário simultaneamente). Nestas modalidades de negatividade, tal como no caso da Coisa e do retorno ao inorgânico visado pela pulsão de morte, o inexistente produz efeitos no existente. Na experiência do inquietante, tal como ela é compreendida por Freud, o conflito de julgamento se passa entre dois campos que são, ambos, interiores ao sistema psíquico e desde sempre por ele já codificados. De fato, as imagens e experiências na realidade que o sujeito julgava pertencerem exclusivamente à ordem da ficção estão apoiadas em significantes que são parte do sistema simbólico. O conflito de julgamento se passa entre o campo da realidade e o campo da imaginação, ambos acessíveis à narração. Não há, em sua conceitualização do inquietante, um conflito entre o sistema psíquico e o que está fora dele, como no caso da Coisa, do trauma, ou mesmo da pulsão de morte. Essa diferença revela, ao mesmo tempo, uma restrição da teorização freudiana a um só tipo de experiência do inquietante.

Podemos inferir igualmente que a conceitualização das experiências inquietantes a partir da extimidade pode abranger formas de experiência do inquietante ligadas, precisamente, à ameaça que a não existência realiza sobre a existência. No início deste artigo, falamos sobre o traço unário servir como modo de leitura para o problema da Coisa. Partindo de uma ideia de apagamento e de repetição, seria possível de algum modo estabelecer o que permanece sempre como Coisa, furo estranho e inquietante. Se ela não se escreve no aparelho psíquico, pode ao menos ser lida. Não se transforma em símbolo, em letra; mas o seu rastro fica marcado como o que ali teria estado. Dessa maneira, a Coisa indica a inexistência de algo que não se escreve (como não se escreve a relação sexual, se pensarmos nas formulações lacanianas de 1970), mas ela é lida: lida na sua estranheza e nossa intimidade.

NOTAS

3. *Cuenta larga* era um tipo contagem histórica, segundo um calendário vigesimal não repetitivo, da cultura maia. Essa contagem caiu em desuso nos reinos do pós-clássico da península de Iucatã (como os Astecas) dando lugar para um outro tipo de contagem, a *cuenta corta*.
4. Ver nota 3, p. 350 (FREUD, 1996).
5. Em relação a essa discussão, o seguinte trecho da autora pode ser mais elucidativo: “Em 1915, o que Freud denomina como *Sachvorstellung* (representação-coisa) ou (*Dingvorstellung*) é igual à imagem visual, tátil, acústica. No inconsciente e no pré-consciente, *Objektvorstellung* (representação-objeto) divide-se em representação-coisa e representação-palavra. Temos, então, uma possível combinação (simbólica) entre representação-coisa e representação-palavra no nível do Pcs. No lcs a representação ou ato psíquico permanece sobreinvestido; *das Ding* resta estrangeira. Entre percepção e consciência (um mesmo sistema): o inconsciente é a peneira topológica. Se Freud parte da percepção como marca de origem, o problema que se lhe apresenta é, de saída, um problema econômico. Nas origens a questão se localizava no nível da facilitação, a qual dependia do nível energético do sistema e da sua regulação homeostática – Lacan nos orienta nesta leitura, no que foram seus primeiros seminários. A percepção se ligou à consciência, não sem o inconsciente que é testemunha da separação radical entre a palavra e a coisa (*das Ding*). Entre percepção e consciência, o inconsciente é a rede simbólica, mas também o que ‘não cessa de não se escrever’, ou seja, o Real. Então, a *Prägung* traumática nos obriga a repensar isso que

na percepção, por atropelo, se transforma naquilo que não restará senão com o ônus de certo efeito de alucinação estranha. As considerações iniciais de Lacan sobre a *Prägung* traumática, sobre a teoria do significante e do significado, incluem essas diferenciações” (BERTA, 2015, p. 119-120).

REFERÊNCIAS

ALLOUCH, J. **Lettre pour lettre**. Transcrire, traduire, translittérer. Toulouse: Éditions Érès, 1984.

BADIOU, A.; CASSIN, B. **Il n’y a pas de rapport sexuel**. Deux leçons sur L’Étourdit de Lacan. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2010.

BERTA, S.L. **Escrever o trauma, de Freud a Lacan**. São Paulo: Annablume, 2015.

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**. Une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1996.

FREUD, S. **A interpretação dos sonhos**: Vol. 2. Trad. de R. Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2015.

_____. Além do princípio do prazer. Trad. de P.C. Souza. In: _____. **Obras completas de Sigmund Freud**: Vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Das Unheimliche**. Studienausgabe. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 1982.

_____. Nota sobre o bloco mágico. In: _____. **Obras completas de Sigmund Freud**: Vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. O Inquietante. Trad. de P.C. Souza. In: _____. **Obras completas de Sigmund Freud**: Vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Projeto para uma psicologia científica. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. **Encore**. Paris: Seuil, 1999.

_____. L’instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud. In: _____. **Écrits**. Paris: Le Seuil, 2001.

_____. **Le séminaire** : Livre III : Les psychoses. Paris: Le Seuil, 1978.

_____. **Le séminaire** : Livre VII : L’éthique en psychanalyse. Paris: Le Seuil, 1986.

_____. **Le séminaire** : Livre XVI : D’un Autre à l’autre. Paris: Le Seuil, 2006.

_____. Séminaire 9 : L’identification. [S.a.]. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/>>. Acesso em: 19 maio 2020.

POMMIER, G. **Naissance et renaissance de l’écriture**. Paris: PUF, 1993.

SILVA, G. C. O. **Leitura e escrita da letra na obra de Jacques Lacan**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA JUNIOR, N. **Fernando Pessoa e Freud**: diálogos inquietantes. São Paulo: Blucher, 2019.

FREUD, O INCONFIDENTE, E SEUS ESTRANHOS PENSAMENTOS...¹

FREUD, THE INCONFIDENT AND HIS UNCANNY THOUGHTS...

Ignácio A. Paim Filho²

Resumo: O presente trabalho parte de alguns delineamentos que têm por meta especular a ideia do inconfidente como um conceito. Conceito que tem por característica ser agente de ruptura e contrapor-se ao estabelecido, que guarda certa afinidade com o *Das Unheimliche* – trazer à luz o que deveria permanecer na escuridão. Por esse caminho, procura referendar a força inconfidente presente em Freud, que vai estar implicada na produção dos seus estranhos pensamentos. Diante dessa concepção, vai ocupar-se da inconfidência de vinte – rupturas com o hedonismo do princípio do prazer – visando a dar alguma plasticidade à sua proposição; do mesmo modo, busca ratificar a perenidade sinistra da *inegável existência do mal*, em tempos de exacerbação dos ideais narcísicos: insígnia da ominosa *sociedade do desempenho*.

Palavras-chave: Freud. Estranho. Pulsão de morte. Inconfidente. Sociedade do desempenho.

Abstract: This article starts from some outlines that aim to speculate on the idea of the inconfident as a concept. This concept has the characteristic of being a breaking agent and oppose the established, keeping some affinity with the Das Unheimliche – bring the light upon what should have remain in the darkness. Through this path, we seek to endorse the inconfident force in Freud's writing, which will be implicated in the creation of his uncanny thoughts. In face of this conception, the article will work in the twenty's inconfident text – breaking point with the hedonism of the pleasure principle – attempting to give some plasticity to it's proposition; in the same way, it seeks to ratify the ominous perpetuity of the undeniable existence of the evil, in times of exacerbation of the narcissistic ideals: ensign of the performance society.

Keywords: Freud. Uncanny. Death drive. Inconfident. Performance society.

¹Este trabalho tem suas origens em um breve ensaio publicado no Febrapsi Notícias (61), 2019.

²Psicanalista, membro pleno do CEPdePA, membro titular e didata da SBPdePA. Autor do livro *Inconfidências Metapsicológicas – Das Unheimliche* (Sulina, 2019).
E-mail: paimiga@terra.com.br

Eu não sou tolo a ponto de pretender que minhas conclusões sobre essas difíceis questões sejam definitivas. Mudei minhas opiniões repetidamente, e estou decidido a mudá-las outra vez com cada mudança de evidência, pois, tal como um camaleão, o pesquisador honesto deve mudar de cor conforme muda a cor do solo em que pisa.³

Ser inconfidente, expressão ambígua, que suscita múltiplos estranhamentos. Segundo as definições correntes no cotidiano de nossas vidas, refere-se à traição, a ser desleal, infiel e... Esses sentidos evocam, muitas vezes, sensações que remetem a uma falência do ser ético. Contudo, devemos lembrar que todo o caminho que leva a transformações, com suas inovações, requer um quantum de traição à tradição – permanência em meio à impermanências de *novas evidências*.

Diante dessa proposição, o convite é para nos desprendermos do seu significado mais restrito e nos conectarmos ao sentido que o “Ser Inconfidente” traz consigo, quando associado, por exemplo, ao legado do movimento mineiro do final do século XVIII, inspirado nas ideias iluministas. Essa revolução intelectual nasce da dúvida e da insatisfação com as certezas absolutas da Era das Trevas: trabalhar em prol da independência – ruptura com o poder despótico, ousar ser infiel aos ideais constituídos por um regime autoritário – ser desleal – colocar *sub judice* a hegemonia de um pensar totalitário. Desejo de dissolução do anacronismo, revitalização da passagem do tempo, reinstauração da transitoriedade, provocando aberturas nas muralhas narcísicas da monarquia: estado que visa a sustentar a possibilidade de um *tempo sem tempo* (PAIM FILHO, 2014). Quero crer que o republicano Tiradentes, o único inconfidente punido, estranhamente, com a morte, consista em uma significativa apresentação da especificidade do ser inconfidente: a traição em nome de um ideal de liberdade, um quantum de utopia em meio a tantas distopias. Processo semelhante ocorre, estranhamente menos conhecido, na Bahia, a Inconfidência Baiana (1798). Assentada nos mesmos ideais iluministas, em prol da independência, mas diferentemente da mineira tinha ideais de igualdade de raça, lutava-se também pela abolição. Seus principais líderes, negros e pardos, foram mortos e esquartejados – Luiz G. Virgens, Lucas Dantas, Manoel Santos e João Nascimento... Marcas do preço a pagar por ousar opor-se ao poder dominante – agente de corte – revelando o mal-estar da/cultura?

Partilhando dessa inquietante composição – força de ruptura e construção, em prol de mudanças –, somos convocados a pensar na possibilidade de que *O Inconfidente* adquira o status de um conceito próprio que sua afinidade com *Das Unheimliche* (FREUD, 1969h) suscita. Esse que Freud tem a pretensão de fornecer-lhe o status de uma palavra/conceito, no escopo do que é angustiante – inquietante proposição. Seguindo esses vestígios, pretendo explorar, inspirado no modelo freudiano, *pesquisador honesto*, a especificidade que faz do inconfidente um conceito particular dentro do campo das infidelidades. Tal meta também tem como objetivo efetivar a travessia entre o significado histórico, mito da cultura, para a singularidade no pensar psicanalítico. Se assim o for, essa nossa palavra/conceito requer um olhar mais vertical, tomando por referência que ser inconfidente é uma das propriedades do inconsciente, o *fora da lei* (FREUD, 1969f, p. 177). Inconfidências que geram confidências, meios pelos quais ele se presentifica em seus multimodos de retorno.

Portanto, nosso olhar deve se direcionar para algumas particularidades dessa palavra. Começemos pelo prefixo “in”: em nossa língua materna, apresenta uma dupla função, de negação e vinculação à ideia de movimento (para o interior de algo). Penso que nosso “in” está implicado com essa dupla função: negação e movimento em relação às confidências. Sendo assim, a partícula negativa significa dizer não às confidências e, ao mesmo tempo, significa movimentar-se no terreno das confidências, criar novas-velhas versões para essas. Se nos utilizarmos do retorno recalcado, por um lado, e, por outro, pelo que

retorna do além deste, podemos conjecturar algumas ideias metapsicológicas sobre este. Compreendo que tal concepção também é aplicável para o “in-consciente” – negação e movimento, que remete a um trânsito entre o território do inconsciente e o do pré-consciente/consciente. Entretanto, antes de avançarmos em direção a essa finalidade, vejamos o que o termo confiança tem a nos dizer.

Este termo remete a segredo, algo guardado, ao sigilo... que nos leva a associar com confidencial. Por esses caminhos, temos a possibilidade de fundamentar que o confidencial evidencia pelo menos duas facetas: uma que evoca o privado, o sigilo e, por conseguinte, a importância das fronteiras que delimitam o espaço e o tempo, com suas memórias; e por uma segunda faceta, a do segredo, de algo guardado que o sujeito não tem e não deve ter acesso. Nesse caso, estamos num território de fronteiras alienantes. Este é o território no qual a psicanálise visa a se fazer inconfidente, pois busca trabalhar para que o sujeito seja agente de uma desterritorialidade: tornar consciente o inconsciente, ou ainda: “Onde era o Id, há de ser o Eu” (FREUD, 1969, p. 223). Seguindo esse rastro, Freud em 1910, em carta a Pfister, pronuncia a inconfidente afirmação:

A descrição é, portanto, incompatível com uma boa configuração de uma análise. A gente precisa se tornar um mau sujeito, jogar-se fora, abandonar, trair [...]. Sem tal dose de criminalidade não há produção correta (FREUD, 1998, p. 53-54).

O crime de atrever-se a conhecer? Temos um exemplo notável no mito bíblico do pecado originário, que relata o crime, a inconfidência, cometido por Adão e Eva – traíndo a ordem de Deus/Pai – ousar provar da árvore do conhecimento do bem e do mal. O desejo narrando suas confidências, a vida do humano se instaura, na eterna dialética do bem e do mal, ou melhor, em palavras freudianas, entre a pulsão sexual e a pulsão de destruição.

Seguindo por essa linha de pensamento, Freud surge no mundo científico do final do século XIX, como aquele que virá a *perturbar o sono do mundo* (FREUD, 1969b, p. 32). Esse processo implica, muitas vezes, ficar à margem do saber instituído: “frequentemente sinto-me tão sozinho como nos primeiros dez anos, quando era cercado pelo deserto” (FREUD, 1975, p. 49). Nesse sentido, os postulados da sua ciência, estruturados e sonhados sob o conceito central do inconsciente das representações, com sua sexualidade infantil em seus descaminhos trilhados pelo Complexo de Édipo em parceria com o Complexo de Castração, vêm para contrapor-se à soberania do saber do consciente, indo na contramão do pensamento positivista de suas origens. Cenário condizente com a lógica do recalque em seus três tempos: recalque primário, recalque secundário e o retorno do recalçado. Retorno este que faz suas inconfidências calcadas no conhecido recalçado, que retorna transformado pela dinâmica do processo primário, que condensa e desloca, trazendo à luz algo de desconhecido. Esse algo vai gerar sensações de estranhamento, como registro da alteridade.

O descobridor do inconsciente irá exercer sua função inconfidente – enquanto marca de ser fiel ao princípio de um saber sob constante estranhamento, a indagação como condição da transitoriedade, com seu potencial ético –, não somente em relação ao universo das ciências, com suas *Weltanschauung*, mas também em relação às suas concepções: estranhos pensamentos, mobilizados por um permanente interrogar-se, constituindo-se como inconfidente de suas próprias ideias. “Mudei minhas opiniões repetidamente.”

Sua *Ciência Unheimliche* (PAIM FILHO, 2019) é pródiga de momentos de ruptura, percalços, que potencializam sua capacidade de desenhar e redesenhar as trilhas do seu pensar, possibilitando velhas-novas composições – jogo fecundo entre tradição e inovação: inconfidências gerando a necessidade de estruturar novas confidências. Estas surgem a princípio calcadas nas vicissitudes da pulsão sexual, na busca hedonista pelo prazer: *Sonhos* (1900), *Sexualidade infantil* (1905), *Totem e tabu* (1913), *Narcisismo* (1914), *Pulsões e destinos da pulsão* (1915), *O inconsciente* (1915), *O recalque* (1915), *Luto e melancolia* (1915[1917]), etc. Esse vasto contexto, balizador de sua metapsicologia e de suas recomendações aos que exercem a psicanálise, sofre um embate no final da segunda década do século passado, com a instituição do postulado da pulsão de morte – a emblemática virada de vinte – trair a si mesmo. Tempo de rever seus postulados, entre significar e resignificar, a temporalidade do *Nachträglich*, que se presentifica na construção do conhecimento: o suportar a dor, que comporta o golpe, do não saber, como fonte de excitação para a busca de novos saberes, na intrigante condição de ser camião e, ao mesmo tempo, não perder sua singularidade – *mudar de cor conforme muda a cor do solo em que pisa* – policromismo em meio a um monocromismo estrutural.

Visando a dar maior fundamentação a esse breve traçado do pensar freudiano, faz-se necessário contemplar, entre sensações conhecidas e desconhecidas, o texto de abertura das ominosas estranhezas dos anos vinte: *Das Unheimliche*.

DAS UNHEIMLICHE – O MENSAGEIRO DO ESTRANGEIRO QUE NOS HABITA

Não consigo imaginar como algo agradável viver sem trabalhar. Fantasiar e trabalhar, para mim, estão juntos, e nada me agrada mais que isso.⁴

Em maio de 1919 na Áustria, Viena, Berggasse 19, Freud retoma um antigo texto, inacabado, e começa a *trabalhar*, quem sabe *fantasiar*, visando a reescrevê-lo: *Das Unheimliche*. Nesse retorno, vai configurar o esboço de uma intrigante estética psicanalítica, visando a criar um conceito específico no seio do que é angustiante. Tal pretensão se faz justificável, na medida em que a compreendemos como um indicador precioso para discriminar e qualificar percepções em meio ao turbilhão das intensidades. Apelo para debruçar-se sobre as inquietantes raízes, derivativos e ramificações dos inconscientes – o inconfidente por excelência –, tomando por sinalizadoras as sensibilidades que remetem à ordem de uma sublime perplexidade, o repulsivo e o doloroso: ao familiar que, por perturbadores caminhos, tornou-se não familiar.

Sabemos que com *Das Unheimliche*, a estética do além do belo, galga-se sentidos que irão reverberar por todo o pensar freudiano – tomando por condutor os estranhamentos, com sua peculiar gramática: fluxo profícuo, por vezes soturno, entre o representável e o irrepresentável, possibilidade de ruptura e exploração do impenetrável que o *Heimliche* comporta. Tempo de fazer inconfidências – *tornar-se um mau sujeito* – decorrentes das manifestações da clínica e da cultura?

Em meio a essas desconcertantes proposições, buscando validá-las, Freud se faz acompanhar de indagações, forjadas na sala de análise – a repetição e seus enigmas, frente ao demoníaco da castração (chancela da finitude) – e pelo

pensar dos escritores criativos – a cultura encenando o drama e tragédia da vida cotidiana. Hoffmann, o mestre da literatura fantástica, com seu *Homem da areia*, acena para a possibilidade de dar visibilidade à invisibilidade dos traumas precoces – Natanael, o *menino de areia*, remove a areia de nossos olhos. O duplo desliza no ritmo da melodia pulsional, que está por vir (pulsão de morte vs. pulsão de vida). Nesses entrelaçamentos cria-se, ou ainda, recria-se uma conhecida/desconhecida cartografia, com suas inconfidências, entre a narrativa do poeta/escritor Hoffmann e a narrativa do poeta/escritor da psicanálise Sigmund Freud: ambos descortinando as sutilezas da alma e as imortalizando através do ato simbólico da palavra falada e escrita. Legado que somos convocados a perpetuar?

O Senhor Sinistro carrega em suas entranhas sensações que demandam reflexões, carregadas de obscuridades, que suportam o conhecido/desconhecido no retorno do recalado e o desconhecido na repetição pulsional: numa interação rítmica, por vezes arrítmica entre o corpo e alma. Contexto facilitador para acirrar a conexão com os impulsos emocionais não dominados, porém não desligados. Sendo assim, diferentemente do angustiante com sua força mais desgarrada, que impele muitas vezes ao ato, os estranhamentos, enquanto marca da alteridade, mantêm seu compromisso de instigar o *trabalho do feminino* (PAIM FILHO; QUADROS, 2008). Labor que se faz entre o fascínio do não saber e o horror ao saber, sobre as peripécias da transitoriedade – que o permanente interrogar do *infamiliar* sustenta: que sensação é essa?

Este breve contexto introdutório tem por pretensão estimular o *trabalhar/fantasiar* sobre essa temática – transitando entre a fluidez do devaneio e a necessidade da sua apreensão e fundamentação via palavra. Esta que revela, paradoxalmente, limites e possibilidades de transitar para além de si mesma, ampliando os sentidos desse forasteiro centenário, o que transcende o retorno do recalado. Convite para refletirmos o ominoso em seus aspectos mais primitivos, o pulsional, vigente no sujeito e, por consequência, na cultura. Sensações carregadas de uma inespecificidade que convoca o outro como interlocutor, com sua possível capacidade de tradução: dar palavra e voz ao estrangeiro de nossas origens.

Freud, com sua prosa científica, dialogando com a psicanálise e os psicanalistas do século XXI. Século caracterizado pelo filósofo Byung-Chul Han (2017) como a *sociedade do desempenho*, a positividade do poder, contrapondo-se à sociedade disciplinar (paradigma da era vitoriana), à negatividade do dever. Ordem cultural permeada por imperativos categóricos que visam a atingir o sucesso pleno – fator condicionante da *Agonia de eros* (Han, 2017b) - a dor letal de não corresponder aos ideais de completude. Esse meio social receberá o codinome de *sociedade do cansaço*: trabalho da melancolia em detrimento do trabalho do luto (PAIM FILHO; GARCIA, 2020) – a busca insana pelo *objeto do anseio* envolto numa sinistra nostalgia (PAIM FILHO et al. 2018).

Tomando como indicador essa estranha prosa, que traz consigo a insígnia do ser inconfidente – agente propulsor, para o que *deveria ter permanecido secreto e oculto vir à luz* (FREUD, 1969h, p. 282) –, vejamos o que o destrutivo da pulsão de morte, em vias de constituir-se, tem a nos dizer. A inconfidência de vinte modificando o rumo da história do pensamento psicanalítico: entre o tanático, com seu poder mortífero, e o disruptivo, com seu potencial criativo, entrelaçados por Eros.

PULSÃO DE MORTE – 1920/2020 – UMA INQUIETANTE PREMISSA PARA O NOSSO TEMPO

Na transição da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho o superego acaba se positivando no eu-ideal.⁵

A inconfidência de vinte, tendo como indicador uma estética do assombro – a intrigante *teoria da qualidade do sentir* (FREUD, 1969h, p. 275) – que transpõe as bordas restritivas do belo e ousa refletir a sublime perplexidade do repulsivo e do doloroso, sintetiza de forma paradigmática a postura freudiana do não se deixar acomodar, do não se submeter ao poder exercido pelo saber vigente: preponderância da libido, com seu móbil desejante, dialética da proibição e da aspiração – condizente com a *sociedade disciplinar*. Com a entrada em cena do conceito subversivo, por que não dizer inconfidente, da pulsão de morte, a destrutividade, como forma de dizer não à positividade absoluta da pulsão sexual, convoca Eros a trabalhar – a *inegável existência do mal* (FREUD, 1969i, p. 142), configurando novas sensibilidades, revelando uma original faceta do mal-estar na e da cultura. Ocasão que enseja pensar as inconfidências do além, o demoníaco, que se apresenta no retorno do renegado e no retorno do forcluído, bem como no irrepresentável com seu ritmo pulsional vacilante. Todavia, não devemos esquecer o demoníaco, o desconstruir, presente em todo ato de criação, precondição para a construção e a reconstrução.

Freud começa a semear ideias, para trabalhar a falência da capacidade de o sujeito estranhar a si e/ou ao outro, transcendendo o paradigma da *sociedade disciplinar* (HAN, 2017) – centrado na lógica do ataque e defesa, ao estrangeiro recalçado/presença de um excesso de negatividade: *tu deves* – e antecedendo a problemática da *sociedade do desempenho* (HAN, 2017) –, lógica de um poder ilimitado/presença de um excesso de positividade: *eu posso* – querer é poder. Narciso refazendo sua história, numa relação de interdependência com o masoquismo. Essa conjunção determina a necessidade de elaborar e reelaborar sua teoria, lançando um olhar para o futuro: a interminável potencialidade de submissão do Ser – fascínio, servidão, devoção e autossacrifício (FREUD, 1969j). O masoquismo, em sua dupla função estrutural e tanática, passa a ser a fonte da vida e da morte psíquica.

Antes de avançarmos por essa estrada, façamos uma breve interpolação, para retomarmos o lugar da repetição na dinâmica psíquica. Repetição, como fenômeno clínico, será um dos fatores determinantes da virada de vinte.

Diante das mensagens desse estrangeiro que nos habita, com seu potencial de suscitar estranhamentos, em mim e/ou no outro, resgatemos a questão do retorno: com recalque e sem recalque. No retorno do recalçado, via deslocamento e condensação, através dos sonhos, atos falhos, sintomas, chistes e transferências, há um movimento de inconfidência, que leva a fazer confidências sobre o desejo recalçado. Contratos de repetições com maior poder de transformação, abarcados pela força impelente do estranho, terra propícia para acontecer o repetir, o recordar e, quem sabe, o elaborar. Nesse contexto se apresenta um conflito vital entre Eros e a pulsão de destruição, mediado pelo trabalho do luto, diante do inexorável saber da castração. Quanto ao que retorna do não recalçado, temos, por modelo, confidências geradas com menor trabalho psíquico: desde as inconfidências nos delírios, nas alucinações e no fetiche – circunscrito ao universo representacional da coisa – até as afecções

psicossomáticas, transtornos alimentares, bem como na drogadição – universo do irrepresentável –, território dos traumas precoces, inscrições sem traduções – a interminável repetição do mesmo, a compulsão à repetição, na qual a capacidade de estranhamento pelo sujeito entra em colapso: necessidade de um outro semelhante capaz de ser receptor dessas memórias inenarráveis?

Estes misteriosos processos envolvidos na repetição, do estrutural à compulsão à repetição, assentados na força imanente da autodestruição, limitam e delimitam a abrangência da força propulsora da busca pelo prazer: o traumático e a repetição do não prazeroso ampliam a complexidade do humano – a questão do prazer e da dor requer novos aportes metapsicológicos: a passividade antecede a atividade – o protagonismo do objeto no alvorecer da vida psíquica está posto.

Coerente com seu estilo inconfiante, Freud, em 1924, confere ao masoquismo o status estrutural, o sadismo passa a ser uma forma de apresentação deste. Seguindo essa proposição, vai determinar a primariedade desse em relação ao sadismo. A problemática do masoquismo como primeiro destino pulsional (PAIM FILHO; MACHADO, 2018) ganha maior relevância. A vida psíquica tem seus destinos traçados entre o masoquismo protetor – a dor como condição inerente ao trabalho do luto – e o masoquismo narcotizante – a impossibilidade de elaborar a dor inerente ao trabalho alienante da melancolia, a dor pela dor. A intrincação do psiquismo no encontro entre a pulsão de morte e a pulsão sexual – matriz fundante – aciona a necessidade de rever o lugar do objeto na estruturação do psiquismo. Esse pressuposto encontra-se balizado pela ideia de que a pulsão de morte é constitutiva e a pulsão sexual é oriunda do objeto. Sendo assim, a metapsicologia do processo identificatório, em sua íntima relação com o trabalho do luto versus o trabalho da melancolia, ratifica a importância determinante dos objetos primários na constituição do Eu – do estrutural à *tragédia do destino* (FREUD, 1969m, p. 79).

Estranhamente, um ano após o escrito sobre o problema do masoquismo, Freud vai escrever o texto *A negativa* (FREUD, 2004b). Este texto surge, ou quem sabe ressurgiu, assinalando a importância do disruptivo – o fator vitalizante da assimetria pulsional – como fonte estimuladora de trabalho psíquico: o não como sucedâneo da pulsão de destruição demandando labor da afirmação, o substituto de Eros. A sua frágil presença propiciando uma exacerbação do sim, com sua alta potencialidade de indiferenciação. Compreendo que esse texto revitaliza a importância da negatividade como condição para galgar maior liberdade psíquica. Prosseguindo nesse roteiro, vejo nesse trabalho de 1925 um sinalizador significativo para instrumentalizar aberturas no pacto narcísico, assentado no masoquismo narcotizante, que vem caracterizando a sociedade do desempenho – momento de dar voz ao demoníaco como fonte de criação. Temos aqui assinalada a necessidade de desestabilizar o *modus operandi*, utilizando a força disruptiva da pulsão de destruição para desfazer as ligações narcísicas tanáticas que impõem ao sujeito a busca desesperada por ideais inalcançáveis: “A experiência analítica nos ensinou que o melhor é inimigo do bom” (FREUD, 1969e, p. 264).

Seguindo esse traçado da cultura, com seu convite ao pensamento clínico, o processo analítico também sofre embates. Suas recomendações técnicas de 1912-1915 centradas na metáfora do analista como espelho e/ou a desafeitação do cirurgião se liquefazem – não somos seres neutros: “deve-se levar em conta não apenas a natureza do eu do paciente, mas também a individualidade do analista” (FREUD, 1969e, p. 281). Freud intervém de maneira disruptiva nes-

se momento, lança um olhar agudo para esse sujeito chamado analista. Tempo de fazer trabalhar as implicações do ser analista, sua subjetividade marcando destinos. Essa proposição torna-se mais proeminente diante da importância da construção, tal qual a interpretação, no fazer do analista: *o per via de porre* se reatualiza – a possibilidade desconcertante de criar representações convoca os analistas a *fantasiar e trabalhar*, visando a romper fronteiras, o desassombro de reencontrar-se com o fantasma da sugestão. A inconfidente afirmação de que o processo analítico é resultante do trabalho dos inconscientes da dupla ganha maior amplitude: desafio de seguir laborando para: “não fundir o ouro puro da análise livre com o cobre da sugestão direta” (FREUD, 1969g, p. 211). *Análise terminável e interminável* e *Construções em análise* regando as inconfidências finais de Freud, o mito do eterno retorno produzindo ressonâncias surpreendentes: o mal-estar na cultura psicanalítica – limites do processo analítico, limites dos analistas, limites dos nossos referenciais teóricos. Limites como ponto final ou como ponto de partida?

Os estranhos pensamentos de Freud constituem um extenso celeiro de instrumentos teóricos e técnicos, produto de sua incansável ousadia de conquistador, o infundável aventureiro – nascente de irrigação de estranhamentos – referências que pulsam em busca de serem ressignificadas, como também significadas. Anúncio de um novo tempo – a ubiquidade *Das Unheimliche*. Cenário que impele a perplexidades, que convoca os analistas a arriscarem-se a viver e fazer confidências (o conhecido) e inconfidências (o desconhecido), na clínica e na cultura – *não ser tolo a ponto de pretender que suas conclusões sobre essas difíceis questões sejam definitivas*: perpetuar o lugar da psicanálise, em tempos que proliferam nefastas lealdades alienantes – o fascínio pelo idêntico – como fonte de inconfidências, motor para perpetuar a profícua produção de estranhos pensamentos...

NOTAS

3. FRAZER, 1910 apud FREUD, 2014, p. 166.
4. FREUD, 1910, p. 49.
5. HAN, 2017, p. 100.

REFERÊNCIAS

- FREUD, S. A dissecção da personalidade psíquica. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 22**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- _____. À guisa de introdução ao narcisismo. In: _____. **Escritos da psicologia do inconsciente: vol. 1**. Org. de L.A. Hans. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- _____. A história do movimento psicanalítico. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 14**. Rio de Janeiro: Imago, 1969b.
- _____. A interpretação dos sonhos. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 4-5**. Rio de Janeiro: Imago, 1969c.
- _____. A negativa. In: _____. **Escritos da psicologia do inconsciente: vol. 3**. Org. de L.A. Hans. Rio de Janeiro: Imago, 2004b.
- _____. Além do princípio do prazer. In: _____. **Escritos da psicologia do inconsciente: vol. 2**. Org. de L.A. Hans. Rio de Janeiro: Imago, 2004c.
- _____. Análise terminável e interminável. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 23**. Rio de Janeiro: Imago, 1969d.

- _____. Carta de Freud a Pfister – 05/06/1910. In: _____. **Cartas entre Freud & Pfister (1909-1939)**. Viçosa: Ultimato, 1998.
- _____. Carta de Freud a Salomé, 30/07/1915. In: _____. **Freud e Lou Andreas-Salomé: correspondências completas**. Imago: Rio de Janeiro, 1975.
- _____. Construções em análise. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 23**. Rio de Janeiro: Imago, 1969e.
- _____. Inibição, sintoma e ansiedade. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 20**. Rio de Janeiro: Imago, 1969f.
- _____. Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 17**. Rio de Janeiro: Imago, 1969g.
- _____. Luto e melancolia. In: _____. **Escritos da psicologia do inconsciente: vol. 2**. Org. de L.A. Hans. Rio de Janeiro: Imago, 2004d.
- _____. O estranho. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 17**. Rio de Janeiro: Imago, 1969h.
- _____. O eu e o id. In: _____. **Escritos da psicologia do inconsciente: vol. 3**. Org. de L.A. Hans. Rio de Janeiro: Imago, 2004e.
- _____. O inconsciente. In: _____. **Escritos da psicologia do inconsciente: vol. 2**. Org. de L.A. Hans. Rio de Janeiro: Imago, 2004f.
- _____. O mal-estar na civilização. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 21**. Rio de Janeiro: Imago, 1969i.
- _____. O problema econômico do masoquismo. In: _____. **Escritos da psicologia do inconsciente: vol. 3**. Org. de L.A. Hans. Rio de Janeiro: Imago, 2004g.
- _____. O recalque. In: _____. **Escritos da psicologia do inconsciente: vol. 1**. Org. de L.A. Hans. Rio de Janeiro: Imago, 2004h.
- _____. Psicologia de grupo e a análise do ego. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 18**. Rio de Janeiro: Imago, 1969j.
- _____. Pulsões e destino da pulsão. In: _____. **Escritos da psicologia do inconsciente: vol. 1**. Org. de L.A. Hans. Rio de Janeiro: Imago, 2004i.
- _____. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 12**. Rio de Janeiro: Imago, 1969k.
- _____. **Totem e tabu**. L&PM: Porto Alegre, RS, 2014.
- _____. Três ensaios sobre a sexualidade infantil. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 6**. Rio de Janeiro: Imago, 1969l.
- _____. Um estudo autobiográfico. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: vol. 20**. Rio de Janeiro: Imago, 1969m.
- HAN, B-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- _____. **Agonia de Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017b.
- PAIM FILHO, I.A. O enigma do tempo: Freud e sua temporalidade (sobre o *Nachträglich*). In: _____. **Metapsicologia: um olhar à luz da pulsão de morte**. Porto Alegre: Movimento, 2014.
- _____. Psicanálise: uma ciência *Unheimliche*. In: _____. **Inconfidências metapsicológicas – Das Unheimliche**. Sulina: Porto Alegre, 2019.
- PAIM FILHO, I. A.; GARCIA R. M. **Identificação: a imanência de um conceito**. Porto Alegre: [s.n.], 2020.
- PAIM FILHO, I. A. et al. Complexo melancólico: o anseio da alma. In: _____. **Percurso Rev. de psicanálise/Instituto S. Sapientiae**, n. 61, p. 89-100, 2018.

PAIM FILHO, I. A.; MACHADO, A. P. T. **Masochismo destino das pulsões: origem do sujeito.** In: CONGRESSO DA FEPAL, Lima, 2018.

PAIM FILHO, I. A.; QUADROS, V. A guerra e o repúdio ao feminino: Troia como paradigma. **Rev. bras. psicanálise**, v. 42, n. 4, p. 99-109, 2008.

EM PAUTA

CONFERÊNCIA DO GRANDE SEMINÁRIO: COMO A LEITURA DO *PROJETO* POR LACAN PROPÕE ESCLARECIMENTOS ACERCA DA CLÍNICA DE BEBÊS¹

GRAND SEMINAR CONFERENCE: HOW LACAN'S READING OF THE
PROJECT PROPOSES CLARIFICATIONS ON THE BABY CLINIC.

Marie Christine Laznik²

INTRODUÇÃO

Em setembro do ano passado, nesta mesma sala, 80 pessoas especializadas no cuidado de bebês, tanto no âmbito físico quanto no psíquico, reuniram-se durante dois dias a fim de intercambiar conhecimentos. Esta reunião de trabalho foi chamada de “o corpo fragmentado do bebê que se tornará autista”. Tratou-se de uma reunião de caráter eminentemente clínico com o intuito de fazer um balanço acerca das pesquisas mais recentes que mostram de que forma os bebês que mais tarde apresentarão autismo possuem motricidade e organização tônico-sensorial distintas das apresentadas por bebês típicos, o que pode ser observado em muitos deles desde o nascimento. Isso implica que o analista tem todo interesse em completar seu tratamento com o de um colega especializado nesta área. Genevieve Haag, psicanalista da escola inglesa, desenvolveu com seus conceitos uma teorização desta clínica. Ela nos fez a gentileza de estar presente todo o tempo. Entretanto, para nós analistas inseridos no campo lacanian, a articulação entre corpo e psique – quando implica consequências deveras dramáticas para a constituição do sujeito – exige uma conceptualização. O trabalho árduo de Jean Bergès trata especialmente dessa questão para o chamado bebê típico. Para esses bebês, que temos a sorte de receber mais e mais cedo em nossos consultórios, o trabalho de teorização ainda precisa ser feito.

GRUPO FECHADO DE PESQUISA SOBRE O AUTISMO NA ALI

Hervé Bentata³, Annik Beaulieu⁴, Paule Cacciali⁵, Jean-Claude Fauvin⁶, Claire Favrot⁷, Catherine Ferron⁸, Souad Hamdani⁹, Marie Christine Laznik¹⁰.

Convidados externos: Roberta Bertone¹¹, Marie Couvert¹², Erika Parlato¹³, Maria Laura Seeling Roman¹⁴, Catherine Saint George¹⁵.

É a este tema que nosso grupo fechado de pesquisa se dedica neste ano e esperamos poder fornecer a vocês seus respectivos resultados dentro de 14 meses após as jornadas¹⁶ da ALI relativas a este tema.

Trata-se de um trabalho árduo, razão pela qual a conferência desta noite tem como objetivo resumir o que já sabemos, além de solicitar, para aqueles que estarão envolvidos no Seminário de Ética no ano seguinte¹⁷, que prestem atenção especificamente à retomada feita por Lacan do *Projeto* de Freud, visto que ele parece conter respostas a esta clínica em particular. Teremos o maior

¹ Texto apresentado na conferência “Grand Séminaire” ocorrida em 23 de junho de 2019 na Association Lacanienne Internationale (ALI).

² Psicanalista, membro da Association Lacanienne Internationale (ALI), doutora em Psicologia Clínica pela Université Paris XIII, atende pais-bebê no Centro Alfred Binet. Autora de diversos artigos científicos e dos livros: *Rumo à palavra* - ed. Escuta, *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas* - Ágalma editora, *A voz da sereia* - Ágalma editora, *Complexo de Jocasta* – editora Companhia de Freud e *A hora e a vez do bebê* - editora Instituto Langage. E-mail: mc@laznik.fr

*[nota da editora]
Agradecimento especial à Marie Christine Laznik pela revisão da tradução e aos colegas Gabriel Teitelbaum e Eduardo Kives pela interlocução.

prazer em contar suas contribuições para a leitura realizada por Lacan deste texto que ele nomeia: “uma topologia da subjetividade na medida em que ela se constitui na superfície do organismo” (aula de 2 de dezembro, Seminário de Ética). Posto que é com esta articulação entre esses dois elementos – subjetividade e organismo – que atualmente devemos trabalhar nesta clínica.

Entretanto, comecemos por compartilhar com vocês o que aprendemos nestes últimos 20 anos acerca da constituição de tal subjetividade, analisando através da ótica desta clínica certos conceitos que Lacan nos oferece. E o que isso permitiu em termos de avanços no mundo dito “científico”.

Uma certa leitura da teoria lacaniana das pulsões permitiu avanços nas pesquisas sobre o autismo.

Graças à generosidade de nossos colegas da Fundação Stella Maris, em Pisa, desde o fim da década de 1990 temos acesso a dezenas de filmes de família que mostram bebês que mais tarde desenvolveram autismo. As equipes de pesquisa à nossa volta pensavam que era possível utilizar ferramentas da metapsicologia de Lacan para ali enxergar o que está em jogo. Tais ferramentas metapsicológicas que permitiam uma leitura das primeiras falhas na relação com o Outro resultaram em um protocolo de sinais de risco de desenvolvimento do autismo em bebês mais cedo do que os disponíveis no mundo no momento.¹⁸

PROJETO DE PESQUISA BASEADO EM CONCEITOS PSICANALÍTICOS

A hipótese demonstrada nessas pesquisas, fruto de um trabalho clínico-teórico deveras longo, é a seguinte: a patologia autística primária de uma criança seria concomitante à não instalação do “circuito pulsional completo” devido à ausência de seu terceiro tempo.

Somente Lacan deu destaque a este terceiro tempo. Dessa forma, a hipótese enunciada só pode ser concebida após o seu trabalho sobre a teoria da pulsão, conforme encontrado em seu *Seminário XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*.

Essa hipótese metapsicológica deu origem a 20 anos de pesquisa. Seiscentos médicos de PMI (proteção materno-infantil) aplicaram um protocolo a 12.000 bebês com base no que acabamos de mencionar.¹⁹

Esse protocolo²⁰ não toma partido por uma dada etiologia. O debate entre os defensores da psicogênese pura e os defensores da organogênese tem se mostrado deveras infértil. Independentemente das causas, o bebê que apresenta riscos de desenvolver autismo ou o que já desenvolveu autismo apresenta uma deficiência no estabelecimento de uma ligação pulsional com o Outro, sem a qual as dimensões de alienação e separação constitutivas do sujeito não podem ocorrer. Por conseguinte, o papel clínico do analista será de tentar (re)ativar essa ligação. Isso é possível mesmo que as pesquisas atuais tenham demonstrado que em muitos casos fatores genéticos de susceptibilidade desempenham um papel importante. Isso não modifica em nada o trabalho de reanimação pulsional que o analista pode desenvolver com o bebê e seus pais.

Para realizar esta pesquisa, foi primeiramente necessário mostrar aos médicos de PMI como identificar as ligações pulsionais que possam apresentar falhas. Isso foi somente possível graças à separação entre necessidade e pulsão, conforme afirmado por Lacan no seminário sobre os quatro conceitos (p. 149, Éditions du Seuil). “Para o Trieb, não se trata do organismo em sua totalidade. É o vivo que está interessado aqui? Não.”

CONVIDADO

É essa demarcação que possibilita a utilização do conceito da “falha na constituição do circuito pulsional”²¹ em casos como o autismo, sem que isso possa ser contraposto pelo médico pelo fato de que, como existe vida e manutenção da vida, existe uma pulsão em operação. O desconhecimento acerca dessa demarcação – sabendo que Jones traduziu pulsão como “instinct” na Standard Edition – poderia explicar a cegueira dos autores dos países anglo-saxões sobre o primaz interesse do conceito de pulsão na clínica de patologias precoces.

Como Lacan interpreta a pulsão?

Sabemos que Lacan examinará os quatro elementos da pulsão: o impulso, o alvo, o objeto e a fonte.

O impulso é caracterizado como sendo uma força constante: “A constância do impulso proíbe qualquer assimilação da pulsão a uma função biológica, a qual tem sempre um ritmo. A pulsão não tem subida nem descida” (p. 150). São identificações desta ordem que permitem a um médico da primeira infância conceber que nem tudo vai necessariamente bem com a criança, mesmo que suas funções biológicas estejam no ritmo adequado.

O alvo é atingir a satisfação da pulsão, que consiste no movimento circular de um circuito em três tempos. Para a pulsão, trata-se de completar certo percurso. É esse percurso que interessa a Lacan com relação à noção de satisfação, que ele novamente deseja separar radicalmente de toda satisfação de uma necessidade orgânica.

Ao tratar do objeto, Lacan novamente diferencia a necessidade da satisfação pulsional: “nenhum objeto de nenhuma necessidade pode satisfazer a pulsão. A boca que se abre no registro da pulsão, não é pelo alimento que ela se satisfaz”. À lista habitual de Freud – seio, pênis, fezes –, ele acrescenta o olhar e a voz. Esses dois últimos objetos são elementos centrais na clínica infantil. No tocante à reanimação para a qual devemos proceder, convocamos a pulsão invocante, a pulsão escópica e a pulsão oral.

Lacan manterá o termo “pulsão” apenas para pulsões sexuais parciais, transplantando tudo a respeito da preservação do indivíduo – o que Freud denominou de *Ich-Triebe*, as pulsões do eu – para outro registro, que será por ele denominado “campo narcísico do amor”. Portanto, todos os registros de necessidades ficam fora do campo pulsional. Tudo isso fica bastante evidente no livro de Darmon sobre topologia.

A satisfação da pulsão nada mais é do que a completude de um percurso em forma de circuito, que retorna ao seu ponto de partida. Lacan, ao estudar detalhadamente esse percurso pulsional em três tempos, conforme descrito por Freud, introduz o que me parece ser o mais interessante e inaudível dos elementos de sua concepção da pulsão: o aparecimento do sujeito da pulsão.

O APARECIMENTO DE UM NOVO SUJEITO

Lacan, provavelmente levado até ali por sua experiência clínica, mas sobretudo pela lógica interna de seu propósito, força o texto freudiano, uma forçagem que é em si lacaniana e extremamente útil como ferramenta de trabalho para uma clínica como o início do autismo em bebês.

Freud diz que a pulsão possui três tempos e que no terceiro aparece um novo sujeito. Lacan acrescenta o seguinte: “Esse sujeito, que é propriamente o

outro, aparece no que a pulsão pôde fechar seu curso circular. E somente com sua aparição no nível do outro que pode ser realizado o que é da função da pulsão” (p. 162 Seuil). Lacan afirma que esse sujeito é o primeiro a aparecer, posto que, antes de sua articulação, a pulsão “se manifesta no modo de um sujeito acéfalo” (p. 165).

Desses três tempos, Freud diz que o primeiro é ativo, com o bebê (é ele quem nos interessa) lançando-se em direção a um objeto exterior – o seio ou a mamadeira –, enquanto o segundo é reflexivo, com o bebê tomando como objeto uma parte do próprio corpo – a chupeta ou o dedo. No terceiro tempo, que Freud classifica como “passivo”, o bebê se faz objeto de um outro, esse famoso novo sujeito – como a mãe, por exemplo.

Devemos a uma menina autista de cinco anos de idade, Alimata, juntamente com Nora Scheimberg, a descoberta da importância clínica desse tempo para uma criança.²²

Esse aspecto eminentemente ativo do terceiro tempo do circuito pulsional é destacado por Lacan, que não o denomina como “tempo passivo” – como Freud –, mas como o tempo de “se fazer” forma ativa de passividade. Essa nuance é de primaz importância no plano clínico. Nos filmes de família de bebês que vieram a desenvolver autismo, não encontramos cenas em que eles “se fazem” comer, ou “se fazem” ver, ou “se fazem” ouvir.

As mães por vezes também tentam entrar em contato com seus bebês beijando-lhes a barriga, por exemplo. A excitação é totalmente percebida e, por um momento, a criança não pode evitar o contato e tampouco o olhar de sua mãe. Mas essa ação, que todas as mães fazem ao ensinar o gozo aos bebês, é experimentada por eles como uma intromissão intolerável à qual – nos momentos seguintes – eles se fecham ainda mais.

Por outro lado, um bebê saudável, colocado nu sobre o trocador infla sua barriga, se mexe, um objeto oferecido em antecipação ao prazer oral de sua mãe. Ele observará, então, atentamente, a alegria inscrita na face e no olhar de sua mãe, que o acha muito gostoso de comer e que o elogiará dizendo-lhe “meu docinho de coco” ou alguma outra metáfora envolvendo doces, enquanto o bebê oferece a mãozinha ou o pezinho para que a mãe finja que come. É justamente esse gozo que o bebê quer fisgar em sua mãe.

É esse terceiro tempo do circuito pulsional, o momento em que o bebê pode se fazer objeto de um novo sujeito, que o futuro autista não consegue realizar.

Lacan, ainda no Seminário 11, faz um cruzamento dessa leitura do texto de Freud sobre as pulsões com uma leitura do *Projeto*. Ali ele nos oferece outras ferramentas para a clínica do recém-nascido.

LACAN E O PROJETO

Como o *Projeto* está no centro de nossas preocupações atuais, permitirme-ei fazer um breve lembrete do modo como Lacan o abordou anteriormente:

O PROJETO NO SEMINÁRIO DO EU

Como é de conhecimento de vocês, Lacan retirou o *Projeto* do ostracismo ao qual Freud o havia sentenciado. Freud temia ter proposto uma psicologia muito biologizante, orientada para as localizações cerebrais.

Entretanto, vocês devem se lembrar que as ideias expressas nesse manuscrito estavam bem à frente de seu tempo. Nele, Freud elaborou a hipótese de barreiras sinápticas, que ainda não haviam sido descobertas.

É o que Lacan lembra a Anzieu em janeiro de 1955 (26/01/55), antes mesmo da edição francesa do *Projeto* e apenas alguns meses após a tradução em inglês. Na época do Seminário 2 (sobre o Eu), Lacan acompanha de perto os trabalhos da cibernética, ele sabe que as redes neurais, matematizadas, haviam permitido avanços significativos em termos de inteligência artificial. Nos anos de 1950, Lacan era um dos poucos psiquiatras cientes dessas pesquisas, tendo seu amigo Lévi-Strauss participado pessoalmente dos dois encontros de cibernética.²³

Portanto, é com pleno conhecimento dos fatos que Lacan retira o *Projeto* da obscuridade.

Contudo, é a nova leitura que Lacan propõe no Seminário da Ética, cinco anos mais tarde, que interessa – mais diretamente – a clínica do precoce. Começaremos expondo o que há muito tempo nos serve para compreender esta clínica, ou seja, a topologia do sujeito ali apresentado.

Em 2 de dezembro de 1959, Pontalis faz uma interessante apresentação; nos seminários seguintes, Lacan elabora uma resposta. Ele especifica diversos pontos já evocados no Seminário do Eu.

O que será exposto é datado de 16 de dezembro. A seguir, praticamente parafraseio Lacan:

No *Projeto*, Freud afirma que a estrutura de um ser vivo é antes de mais nada dominada por um processo de homeostase; segundo ele, a função primária do aparelho psíquico é isolar o sujeito da realidade, excluindo o mundo exterior. Esse registro do primeiro “eu” – o *Real-Ich* da homeostase – corresponde à *defesa primária*, cujo único objetivo é proteger o aparelho psíquico contra a dor ou simplesmente contra o desprazer. Retornaremos a isso mais à amíúdo ao final desta palestra. Lacan afirma que se trata de uma “topologia da subjetividade que se constitui na superfície do organismo”. Esse é o ponto de articulação entre a topologia do sujeito e o organismo que constitui nosso projeto atual, para o qual mais aguardamos sua contribuição.

Resumamos o que já sabemos sobre essa “topologia da subjetividade”; tudo o que gira em torno do próximo socorredor²⁴ é utilizado há muito pelos psicanalistas que lidam com bebês.

Mais uma vez parafrasearei Lacan, que parafraseia Freud:

Sabemos que, devido à sua prematuridade, a criança é incapaz de executar sozinha a *ação específica* capaz de interromper a excitação que se origina de dentro do aparelho psíquico e, portanto, o desprazer que a acompanha.

Freud introduz a noção de uma ajuda externa trazida por um indivíduo socorredor consciente do desamparo original (*Hilflösichkeit*) da criança. Esse sujeito (*Nebenmensch*), que intervém desde o início da vida psíquica, executa a ação capaz de abaixar a excitação endógena e permitir a *experiência de satisfação*. Isso tem consequências radicais sobre a complexificação do aparelho psíquico, pois deixará traços mnêmicos de várias ordens.

I – A descarga motora produzida por certo número de movimentos que interrompem a experiência de desprazer.

II – O investimento de certo número de *traços mnêmicos* que correspondem à percepção do *próximo socorredor*.

III – Facilitações entre essas duas ordens de *imagens de lembranças* (I em combinação com II).

Freud acredita que, no momento em que houver um ressurgimento do estado de tensão, o investimento encontrará vias facilitadoras eficazes para restituir esse conjunto de imagens de lembranças e vivificá-las. Freud chama tais traços mnêmicos de *Wunschvorstellungen*, representações de desejo. Segundo ele, essa vivificação produzirá o mesmo que uma percepção; trata-se da satisfação alucinatória primária, que é central para a experiência humana.

Lacan diz:

No final das contas, sem algo que o sujeito alucine enquanto sistema de referência, nenhum mundo da percepção chega a ordenar-se de maneira válida, a constituir-se de maneira humana. O mundo da percepção nos é dado por Freud como que dependendo dessa alucinação fundamental sem a qual não haveria nenhuma atenção disponível (disponível na sessão de 9 de dezembro, Seminário de Ética, Seuil p. 66).

A REPRESENTAÇÃO²⁵

Proponho chamar esse conjunto de imagens de polo alucinatório de satisfação. Ele é ativado quando um bebê chupa seu dedo, sonhando acordado.

Acrescentaremos que é graças à repetida experiência de satisfação, que cria facilitações duradouras em relação ao complexo de *representações do desejo* situado no mesmo polo alucinatório, que o mundo da representação pode se organizar e que a complexidade do representante representativo da pulsão pode ocorrer.

Vejamos o porquê. Graças à função inibidora do *Real-Ich*, esse polo de *representação do desejo* não manterá todo o investimento.

Uma parte desse investimento será direcionada ao *polo perceptivo* e se transformará em atenção psíquica em busca do objeto de satisfação no mundo exterior. Será necessário *julgar* as novas percepções por meio das representações inscritas no polo alucinatório. Isso servirá como uma espécie de referencial. Como o objeto da realidade nunca será completamente semelhante ao da *representação do desejo*, e dada a necessidade de que o aparelho psíquico encontre semelhanças antes de autorizar a resposta motora específica, novas facilitações entre as representações serão instauradas. Os processos de *juízo* e *reconhecimento* serão ali estabelecidos e, com eles, toda a complexidade dos pensamentos inconscientes. Mas isso ocorrerá somente se a facilitação que conduz ao conjunto complexo de *representações do desejo* permanecer investido de modo duradouro. Até então, nada mais fiz do que parafrasear Lacan.

O COMPLEXO DO PRÓXIMO

Começemos por parafrasear Freud e Lacan, que dizem a mesma coisa:

As *imagens de lembranças* ligadas a esse objeto primário, que Freud chama de *próximo*, são de natureza complexa. O *próximo* em questão se junta à noção de um Outro primordial inesquecível, acrescenta Lacan. Sabemos que

CONVIDADO

o *Projeto* é um dos poucos textos freudianos, senão o único, onde o papel do Outro explicitamente estrutura a própria organização do inconsciente articulando a ele a fala desde o início, sem que seja evocado qualquer autoerotismo prévio.

Lacan atribuiu, como sabemos, uma grande importância a esse *próximo*.

Os complexos perceptivos que dele partem são divididos em dois componentes, dos quais – citando Freud – “um se impõe enquanto estrutura constante e permanece unido como uma Coisa (*das Ding*, de cuja importância temos conhecimento para a obra de Lacan), enquanto o outro pode ser compreendido por meio da atividade de rememoração; ela comporta os atributos”. Todos nós sabemos disso; Lacan retomou esse assunto da mesma forma.

Observemos mais de perto uma pequena frase deixada de lado por Lacan, mas que nos é bastante útil no tocante à clínica do recém-nascido:

Os complexos perceptivos emanados desse ser semelhante (*Nebenmensch*) serão, então, em parte novos e incomparáveis – como, por exemplo, seus traços, na esfera visual. Mas outras percepções visuais – as do movimento das mãos, por exemplo – coincidirão no sujeito com a lembrança de impressões visuais muito semelhantes, emanadas de seu próprio corpo, [lembranças] que estão associadas a lembranças de movimentos experimentados por ele mesmo.

Assim, na parte constante incomparável, Freud acrescenta os traços no domínio visual que não devem ser confundidos com outras percepções visuais especularizáveis. Entendo essa ideia de traços como traços do rosto e permitir-me-ia acrescentar agora, no campo acústico, a prosódia do *motherese*²⁶ expressa pela mãe.

Winnicott²⁷ atribui ao rosto da mãe, enquanto espelho, um papel indispensável de precursor da experiência especular; são a face da mãe, como um todo, e seus traços – em particular – que podem ou não servir de espelho para o bebê. Mas existe um problema, diz ele, quando a face da mãe reflete apenas seu humor pessoal ou, pior ainda, a rigidez de suas defesas. Winnicott afirma, com uma espécie de intuição clínica surpreendente: quando o rosto da mãe não serve de espelho para o seu bebê, a capacidade criadora do bebê se torna atrofiada. Conhecemos essa clínica há muito tempo; trata-se da clínica das patologias maternas e não a do autismo. Winnicott não encontrou bebês que não conseguem olhar para um adulto quando ele apresenta uma preocupação, mesmo mínima, o que acontece com todos. Veremos isso mais adiante na segunda parte.

Lembremos que, no *Projeto*, o *Nebenmensch*, esse próximo socorredor, só entra em jogo na medida em que ele diminui as excitações providas de dentro do organismo, uma vez que é o princípio do prazer, enquanto carga mínima de desprazer que ali impera.

Tentemos agora fazer um cruzamento do que Lacan nos traz sobre a pulsão no Seminário 11 com o que acabamos de reiterar.

Cito Lacan: “O caminho da pulsão é a única forma de transgressão possível ao sujeito em relação ao princípio do prazer”.

Diz ele ainda que: “O sujeito se aperceberá de que seu desejo é apenas

vão contornar à pesca, ao fígamento do gozo do outro – tanto que, o outro intervindo, ele se aperceberá de que há um gozo mais além do princípio do prazer”.

Como quando o bebê oferece seus pequenos dedos ao Outro para que sejam comidos.

Segundo Lacan: “A forçagem do princípio do prazer pela incidência da pulsão parcial, aí está por onde podemos conceber que as pulsões parciais, ambíguas, estão instaladas no limite de uma *Erhaltungstrieb*, da manutenção de uma homeostase”.

Aqui está o que proponho como leitura: quando o terceiro tempo do circuito pulsional ocorre, algo da representação do desejo (*Wunschvorstellung*) se inscreverá no polo alucinatório de satisfação primária. Haverá um traço não apenas das características desse próximo socorredor – que é o Outro (*Nebenmensch*) – mas também de algo do gozo do Outro que o bebê fígou. O bebê reencontrará as coordenadas de prazer deste Outro, algo sobre o qual Lacan havia discutido em 9 de dezembro de 1959. Cito Lacan: “Não é ele (*das Ding*, o Outro absoluto do sujeito) que reencontramos, mas suas coordenadas de prazer”.

Quando o bebê está sozinho com a chupeta e no sonho ele sente um impulso, um investimento será enviado ao *polo de satisfação* e a *representação do desejo* será reatualizada. É isso que Freud afirma no *Projeto*. Para retomar a pulsão oral que acabamos de descrever, podemos dizer que na experiência alucinatória de satisfação o bebê reencontra o sorriso de prazer de sua mãe. A partir disso, quando o segundo tempo do circuito pulsional voltar, ele será verdadeiramente autoerótico porque, assim que se passa pelo terceiro tempo, haverá *eros* no segundo.

Se isso falhar, se o terceiro tempo não for alcançado e se o circuito entre o primeiro e segundo tempos estiver bloqueado, nada garante que o autoerotismo não seja desprovido da marca da ligação com o Outro, que é *eros*. No entanto, se removermos *eros*, o termo *autoerotismo* se torna: *autismo*.

Portanto, nada garante que o *polo alucinatório de satisfação* esteja no circuito e que, conseqüentemente, todo o sistema de representações do pensamento inconsciente possa ser constituído, pois estão ausentes: metáfora, metonímia, processo de condensação e deslocamento. Não é de surpreender que posteriormente encontremos déficits cognitivos.

A voz

Quando Freud escreve que uma parte permanece agrupada como um todo, por exemplo, no nível visual, os traços, disse-lhes que, de acordo com nossa clínica, isso poderia ser estendido ao nível acústico pela prosódia do *motherese*.

Do que é que estamos falando?

Aqui, novamente, é uma questão de ver quais efeitos foram possibilitados pelo cruzamento da pesquisa clínica com certa leitura dos avanços de Lacan.

Enquanto analistas que lidam com bebês, nós havíamos nos interessado nos estudos de psicolinguistas com relação ao seu interesse pela linguagem em bebês. Na época da AFI, realizamos um colóquio sobre esse tema com o *Espace Analytique*: “Função e campo da linguagem em bebês”.

Um artigo destes psicolinguistas chamou minha atenção, particularmente porque vinha ao encontro – sem saber – de preocupações importantes para a nossa clínica e que nos fizeram retornar às ferramentas deixadas por Lacan.

UMA LEITURA LACANIANA DE UMA PESQUISA EM PSICOLINGÜÍSTICA

Em uma de suas primeiras pesquisas (1982), Anne Fernald, uma das fundadoras, observou em bebês uma apetência oral exacerbada por uma forma particular de voz materna, o *motherese*. Esse *motherese* apresenta uma série de características específicas em termos de gramática, pontuação e escansão, além de uma prosódia específica (“manhês”). Nos últimos anos, isso tem sido chamado de “parentês” pois os homens também mudam sua voz de base. A autora estava interessada no efeito produzido pelas características prosódicas do *motherese* sobre a apetência oral do bebê. Trabalhando em uma maternidade com bebês saudáveis entre um e três dias de vida, ela descobriu que, mesmo antes da subida do leite (desde o primeiro dia de vida), os bebês que ainda nem tinham vivenciado a *experiência da satisfação* alimentar ficavam muito atentos ao ouvir a voz de suas mães endereçada a eles, que começavam a chupar intensamente a chupeta. Ela é referida como “não nutritiva” pois nada fornece, apenas registra a intensidade da sucção.

Enquanto psicanalistas, como interpretar esses dados?

O interesse pulsional suscitado no bebê se traduz em intensas sucções: é a tradução oral de todas as experiências de interesse em um bebê. Não há, aqui, objeto de *satisfação da necessidade*. Vemos aí justamente a diferença radical entre o *objeto causa de desejo*, que é aquele da pulsão, e o objeto de satisfação da necessidade.

O bebê, entusiasmado por algo contido neste “manhês”, suga freneticamente sua chupeta. Mesmo quando o “manhês” é retransmitido por um gravador. No entanto, Fernald descobriu que se ela gravasse a fala da mãe para seu bebê sem a presença deste, o resultado obtido seria diferente. Não mais eram encontrados picos prosódicos tão marcados e o bebê demonstrava menos interesse pela gravação. O que indica que a prosódia do *motherese* da mãe depende da presença de seu bebê. E quando uma mãe se dirige a outro adulto, os picos prosódicos são ainda mais fracos e o interesse do bebê é ainda menor.

Fernald tentou descobrir se havia uma situação em que um adulto, ao falar com outro adulto, produziria esses mesmos picos prosódicos específicos do “manhês”.

A resposta é sim; contudo, para obtê-los, seria necessária uma situação – bastante rara – em que houvesse estupefação e, ao mesmo tempo, grande prazer e alegria. Portanto, a estupefação e prazer conjugados produzem esse tipo de pico prosódico. Fernald não tirou nenhuma conclusão disso.

Lacan, em seu seminário *As formações do inconsciente* (1957), trabalha a questão da *terceira pessoa* tal como descrita por Freud em *Os chistes e sua relação com o inconsciente*.

Lembrem-se, ele parte da palavra *familiário* (final da aula de 6 de novembro e final da aula de 13 de novembro de 1957).

Ele diz que essa terceira pessoa, ao ouvir “uma formação de palavra de-feituosa como algo ininteligível, incompreensível, enigmático”, ela – longe de

rejeitar tal palavra como não pertencente ao código – se deixa, após um período de espanto, levar pela iluminação e reconhece o chiste.

Parece-me que é precisamente sobre essa terceira pessoa – que após um período de espanto se deixa iluminar de prazer – que Lacan apoia seu conceito do grande Outro barrado no grafo do desejo. Aceitar ser surpreendido, ficar estupefato, é a marca da barra no Outro. Este Outro se deixa dividir, ele tem uma falta. E o segundo momento é o do riso. Toda a segunda parte do livro de Freud se dedica a esse riso que é prazer, gozo. Com a estupefação e a alegria do Outro barrado, estamos no registro da terceira pessoa do chiste, e o bebê o ouve nas características da prosódia do *motherese*, pela qual ele se mostra deveras ávido.

O que podemos aprender com a pesquisa de Fernald?

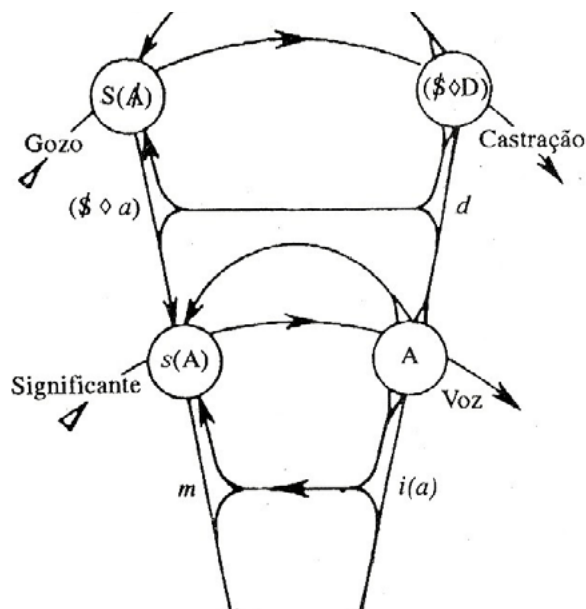
Ela nos diz que, desde o nascimento e antes de qualquer experiência de satisfação alimentar, o bebê possui uma apetência extraordinária pelo gozo que a visão de sua presença desencadeia no Outro materno.

É também com surpresa e prazer, características do chiste, que o olhar e a voz da mãe se manifestam quando diante dos movimentos anárquicos característicos do bebê, que encontrarão sua unificação pela imagem do outro.

Você vai me dizer que passar dos chistes para os movimentos descoordenados do bebê é um pouco exagerado.

Essa passagem é feita por Lacan na aula de 11 de dezembro de 1957.

Este grafo completo se encontra no texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo” (de setembro de 1960, escrito no verão subsequente ao Seminário da Ética) (*Escritos*, p. 817).



Ao seguir o grafo do desejo, observamos que o impulso que anima o bebê passa em $S(\bar{A})$ barrado, onde Lacan escreveu “gozo do Outro”. Podemos, então, dizer que em um bebê típico que olha para a mãe, esse simples olhar e esses movimentos descoordenados – o que Bergès chamou (seguindo Ajuriaguerra)

CONVIDADO

de *funcionamento da função do bebê* – desencadeiam na mãe surpresa e prazer, e que o bebê apreende através da prosódia da voz de sua mãe.

Essa prosódia se torna um primeiro objeto pulsional.

Numa leitura atenta dos filmes de família de bebês que vieram a desenvolver autismo, da amostragem de Pisa, havíamos notado que, se nas experiências da vida quotidiana, há uma falta de olhar por parte deles, uma falta de interesse pelo discurso materno que comenta as atividades, se nada indica que eles se façam objeto de uma qualquer pulsão materna, eles podem, por vezes, responder. O que encabeçaria esse milagre?

Partindo de cinco filmes de bebês que desenvolveram autismo, observamos que esse momento coincidia com a presença dessa prosódia.

Lancei a hipótese de que os bebês que desenvolveriam autismo mesmo assim respondiam a essa prosódia, nos primeiros meses de vida.

Isso pôde ser confirmado primeiramente com esses cinco bebês ao analisar, em laboratório, as curvas da voz do adulto.

A partir disso surgiram pesquisas científicas que demonstraram – com base em 1.500 trechos de filmes (500 de bebês típicos, 500 de bebês que desenvolveram autismo e 500 bebês com deficiência mental) – que os bebês que desenvolveram autismo só respondiam quando essa prosódia estava presente.

Isso tem consequências sobre a maneira através da qual podemos identificar um risco de autismo, mesmo no caso de bebês que aparentam ser responsivos, e sobre a teoria da técnica para reanimar esses bebês.

As publicações científicas dos resultados foram reduplicadas em diversos laboratórios em todo mundo e, a partir de uma hipótese metapsicológica, isso se tornou uma “verdade científica”.²⁸

O POSICIONAMENTO DO CORPO

Como dissemos acima, a pesquisa demonstrou que minha hipótese era correta. Ao contrário dos demais bebês, os bebês que viriam a desenvolver autismo somente respondiam quando na presença da prosódia do “manhês” ou do “parentês”. Todavia, e por isso eu não esperava, eles não respondem sempre. Que outra condição precisa estar presente?

Elaboro agora, perante vocês, uma nova hipótese – que talvez seja validada ou não em pesquisas futuras – de que a posição do corpo desempenha um papel importante.

Na nossa clínica com esses bebês, trata-se primeiramente de trazê-los de volta, tentando produzir uma prosódia que apresente a surpresa e o prazer que sua visão pode suscitar em nós terapeutas. E em seguida em seus pais. Percebemos que a maneira como seus corpos estão dispostos muda tudo. Se o bebê estiver muito bem instalado, com suportes que o livrem de ter de sustentar ele mesmo, o eixo do corpo, as chances de sermos ouvidos aumentam consideravelmente.

Um bebê em perigo precisa ser arredondado por todos os lados – porque ele tende a se jogar para trás em hiperextensão. Ele precisa sentir as costas em uma larga superfície estável.

O que acabei de mencionar acerca da importância da disposição do corpo também foi descrito por Geneviève Haag, e André Bullinger, que criou a

abordagem sensório-motora. Ele aprendeu muito com Ajuriaguerra, o fundador da psicomotricidade. Vocês sabem que foi Jean Bergès quem assumiu o laboratório de pesquisa de Julian de Ajuriaguerra no Hospital Henri Rousselle.

Um bebê típico responde a uma bela prosódia em qualquer posição que estiver. E ele vai, inclusive, vir nos solicitar, mesmo se não houver qualquer prosódia, quando a conversa entre os adultos o chatear.

O que acontece então com o corpo do recém-nascido em perigo? As pesquisas atuais demonstraram que, desde o início, seus movimentos gerais são claramente distintos dos movimentos de bebês típicos.

Além disso, quando eles sentem dor – o que acontece com mais frequência do que na população em geral, visto que neles a DRGE²⁹ está quase sempre presente –, eles não conseguem mais estabelecer contato.

Os pais, diante dessa dor que não cede aos pequenos tratamentos propostos pelo pediatra, são como *Nebenmensch*, próximos incapazes de prestar socorro, incapazes de encontrar a solução para diminuir as tensões. Assim como nós. Somos obrigados, primeiramente, a procurar ajuda de um tratamento medicamentoso prescrito pelo pediatra (omeprazol) para fazer com que a dor interna desapareça, temos de dar a esse corpo todo o apoio necessário, e assim fazer com que a nossa voz chegue a esse bebê para que se inicie o encantamento.

Precisamos reconhecer que os movimentos de hiperextensão desses bebês são diferentes dos movimentos dos demais. Isso foi destacado pelo professor Muratori e pela equipe de Pisa em diversas publicações científicas. Sempre a partir dos filmes de família, eles compararam os movimentos dos bebês que desenvolveram autismo com os dos bebês típicos da mesma idade. A diferença é impressionante.

Por conta da hiperextensão, são bebês que não conseguirão engatinhar. Quando maiores, para não vivenciarem a experiência de um corpo fragmentado, eles terão que se mexer de modo permanente para enviar ao cérebro informações musculares provenientes dos membros superiores e inferiores, pois sua imagem unitária do corpo nunca foi construída. O estado de corpo fragmentado nesses bebês não se resolve graças ao estágio do espelho que, sem tratamento, eles não conseguem alcançar.

E quando tardiamente chegam a esse estágio, não basta para restabelecer a unidade desse corpo fragmentado. Nos primeiros meses de vida, se instalarmos paralelamente um tratamento psicanalítico e um tratamento sensório-motor – no Brasil em geral temos a integração sensorial - podemos prevenir este destino.

Além disso, o que é interessante nestes bebês é que as dificuldades motoras demoram mais para desaparecer quando em comparação com as dificuldades pulsionais.

Depois de alguns meses de trabalho, temos um bebê que se faz comer os dedinhos, que se faz ver, que se faz ouvir, onde vemos operar o fechamento do circuito pulsional e que no plano corporal ainda possui, contudo, algumas dessas dificuldades.

Os bebês cuja retração relacional se deve a uma depressão se apresentam no plano corporal como bebês típicos. Isso permite um diagnóstico que diferencia as retrações relacionais dessas duas categorias de bebês.

André Bullinger também identificou algumas irritabilidades táteis nesses

CONVIDADO

bebês. Elas também não são encontradas na clínica de bebês deprimidos de mães frágeis ou doentes.

Reunimos todas essas observações clínicas durante os dois dias de trabalho realizado aqui no ano passado. Como articular isso no nível de uma metapsicologia com base em Freud e Lacan? É aqui que uma leitura do *Projeto*, conforme feita por Lacan no Seminário da Ética, parece-me capaz de começar a nos fornecer alguns elementos de resposta. O que não funcionava adequadamente nesses bebês?

Retornemos ao *Projeto* conforme interpretado por Lacan no Seminário da Ética.

No *Projeto*, Freud afirma que a estrutura de um ser vivo é, antes de mais nada, dominada por um processo de homeostase; segundo ele, a função primária do aparelho psíquico é isolar o sujeito da realidade, excluindo o mundo exterior. Esse registro do primeiro “eu” – o *Real-Ich* da homeostase – corresponde à defesa primária, cujo único objetivo é proteger o aparelho psíquico contra a dor ou simplesmente contra o desprazer.

Lacan nos diz que o *Projeto* se trata de uma “topologia da subjetividade que se constitui na superfície do organismo”.

O que preocupa atualmente nosso grupo de discussão são os laços entre esse organismo e a topologia da subjetividade.

Retornemos a Freud.

Vejamos como ele representa o funcionamento desse aparelho formado pelo que ele chama de neurônios φ Ψ ω .

Diz Freud: “As cargas de excitação do exterior penetram até as extremidades do sistema φ ; primeiro esbarram nos dispositivos de terminações nervosas, que as fragmentam em frações [...] Além disso, a natureza dos invólucros das extremidades nervosas atua como uma peneira de maneira que nem todo tipo de estímulo pode operar nos diversos pontos terminais”.

Posteriormente, ao discutir o problema da quantidade, Freud retorna a isso: “Verificamos, com efeito, que os neurônios φ não terminam livremente na periferia, mas em estruturas celulares que recebem o estímulo exógeno em seu lugar. Esses ‘aparelhos nervosos terminais’, no sentido mais amplo, bem poderiam ter a finalidade de não permitir que as Qs exógenas incidissem com o máximo de intensidade sobre φ , mas sim a de atenuá-las. Exerceriam, então, a função de telas de proteção”.

Vemos, portanto, que essa topologia da subjetividade – ou seja, os aparelhos ϕ , ψ e ω –, na superfície do organismo, é protegida por um aparelho desse organismo.

Onde Lacan situa esse aparelho?

Segundo Lacan: “as terminações nervosas no nível da pele, dos tendões, até mesmo dos músculos ou dos ossos, a sensibilidade profunda”.³⁰

Lacan vai além de Freud, que não menciona ossos ou sensibilidade profunda, que são claramente envolvidos na clínica dos bebês que desenvolverão autismo. Nossos colegas psicomotricistas, formados nos termos da abordagem sensório-motora de André Bullinger, lidam com essa sensibilidade profunda usando um soalho vibratório que permite ao bebê sentir seus ossos. Eles também lidam com a questão da sensibilidade profunda para tratar a irritabilidade

tátil que todos esses bebês possuem. Isso faz com que qualquer toque desencadeie neles uma sensação de desprazer. Esse trabalho nos permite recuperar mais rapidamente o vínculo com esses bebês, para que eles construam uma ligação pulsional com o Outro.

A DOR

Trata-se de um assunto ao qual Freud dedicou dois capítulos do *Projeto* e ao qual Lacan retorna com frequência.

Freud apresenta a dor da seguinte maneira: “Já vimos que o sistema nervoso está constituído de tal maneira que as grandes Qs externas ficam afastadas de ϕ e mais ainda de Ψ . [...] Existe algum fenômeno que possa ser interpretado como o equivalente da falha desses dispositivos? A meu ver, existe: a dor. As causas precipitadoras da dor são, por um lado, o aumento de quantidade: toda excitação sensorial, mesmo a dos órgãos superiores dos sentidos, tende a se transformar em dor à medida que o estímulo aumenta”.

Todos sabemos que ruídos ou luzes muito fortes desencadeiam experiências dolorosas.

Os bebês que estudamos não estão expostos a isso. Entretanto, há um segundo caso diz Freud: “se a dor se manifesta quando a quantidade externa é pequena – é o caso destes dos bebês – isso quer dizer que estas quantidades exteriores (Q) estão agindo diretamente nos terminais dos neurônios ϕ , e não através dos aparelhos de terminações nervosas”.

Prossegue: “A dor fica assim caracterizada como uma irrupção de Qs excessivas em ϕ e Ψ ”. O pior é que: “a dor sem dúvida deixa facilidades permanentes atrás de si em Ψ – como se tivesse sido atingida por um raio”. E a clínica do autismo nos mostra que isso ocorre às custas das facilidades que levam às representações do desejo ligadas a lembranças que envolvem o próximo socorredor.

Coincidentemente, essa falta de filtro, relatada um pouco diferentemente pela neurobiologia atual, é uma das hipóteses prometedoras para a compreensão dos problemas destes bebês.

Adentremos agora nessa topologia dos sistemas phi, psi e ômega.

Papel do sistema phi:

O que todos lemos neste texto de Freud: O mundo externo constitui a fonte de todas as grandes quantidades de energia, consistindo em poderosas massas que estão em movimento violento. O sistema ϕ , orientado para esse mundo externo, terá a missão de descarregar com a maior rapidez possível as Qs.

Freud lembra, mais uma vez, que os aparelhos formados pelas terminações nervosas constituem uma tela, destinada a permitir que apenas algumas frações de quantidade externa ajam sobre ϕ , ao passo que ϕ , ao mesmo tempo, efetuará a descarga bruta da quantidade. Por qual meio?

Transformando-a numa excitação motora proporcional. O aparelho da motilidade está diretamente ligado a phi, segundo Freud.

A equipe de Pisa descreveu uma motricidade particular nos bebês que mais tarde se tornaram autistas: não só movimentos de hiperextensão como também movimentos de agitação motora das extremidades de membros inferiores e superiores. André Bullinger e sua equipe descreveram movimentos desco-

CONVIDADO

ordenados dos membros desses bebês, o que é encontrado nas descrições das clivagens direita-esquerda de Geneviève Haag. Eles também observam, bastante precocemente, uma diferença notável entre a fluidez dos movimentos gerais dos bebês típicos, enquanto que nos bebês que começam a desenvolver autismo, tornam-se mais bruscos e repetitivos.

Retomemos o *Projeto*: Freud, no capítulo sobre a qualidade, aborda o papel dos órgãos dos sentidos:

Cito: “Os órgãos dos sentidos não só funcionam como telas protetoras contra a quantidade (Q), a exemplo de todos os dispositivos de terminações nervosas, mas também como peneiras; pois só deixam passar estímulos provenientes de certos processos de um período particular. É provável que eles então transfiram essa diferença a phi, e são essas modificações que passam através de phi, via psi, até os neurônios ômega, onde geram sensações conscientes de qualidades”.

Minha hipótese é a seguinte: há nesses bebês um defeito inato no que Freud chama de “aparelhos de terminações nervosas”, que não fazem o trabalho de filtragem.

Por conta disso, são os órgãos dos sentidos que deverão realizar, no tocante a esses bebês, uma considerável parte do trabalho, fechando-se a sensações: não ouvindo, não vendo, etc.

Lacan afirma o seguinte sobre este tema: “Um aparelho sensorial, diz-nos Freud, não desempenha apenas o papel de um extintor ou de um amortecedor, como o aparelho phi em geral, mas o papel de um crivo”. E por isto ele se preocupa com os ataques que podem ocorrer contra percepções visuais, auditivas ou outras.

O que os bebês de risco, como aqueles que desenvolveram autismo, sabem fazer muito bem no nível motor para evitar essas quantidades é virar a cabeça para não ver nenhuma face que, como sempre, carrega a complexidade dos sentimentos humanos, contra os quais eles parecem carecer de filtro. Como não é possível tapar os ouvidos, eles conseguem se concentrar em contrastes luminosos para assim também escapar da voz. Por isto, os pais se perguntam se o bebê não é surdo.

O sistema psi e as excitações provenientes do interior do organismo.

Segundo o modelo do *Projeto*, as excitações provenientes do interior do organismo são recebidas diretamente por essa estrutura que ele denominou neurônios psi. É ali que as excitações endógenas que podem gerar desprazer, como a fome ou a sede, são recebidas. O bebê, ainda em estágio prematuro, depende do próximo socorredor para conseguir apaziguá-las. Os bebês que somos levados a acolher não sofrem de nenhum dos dois. No entanto, no interior de seu organismo surgem excitações que causam não apenas desprazer, mas também dor, como o refluxo gastresofágico, por exemplo. Pode haver também outras fontes de dor.

Estas excitações provenientes do interior do organismo interessam Lacan desde a aula de 2 de dezembro, primeira aula do Seminário da Ética, em que ele falou novamente sobre o *Projeto*:

Leiamos: “Os *Schlüsselneuronen* (traduzidos como neurônios-chave) desempenham certa função em relação à parte do ψ que é voltada para o endógeno e que dele recebe as quantidades. Os *Schlüsselneuronen* tem um modo

particular de descarga que se produz no interior do sistema ψ . Mas, paradoxalmente, esta descarga só tem como função aumentar ainda mais a carga”.

Lacan ressalta que Freud também os chama de *motorische Neuronen*. Freud discorre sobre músculos e neurônios secretores. Lacan não crê que isso seja um lapso de Freud, como imagina o tradutor do idioma inglês, e que quando há excitações que se produzem no interior do sistema ψ – onde não há filtro – isso provoca uma série de movimentos que, em vez de diminuir a tensão, aumenta-a ainda mais.

Para Lacan, isso é do mais alto interesse para esclarecer as neuroses atuais. Para nós psicanalistas de bebês, isso também é importante. Porque quando acolhemos esses bebês, somos confrontados com o fato de que a dor causada pelo refluxo gastroesofágico provoca enrijecimentos e movimentos de hiperextensão, cuja consequência é o aumento da secreção ácida, o que causa ainda mais dor.

Se eu lhes digo “alguma coisa chamou minha atenção há muito tempo na organização da medula espinhal; encontram-se ali neurônios e axônios de dor no mesmo local, em certos estágios, local este onde, em outros estágios, encontram-se certos neurônios e certos axônios ligados essencialmente à motricidade tônica”.

Vocês me responderão, com razão, que aqui estou dando ênfase excessiva ao organismo e evocando – além do mais – localizações anatômicas.

Mas é Lacan quem está dizendo isto³¹, é ele quem está interessado no organismo.

Na mesma aula de 9 de dezembro, Lacan pede que seus alunos leiam, de uma só vez, o artigo “Die Verdrängung” (“O recalque”). Eu o fiz. Encontrei nesse artigo uma interessante observação sobre a dor, colocada em paralelo com o impulso da pulsão.³² Cito Freud: “Pode ocorrer que um estímulo externo se interiorize – ao irritar e destruir um órgão, por exemplo –, dando origem a uma nova fonte de contínua excitação e aumento de tensão. Desse modo ele adquire uma larga semelhança com a pulsão”. A Dra. Pascale Ambroise, que tem uma consulta para bebês que iniciam o autismo, fica impressionada com a maneira pela qual estas criancinhas vão se agarrar às sensações dolorosas do refluxo gastroesofágico. Os exames realizados indicam que os tecidos estão danificados.

A fim de nos ajudar a perceber a dor e os distúrbios motores e sensoriais nos bebês que desenvolverão autismo, terminarei esta primeira abordagem do *Projeto* prestando uma homenagem à mãe de Emilie (três meses) que vinha todas as semanas da Bretanha para que pudéssemos atendê-la, tanto no âmbito psíquico quanto corporal.

Quando Emilie nasceu, sua mãe já tinha outra filha pequena e ela percebeu, desde o primeiro dia, que havia algo de errado. O bebê sentia bastantes dores; o pediatra havia identificado o refluxo gastroesofágico e administrado omeprazol, mas o bebê permanecia rígido, com seus grandes olhos abertos no vazio, inacessível. Sua rigidez era tamanha que o neuropediatra consultado havia cogitado um risco de autismo síndrômico, ou seja, associado a outro problema neurológico. Foi a psicanalista da mãe, colega da nossa associação, que fez o encaminhamento. Em paralelo às sessões com a psicanalista, Emilie se beneficiou do atendimento de Annik Beaulieu, nossa jovem colega analista, que é osteopata há muito tempo e que pôde rapidamente perceber que o ombro de Emilie estava deslocado. O pediatra e os pais não haviam se dado conta.

CONVIDADO

Por quê? Esses bebês têm um tamanho defeito de filtro que qualquer toque é invasivo e causa movimentos de evitamento que impedem que se encontre uma possível área de dor.

Após nove meses, Emilie não precisava mais pegar um TGV (trem de grande velocidade) para fins de tratamento. Sua mãe está muito feliz com a relação entre as duas. Graças a um atendimento sensório-motor, do qual ela se beneficiou, Emilie conseguiu engatinhar de modo esplêndido antes de começar a andar. Ela poderá enfrentar as alegrias, os contratempos, os fracassos e os sucessos que a vida traz para todos nós. Como qualquer outra pessoa.

Este trabalho, ainda balbuciante sobre o *Projeto*, tem o objetivo de articular, no campo da psicanálise, o interesse de nossas abordagens simultâneas com relação ao corpo e à psique.

NOTAS

3. Psicanalista, pedopsiquiatra e membro da ALI.
4. Fisioterapeuta, osteopata, doutora em Psicologia e membro da ALI.
5. Psicanalista e membro da ALI.
6. Psicanalista e membro da ALI.
7. Psicanalista, pedopsiquiatra e membro da ALI.
8. Psicanalista e membro da ALI.
9. Neonatologista, psicanalista e membro da ALI.
10. Psicanalista e membro da ALI.
11. Psicanalista.
12. Psicanalista e membro da ALI.
13. Psicanalista e doutora em neurociências.
14. Psicanalista e membro da ALI.
15. Psiquiatra infantil e doutora em neurociências.
16. O congresso sobre o corpo fragmentado ocorrerá em janeiro de 2021.
17. O seminário da ética ocorrerá em agosto de 2020.
18. Laznik M. C. e Saint-Georges C. : « Dépister le risque d'autisme chez les bébés de quelques mois pourrait-il permettre de transformer le pronostic. La grille PREAUT, son origine et ses applications », em *Enfance&Psy* n.º 80, « L'autisme tout un monde », Erès 2019.
19. Olliac, Bertrand – Crespín, Graciela – Laznik, Marie-Christine – CHERIF Idrissi el Ganouni, Oussama – Sarradet, Jean-Louis – Bauby, Colette (PMI)4 – Dandres, Anne-Marie (PMI) – Ruiz, Emeline – Bursztejn, Claude – Xavier, Jean – Falissard, Bruno Bodeau, Nicolas – Cohen, David – Saint-Georges, Catherine : « Infant and dyadic assessment in early community-based screening for autism spectrum disorder with the PREAUT grid », *Plos one*, dezembro de 2017.
20. Protocolo PREAUT.
21. A página corresponde à edição deste seminário publicada pela editora Éditions du Seuil.
22. Laznik M. C. e Saint Georges C. : Dépister le risque d'autisme, op. cit.

23. Retirado de J. P. : A l'origine des sciences cognitives, Ed. La Découverte, 1999.
24. [Nota da editora] O termo *prochain secourable*, comumente utilizado na França, refere-se àquele que auxilia, presta socorro, está ao lado (ajuda alheia). Poderíamos dizer, em Freud, aquele que realiza a ação específica.
25. Laznik M. C. : « Du pourquoi du langage stéréotypé... Ou entre stéréotypie et langage : comment l'installation du représentant représentatif de la pulsion peut rater ou réussir », in Langage, voix et parole dans l'autisme. Sob a orientação de B. TOUATI, F. JOLY, M-C LAZNIK, Editions PUF, Paris 2007.
26. [Nota da editora] Traduzido em português como "manhês".
27. Winnicott D. : « Le rôle du miroir de la mère et de la famille dans le développement de l'enfant », in Jeu et réalité", Paris Gallimard, 1975, pp. 152-162.
28. Cassel, R., Saint-Georges, C., Mahdhaoui, A., Chetouani, Laznik, MC., Muratori, P., Adrien J. L., Cohen, D., : "Course of maternal prosodic incitation (motherese) during early development in autism", in Interactions studies, 2013.
29. Refluxo gastroesofágico.
30. Aula de 9 de dezembro do Seminário de Ética.
31. Séminaire de l'Ethique (Seuil p.74).
32. Freud S. : Le Refoulement, O. C. pp. 191-192.

TÉCNICA ANALÍTICA: HOY COMO AYER

TÉCNICA ANALÍTICA: HOJE COMO ONTEM

Rafael Marucco¹

Resumo: Este trabalho percorre as modalidades técnicas da psicanálise em relação à sua complexização permanente através do tempo. É destacado o lugar da sugestão no processo analítico e sua relevância na transferência como um eixo do desenvolvimento da análise que compreende os fenômenos da resistência e repetição como elementos valiosos na cura analítica. Resgata-se a resistência como fator necessário e inevitável na transferência, e formula-se a tese de que a hipnose, como supressão do processo elaborativo, pode estar presente de maneira implícita sob a forma de transferências positivas. Mostra-se, através de questionamentos e paradoxos, como a análise pode resultar em uma experiência insignificante. O autor propõe que uma verdadeira psicanálise se dá sob um necessário equilíbrio entre transferência positiva e transferência negativa. A repetição é reestabelecida desde a primeira e segunda tópica. O autor destaca o papel fundamental do analista como parte determinante de um processo curativo, explorando a importância da abstinência como fator-chave para que o paciente coloque a sua libido na figura do analista, e ressalta a necessidade de direcionar essa libido ao dispositivo analítico. O autor defende que a psicanálise continua sendo uma técnica sólida e efetiva diante do sofrimento, já que é a única que reconhece a complexidade do fenômeno transferencial. Neste sentido, destaca que o retorno aos seus conceitos é fundamental diante dos desvios propostos por uma cultura que exige maior rapidez e menor esforço no processo de cura.

Palavras-chave: Transferência positiva. Transferência negativa. Resistência. Repetição. Sugestão. Abstinência.

Abstract: This paper examines the technical modalities of psychoanalysis with relation to its continuing complexity over time. It emphasizes the role of suggestion in the analytic process and its enactment in the transference as the core concept of its development, which includes the phenomena of resistance and repetition as valuable elements in the analytic cure. In addition, this paper retrieves the resistance as a necessary and inevitable factor in the transference; and formulates the thesis that hypnosis, as the suppression of the working-through process, may be implicitly present in the form of positive transference. Next, it shows through questions and paradoxes how an analysis can end up being an insignificant experience. The author proposes that a true psychoanalysis occurs if there is a necessary balance between positive transference and a negative transference. He highlights the fundamental role of the analyst as a decisive factor in a healing process. The conceptualization of repetition is set forth from both the first and the second topographic models. The author explores the importance of abstinence as a key factor for the patient to allocate his libido onto the analyst and highlights the need to address that libido to the analytical

¹Licenciado em Psicologia na Universidade de Buenos Aires, analista em formação da Associação Psicanalítica Argentina, ex-membro da Associação da Escola Argentina de Psicoterapia para Graduados, ex-professor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires, ex-professor titular da Faculdade de Psicologia da Universidade CAECE. E-mail: rafamarucco@gmail.com

situation. Finally, the author argues that psychoanalysis continues being a well-grounded and effective technique against suffering, since it is the only treatment that recognizes the complexity of the transference phenomenon. In this sense, he emphasizes that the return to its concepts is essential in the face of the deviation proposed by a culture that demands larger swiftness and less effort in the healing process.

Keywords: Positive transference. Negative transference. Resistance. Repetition. Suggestion. Abstinence.

INTRODUCCIÓN

Las modificaciones en la técnica psicoanalítica no son una cuestión novedosa. Ya en los comienzos del psicoanálisis, Freud recurrió al cambio del modelo hipnótico sugestivo por el del análisis del sueño y la transferencia jugada con el analista, la cual tuvo y sigue teniendo particular relevancia en la historia del movimiento psicoanalítico. En efecto la transferencia es el motor del análisis y podríamos decir, la condensación de la patología psíquica. Más adelante siguió el descubrimiento del narcisismo y la roca última de la castración; y derivado de ella, la problemática de los cuadros afines, hasta finalmente, la cuestión de la pulsión de muerte, el superyó y su fuerza de desligadura, así como la formación de carácter como reducto defensivo. Con respecto al superyó, Freud consignó que la gravedad de una patología radicaba casi exclusivamente en su estructura, y con relación al carácter lo definió como una barrera frente al cambio. Estos últimos aspectos, el superyó y el carácter, determinarían un cambio técnico. Con el primero Freud analiza la posibilidad de conseguir que el paciente ubique al analista en el lugar del ideal del yo, de esta manera podría surtir efecto las modificaciones analíticas, aunque se opuso a esta técnica por una lógica cuestión ética (FREUD, 1978-1985c). En relación al segundo aspecto, el del carácter, admite que no hay mucho para hacer con ellos más que tratarlos como niños a los que hay que llevarlos con indicaciones educativas (FREUD, 1978-1985d).

Ante cada uno de estos nuevos conceptos, la técnica fue modificándose; desde ya que no fue siempre Freud quien la propuso ni la aplicó, pero el psicoanálisis derivado de él fue el puntal de dichas modificaciones.

¿Qué cambios podrían pensarse hoy? ¿Qué persiste de las viejas técnicas en la actualidad? ¿Hasta dónde los factores externos deben condicionar el campo analítico? Preguntas que tal vez no sean respondidas, pero que deben ser planteadas.

Revisar los escritos técnicos de Freud y repensarlos a la luz de los conocimientos y condicionamientos actuales es la idea de este trabajo.

RECORDAR REPETIR Y REELABORAR, UN TEXTO ACTUAL A MÁS DE 100 AÑOS

Este texto presenta una serie de profundidades que me es preciso explicitar.

Su inicio está dedicado al cambio de la técnica a la luz de clínica, la cual organizó en tres etapas con sus correspondientes meta y técnica.

En la primera etapa, la meta era llegar a la catarsis, se lograba a raíz de la reproducción de los procesos psíquicos que habían dado origen al síntoma para luego derivarlo por abreacción a la actividad consciente. La idea era sin duda

CONVIDADO

la eliminación del síntoma, posteriormente desvalorizado en la clínica. A esta meta le correspondía una técnica particular: la hipnosis.

La hipnosis merece sin duda un capítulo de excepción. El lugar del analista "curador" idealizado, la eliminación automática de la fuerza de resistencia - que luego será un factor esencial tanto en lo inevitable y necesario, como condición de curación - y la elusión del procesamiento de la transferencia, en definitiva, el borramiento subjetivo y la idea de una cura rápida, casi automática, son factores que debemos pensar y que retomaré más adelante.

La segunda etapa surgió cuando hubo de quedar abandonada la hipnosis. Distintos motivos son responsables de ello. La mala técnica hipnótica de Freud, pero más aún que ciertos pacientes no se mostraban dispuestos a dicha metodología. Los pacientes querían participar en el tratamiento, querían hablar y la mayor genialidad de Freud consistió en cederles la palabra: ¡una verdadera revolución metodológica y epistemológica! El médico ya no es el que sabe. El mejor ejemplo es el fallido tratamiento de Freud descrito en "Un caso de curación" por hipnosis (1978-1985j), la paciente persiste en sus síntomas mientras Freud persiste en saber qué es lo que la paciente quiere o qué es lo mejor para ella.

Sin duda, Freud cuestionó el método hipnótico porque solo llegaba al porqué de un inconsciente descriptivo, pero no al dinamismo, es decir al deseo causa del síntoma. En este sentido el enfoque quedó puesto en las resistencias a recordar: la técnica consistía entonces, en reconocerlas y hacerlas conscientes (FREUD, 1978-1985f, p. 18).

Con este cambio se produce un efecto de mucho valor. La abreacción como descarga de la situación originaria, era reemplazada por el gasto psíquico que implicaba el luchar contra las resistencias a lo inconsciente. Es digno de mención que aún en esta etapa resuena un poco la imposición sugestiva de parte del analista a que se venzan las resistencias, como si fuera una orden a cumplir: ¡Asocie! ¡Ahora Ud. está bajo el imperio de una resistencia, supérela!

Esta técnica, si bien superó en mucho a la primera, parece no tener en cuenta el factor transferencial y mucho menos el factor situacional del yo. La resistencia es algo solo a superar, pero no a entender. Los síntomas persistían o volvían una vez terminado el tratamiento.

La tercera etapa consistió en renunciar a un enfoque determinado y solo quedarse en la superficie de lo que el analizante presentaba, para desde allí señalar las resistencias desconocidas para el paciente y dar tiempo a que él las vaya elaborando. Superadas estas, el recuerdo aflora nuevamente (experiencia que hemos de corroborar multiplicadamente en los tratamientos de hoy). Sin duda esta técnica, más respetuosa del tiempo subjetivo, provoca un enlentecimiento del proceso. Tal vez tan lamentable como inevitable. O no. Tal vez sea sólo inevitable y no lamentable puesto que este enlentecimiento se debe a que esta nueva técnica de mayor respeto por los tiempos subjetivos deja lugar al fenómeno de la transferencia, es decir de la repetición de lo olvidado.

En términos descriptivos, la meta queda invariable: hacer consciente lo inconsciente, llenar lagunas mnémicas. En términos dinámicos luchar y vencer las resistencias de represión e interpretar la transferencia.

La técnica hipnótica nos exhibió los procesos psíquicos de manera simple y esquematizada. En oposición, la nueva técnica dio paso a una complejización de la cura y del psiquismo.

Con la hipnosis el recordar era un proceso fácil, pero no propio. Y una

cosa más que marca Freud: pasado y presente no se confundían. Sin duda una mutilación de la transferencia.

Es difícil no pensar cómo Freud fue notando que la tarea terapéutica se iba complejizando ya que lo inconsciente no sólo remitía a una serie de contenidos, sino fundamentalmente a un modo de funcionamiento. No solo deseos y representaciones, no solo mociones y pulsiones, sino también procesamientos de dichos deseos y pulsiones.

Los recuerdos encubridores son un ejemplo de ambos. En ellos están contenidos los deseos reprimidos, pero también la forma de funcionamiento inconsciente. Sin duda una verdadera doble semántica: mientras una nos habla de la estructura a reprimir la otra nos habla de la estructura represora. Tanto el recuerdo encubridor como el sueño nos muestran cómo un deseo queda manifestado, mientras al mismo tiempo queda callado o olvidado.

En esta ocasión Freud nota una sutil diferencia. Lo reprimido es lo inconsciente, pero lo inconsciente no es todo lo reprimido. A veces el trabajo analítico recupera un recuerdo que nunca fue reprimido, sino solo inconsciente. Un recuerdo que nunca había sido consciente y por eso nunca tuvo que ser reprimido, sin embargo se mantenía activo.

Freud aventura una idea novedosa: las vivencias muy tempranas, las cuales no pudieron ser entendidas, son presentadas con “efectos retardados”, sin posibilidad de despertar un recuerdo (FREUD, 1978-1985h). Enigmática formulación. Es evidente que estaba pensando en vivencias preverbales, si no, ¿a qué otra cosa puede aludir el “muy tempranas y no entendidas”? Siendo así hay que suponer que Freud consideraba que aquellos sucesos que tienen la fuerza necesaria para generar una marca permanecen inmutables mientras no tengan palabra, como una especie de congelamiento psíquico y que reaparecen de manera difícil de registrar. Sin embargo Freud no dice que escapen a las palabras ya que sostiene que se toma noticias de ellos a través de los sueños, sin embargo también afirma que algunos pacientes no logran representar esas vivencias en sueños sino en actos (¿cómo si los actos no tuviesen un texto oculto que los determina!), debido a que la represión le quitó la representación a la pulsión.

Es interesante que Freud equipare el recuerdo en el sueño con el recordar hipnótico (FREUD, 1978-1985h). Así el modelo de la actuación sería el equivalente al de la resistencia, idea que aparece en principio pero que no se mantendrá posteriormente y no puedo no preguntar hasta qué punto no es el analista quien colabora con su entendimiento o falta de éste, para que el acto sea una resistencia o, por el contrario, se convierta en un modo de avanzar en la profundidad de lo inconsciente.

Sobre la cuestión de la hipnosis, la resistencia al recuerdo y la transferencia volveré más adelante.

En general, dice Freud, el tratamiento empieza con una repetición. Durante un lapso, el análisis no se libraría de esta compulsión de repetición (FREUD, 1978-1985h, p. 152). Al fin se comprende que esta repetición es la forma de recordar que tiene el paciente, semejante a los recuerdos encubridores y a algunos sueños. Es decir que efectivamente detrás del *agieren* hay un texto.

La transferencia, campo donde se resuelve la cura analítica, solo es una parte de esa repetición y esa repetición es una transferencia de un pasado olvidado.

CONVIDADO

En todo caso la virtud de la transferencia es que logra hacer presente un pasado. Nuestra tarea es mostrar que esa actuación es en realidad una historia.

Algo más. Freud dice una cosa muy importante: mientras mayor sea la resistencia - resistencia a concebir como recuerdo lo que es actuado -, mayor será la tendencia a caer en compulsión de repetición. Y se irá repitiendo en la transferencia, pero también fuera de ella. (FREUD, 1978-1985h, p. 153).²

Pero, ¿qué y para qué se repite? Se repite todo lo que desde lo inconsciente tenga la fuerza necesaria para luchar contra la represión. Es decir que se repetirán todas las inhibiciones, los deseos ocultos, las ideas y los rasgos de carácter patológicos. Esta condición de reproducir como acto algo que no es posible pensar en palabra otorga una ventaja a los empeños terapéuticos: la de hacer actuales las ocasiones de enfermedad. Sin duda, para el paciente esto es ocasión de un renovado sufrimiento, en cambio para el analista es la posibilidad de que el paciente comprenda que sin la valentía de enfrentar sus propias mociones inconscientes no hallará cura duradera y sólo podrá aspirar a una conformidad lamentable.

El para qué, tendrá respuesta más adelante, recién en los años 20 cuando introduce la pulsión de muerte en su forma de desligadura en oposición a la integración erótica. La repetición tendrá así la misión, quizás última, de permitir una mínima expresión de lo inconsciente a fin de lograr una representación y ligadura aún mayor. Es decir, lograr como dice Freud, una aceptación (integración) de los aspectos inconscientes, para así poder darle una tramitación más adecuada.

La condición para la cura es sin duda que la enfermedad sea sentida como algo actual. El secreto de la cura es reconducir esa actualidad al pasado, esquemáticamente al complejo de Edipo.

HIPNOSIS, RESISTENCIA Y TRANSFERENCIA

Volvamos al inicio. La hipnosis que quedó degradada a un evento teatral, es sin embargo una pieza clave para el entendimiento del modelo de aparato psíquico y fundamentalmente para el modelo de curación que propone el psicoanálisis.

La utilización del método hipnótico, o incluso el sugestivo, implican una cuestión insoslayable: quien hipnotiza supone un "saber", en este caso, lo que el otro quiere o necesita. Así queda expresado por el mismo Freud (1978-1985j) en "Un caso de curación por hipnosis". Se trataba de una joven mujer que luego del nacimiento de su primer hijo se dispuso a criarlo sin ningún tipo de asistencia externa, pero no logró amamantarlo, tenía poca leche y dolor al dar el pecho. Perdió el apetito y contrajo una repugnancia a la comida, además de estar insomne. De tal manera, a los pocos días renuncia a su tentativa de amamantar, contrata una nodriza y sus problemas desaparecen. Tres años más tarde tiene a su segundo hijo y ante el mismo propósito fracasa nuevamente y sus síntomas vuelven con mayor fuerza. La joven madre vomitaba todo lo que comía, no dormía y se mostraba deprimida por su incapacidad. Cuando Freud toma contacto con ella la encuentra furiosa por su incapacidad de dar el pecho a su hijo, incapacidad que se repetía a cada intento. Para evitar los vómitos no había comido en todo el día, tenía el vientre hinchado y al tocar la panza advierte continuas contracciones. Además se quejaba de mal sabor en la boca.

Freud logra hipnotizarla y le dice "no tenga usted miedo; será usted una

excelente nodriza y el niño se criará divinamente. Su estómago marcha muy bien; tiene usted un gran apetito y está deseando comer". ¿Qué muestra esta viñeta más que el lugar de sabiduría de Freud? Freud parece estar convencido de que la paciente quiere lo que dice que no puede y actúa sugestivamente en función de este prejuicio. ¿Qué hay del vientre hinchado, las contracciones y el mal sabor? Nada de esto es tomado en cuenta por Freud como un "cordón umbilical" a una verdad sólo conocida en lo inconsciente de la joven madre.

La mujer despierta de su sueño hipnótico con hambre, puede comer durante todo el día y amamantar a su hijo, hasta el día siguiente en el que los síntomas vuelven recrudescidos. Esto obliga a demandar una nueva sesión, Freud accede y agrega durante la nueva hipnosis la siguiente idea sugestiva: su enojo es porque la familia no la quiere alimentar y quieren matarla de hambre. Al despertar la mujer dirige esos reproches a su propia madre y puede amamantar sin problemas a su hijo durante su crianza como así también desaparece su aversión a comer. Para el Freud de aquel momento (1893) es un éxito del tratamiento hipnótico. Sin embargo los síntomas reaparecen en su tercer embarazo.

Vemos qué tentador puede ser la utilización de la sugestión. Sin duda todo se acorta. La historia del síntoma no importa, los síntomas, hasta el hecho de producir poca leche, son eliminados instantáneamente. Ni rastros de una resistencia o de algún mínimo trabajo elaborativo.

La hipnosis es, por decirlo de alguna manera, un *by pass* psíquico. Resuelve algo pero elude el conflicto, no toca la causa que lo origina ni produce un trabajo de elaboración. Un terapeuta así se parece más a un redentor de almas, a un salvador más que a un analista, posición que en "El yo y el ello" (FREUD, 1978-1985c) impugnará enérgicamente. Cabe remarcar que en este caso el mismo Freud queda ofendido porque la familia no le reconoce su lugar de salvador iluminado en la supuesta mejoría de la paciente.

"En recordar, repetir y reelaborar" (FREUD, 1978-1985h) Freud nos señala cómo el recuerdo puede ser inducido también por la sugestión hipnótica. Esta es la primera técnica. Con la hipnosis el recordar se vuelve ideal y la resistencia queda abolida y con ella también el valor de la resistencia en el proceso de enfermedad y también en el de curación.

La resistencia, a traer a lo consciente lo que fue reprimido, hace que el trabajo elaborativo, es decir el trabajo curativo, sea una apuesta, un acto de valentía sin el cual ninguna cura es posible. Al decir esto suponemos que el trabajo analítico no puede ser fácil ni sencillo y que de él hay que esperar un cambio de mejoría pero no sin pasar por período de "empeoramiento" como lo llama Freud, al cual yo prefiero pensar como angustia, muchas veces fuerte y peligrosa (FREUD, 1978-1985h). Este trabajo afectivo tiene extremo valor; supera la abreacción incitada por sugestión porque modifica al sujeto al mismo tiempo que vence cada una de esas resistencias. Es decir que la resistencia no sólo es inevitable sino también necesaria y por qué no, esperable. Las resistencias son un claro indicador de que un proceso analítico está marcha. Pero la experiencia y la lógica marcan que debemos mantener un equilibrio entre la transferencia positiva que nos da el poder sugestivo y las resistencias que convocan a la apuesta elaborativa.

Así, la repetición puede verse como resistencia, pero no lo es, aunque estorbe el trabajo de rememoración y representación. Primero porque, tal como dice Freud, muchas de estas repeticiones no pueden ser rememoradas debido a que nunca se las pudieron pensar, ya que son tan solo marcas en el psiquismo a

CONVIDADO

la espera de que algo les permita un recubrimiento representativo; el carácter es un ejemplo de ello: ese “yo soy así” en el que muchos pacientes caen empecinadamente para explicar algo sin advertir que esa expresión repetitiva esconde la historia de una identificación. Segundo porque la repetición es una manera de vencer la resistencia hacia lo consciente, es un camino hacia la conciencia. En ese sentido tiene la misma estructura que la negación a la afirmación.

Sin embargo la repetición puede volverse resistencial, en la medida que no sea entendida y que predomine más un nivel de descarga que de reflexión. La concepción psicoanalítica de la transferencia, que es repetición, es una manera muy lúcida de hacer de la condición de repetición una herramienta de elaboración. Es decir que la transferencia no solo es un fenómeno de repetición inevitable sino además un método de comprensión indispensable. La transferencia es el método psicoanalítico.

Como analistas debemos estar atentos a estos fenómenos transferenciales desde el comienzo mismo de un proceso analítico, utilizándolos como método de esclarecimiento.

Así como en la hipnosis el recordar suprimía la resistencia, en el método transferencial la convocamos. Aventuraría que un análisis sin resistencia es más una cura sugestiva que un análisis deseable. Creo seguir a Freud al pensar así. Con respecto a la transferencia Freud la divide en dos de acuerdo a la ambivalencia (FREUD, 1978-1985i, p. 102). La transferencia puede repetir los aspectos tiernos, eróticos y de idealización y esa será la transferencia positiva, mientras que la repetición de las mociones hostiles producto de la frustración será la transferencia negativa. A su vez estas mociones serán o bien conscientes o inconscientes y de ello dependerá que ella se vuelva resistencial. Por ejemplo: la transferencia erótica es positiva, pero como proviene de mociones inconscientes del erotismo infantil (complejo de Edipo) será resistencial. Lo mismo podríamos decir de la transferencia con aspectos idealizados. Ella es positiva, el paciente asocia sin problemas, pero no se está curando, sólo se “adapta” al deseo del analista (FREUD, 1978-1985i).

Cito a Freud:

Si la cura empieza bajo el patronazgo de una transferencia suave, positiva y *no expresa*, esto permite, como en el caso de la *hipnosis*, una profundización en el recuerdo, en cuyo transcurso hasta *callan* los síntomas patológicos; pero si en el ulterior trayecto esa transferencia se vuelve hostil o hiperintensa, y por eso necesita de represión, el recordar deja sitio enseguida al actuar. Y a partir de ese punto las resistencias comandan la secuencia de lo que se repetirá. El enfermo extrae del arsenal del pasado las armas con las que se *defiende* de la continuación de la cura, y que nos es preciso arrancarle *pieza por pieza* (FREUD, 1978-1985i, p. 153. Los resaltados son míos).

Esto muestra claramente que la aceptación de la interpretación no significa que se produzca una elaboración. Pero como dice Freud, la transferencia tiene la virtud de hacer presente lo reprimido, y esto se transforma en una ventaja ya que nadie puede vencer a un enemigo que no esté lo suficientemente cerca o ausente (FREUD, 1978-1985i, p. 154). Este nuevo método implica el riesgo del inevitable empeoramiento durante la cura.

Esta cita trae un conflicto. Freud propone que la repetición es la posibili-

dad del aparato psíquico dominado por las defensas de hacer actual lo pasado, entonces si nadie se cura *in absentia*, una transferencia no expresa no sería sino una resistencia. Idea que evidentemente estaba latente en Freud cuando la compara con la hipnosis y la consecuencia anti-analítica de callar los síntomas patológicos. ¿Qué es preferible? ¿Qué en el transcurso de la cura se “callen los síntomas” gracias a una “buena transferencia” de carácter sugestivo, que en última instancia nos lleva a ocupar el lugar de salvador, o que los síntomas se trasborden en acto, en ese actuar que no es otra cosa que una forma de recordar y por lo tanto un discurso en espera de ser interpretado? Lo no expreso y el acallamiento de los síntomas, ¿No es acaso una manera de sugerir que se está ahí eludiendo, al igual que en la hipnosis, un tramo del trabajo elaborativo? Pero más aún, al mismo tiempo este traspaso de represión a transferencia implica un trabajo de elaboración pieza por pieza (desasimiento de la transferencia), al igual que en el duelo y que remite al trabajo psíquico que reemplaza la descarga abreactiva. En este sentido el próximo párrafo es contundente.

El hacer repetir en el curso del tratamiento, según esta técnica más nueva, equivale a convocar un fragmento de la vida real y por eso [...] no puede ser inofensivo y carente de peligro. De aquí arranca todo el problema a menudo inevitable del empeoramiento durante la cura (FREUD, 1978-1985i, p 153).

Entonces acá el empeorar puede ser entendido como una forma de mejorar siempre y cuando el analista sepa que se trata de una forma transferencial.

Freud homologa la transferencia suave, positiva con lo no expreso, al igual que la hipnosis. Una transferencia no expresa, ¿no sugiere la idea de algo reprimido? ¿Qué sería lo no expresado? Freud, que ya había dejado el método hipnótico por su invalidez terapéutica, sin embargo vincula la profundidad del recuerdo en transferencia positiva con la sugestión hipnótica. Y sigue aún. “en cuyo transcurso hasta callan los síntomas patológicos...” (FREUD, 1978-1985i, p. 153). Freud no dice que se superen, que se elaboran sino que se callan... insisto ¿acaso callar no significa reprimir?

Si continuamos con la cita se sigue, por el contrario, que si aparecen mociones hostiles o hiperintensas (como la transferencia erótica) entonces el recordar (movido por la sugestión) dará lugar a la repetición y de allí la necesidad de reconducir a un trabajo que se realiza pieza por pieza. Creo que esta última parte de la cita describe mucho mejor lo que es un verdadero proceso de cambio analítico.

Paradoja de la transferencia, si es positiva y suave, puede volverse no expresa gracias a la sugestión hipnótica y terminar en un lamentable acallamiento de los síntomas. Nada de aquel empeoramiento inevitable para poder combatir al enemigo cuerpo a cuerpo. Por el contrario una transferencia negativa (hostil o hiperintensa) permite el trabajo de elaboración pieza por pieza.

La conclusión no puede ser otra que el psicoanálisis no está destinado a evitar los inconvenientes y que a la valentía del paciente por hacerse de lo reprimido, le equivale la valentía del analista de soportar y valorar la transferencia negativa, de la que depende, al parecer, el verdadero trabajo terapéutico.

Si lo pensamos, el psicoanálisis es un método de tratamiento extrañísimo. Le promete al paciente una mejoría solo si se anima a levantar aquellas represiones que estableció para aliviar el dolor que causaban las mociones re-

CONVIDADO

primidas; es decir que le promete un alivio si y solo si está dispuesto a sufrir de aquello que a duras penas pudo resolver.

En este estado de las cosas el análisis tiene que navegar entre la capacidad de soportar dolor y la esperanza de un futuro mejor. Todo ello sin caer en la sugestión que siempre es una enorme tentación de ambas partes.

La transferencia es un conjuro a la repetición y por lo tanto al empeoramiento, y al mismo tiempo el método para aliviarse estructuralmente de él.

EL PORQUÉ DE LA ABSTINENCIA. SU RELACIÓN CON EL ESTABLECIMIENTO DE LA TRANSFERENCIA Y EL PASAJE A LA CURA

Lo primero en todo tratamiento es lograr una transferencia positiva que resulta de la concentración de la libido en la persona del analista.

De manera esquemática digo que esa disposición libidinal hacia el analista se logra en la medida que el dispositivo analítico capta la libido depositada en los síntomas. O sea, haciendo del tratamiento el "único" medio posible para eliminar un padecimiento.

Pensemos por qué Freud desaconsejaba tratamientos paralelos de otras afecciones. Esta postura tiene sentido solo si se considera que las resistencias al análisis cobraban fuerza cuando aparecían otras alternativas en el despliegue de la libido. Así se precavía de disociar la transferencia. Pero no sólo eso hacía Freud, también desautorizaba a los pacientes que hablaran de sus problemas con amigos. Más todavía, exigía a quienes iniciaban el tratamiento abstenerse de tomar decisiones importantes, como por ejemplo emprender un negocio, mudarse e incluso casarse. ¿Por qué Freud haría una cosa así? Creo, que consciente o inconscientemente, Freud se daba cuenta de que esta concentración de la libido en la persona del analista era una condición para el establecimiento de una transferencia sugestiva, que proviene sin duda de la hipnosis y que Freud nunca desmintió, aunque es también estrictamente cierto y necesariamente práctico que en el horizonte del trabajo analítico esté siempre presente la superación de aquella sugestión hipnótica.

Lo que quiero postular es que Freud planteaba una condición de abstinencia para el paciente (abstinencia en el sentido de su disposición libidinal mal distribuida), que siempre quiere actuar (reproducir como actual) lo que viene de su pasado inconsciente y de su vida pulsional. Quiere actuar en vez de recordar o pensar en tratamiento como dice en "Recordar, repetir y reelaborar" (FREUD, 1978-1985h).

Con todas estas condiciones de abstinencia Freud buscaba concentrar la libido en él y así establecer las condiciones de inicio de la transferencia; cambiar una neurosis común, por una de transferencia, de la cual se lo puede curar (FREUD, 1978-1985i, p. 156).

[...] Confesamos sin ambages que los resultados del psicoanálisis se basaron en una sugestión, sólo que por sugestión es preciso entender [...] el influjo de un ser humano por medio de los fenómenos transferenciales en él. Velamos por la autonomía última del enfermo *aprovechando* la sugestión para *hacerle cumplir un trabajo psíquico* que tiene por consecuencia necesaria una mejoría duradera de su situación psíquica (FREUD, 1978-1985i, p. 103. El resaltado es mío).

Es decir que la abstinencia es la manera de establecer la transferencia, y la transferencia es el escenario donde la cura se hace posible.

El enfermo atribuye condición de presente y realidad objetiva a los resultados del despertar de sus mociones inconscientes; quiere actuar sus pasiones sin atender a la situación objetiva (real). El médico quiere constreñirlo a insertar esas mociones de sentimiento en la trama del tratamiento y en la de su *biografía*, subordinarlas al abordaje cognitivo y discernirlas por su valor psíquico. Esta lucha entre [...] intelecto y vida pulsional, entre discernir y querer "actuar", se desenvuelve casi con exclusividad en torno de los fenómenos transferenciales (FREUD, 1978-1985i, p. 105).

Vemos así en la transferencia un fenómeno de levantamiento de la represión. El actuar en transferencia es el equivalente a la asociación libre. Esta disposición tan peculiar demanda su contraparte en la posición de neutralidad del analista. Así la abstinencia tanto del analista (condición obvia) pero también la del paciente es condición *sine qua non* para que se establezca una transferencia, en parte sugestiva y rozando con lo idealizado pero en parte racional y por lo tanto realista para que el analista pueda ir utilizando y desarmando a la vez.

La cura es así, la cura de y en la transferencia, y la transferencia es el punto esencial siempre vigente de cada tratamiento, del cual el analista tiene la mayor responsabilidad y compromiso para regularla y para analizarla en los momentos necesarios.

REPETICIÓN, TÁNATOS-EROS Y CURA ANALÍTICA

Guillermo: Quiero aprender a bailar tango.

Laurencio: ¿Y porque hoy y no hace un año o dentro de 2 meses?

Guillermo: En realidad, quiero aprender a bailar tango para acercarme a una mujer.

Laurencio: ¡Ahora me gusta más!

Guillermo: Fui a una milonga, ella se quedó esperando a que yo la sacara a bailar, pero como no sé bailar tango, no la saqué, me quedé ahí, parado.

Laurencio: Decime ¿Vos sos de los que empujan o de los que fluyen? ¿Vos empujas para que las cosas pasen o fluis con las cosas que pasan?

Guillermo: En realidad sé que tengo que bailar tango. A ella no la conozco, no sé quién es, pero, sé que si no aprendo, no va a andar.

Laurencio: Para mí sea lo que sea, ya ocurrió. Esa mujer y vos ya están juntos o no. ¿Te gráfico mi pensamiento? Los domingos yo me la paso bailando todo el día y estoy encerrado aquí, así que, ¿qué pasa en el mundo? ¿Qué pasa afuera? no lo sé. Pero a la noche veo fútbol, en diferido, pero para mí es como si lo viera en directo, así que puteo, me alegro, me amargo, ¡me emociono! y cuando la pelota va por el aire digo ¡ésta entra! ¡Esto es gol! ¡Esto es gol! La pelota va a ir a dar adonde tenga que dar y a ningún otro lugar ¿Y por qué? Porque ya pasó, ya sucedió, sólo que como yo lo ignoro, me creo que está ocurriendo mientras lo veo. El tiempo se presenta de una manera difícil de entender, para mí, vivimos la vida con la ilusión de que es un evento en vivo, pero en realidad es en diferido. Esa mujer y vos ¡ya están juntos o no van a estar juntos nunca! Ahora tenés que aprender a bailar un poco y salir a averiguarlo...

CONVIDADO

Laurencio: ¿Cuántas mujeres tuviste en serio en la vida?

Guillermo: Tres.

Laurencio: ¿Y cómo eran?

Guillermo: Diferentes entre sí.

Laurencio: Yo creo que en el fondo es siempre la misma, porque es uno el que repite y repite, es muy difícil salir de la repetición. Cambia el envase, pero el esquema que atrapa es siempre el mismo. Si uno detecta la repetición, ¡se corre, la deja pasar y zafa! Ahí empieza a existir la posibilidad de que aparezca lo que es para uno de verdad ¡con las minas o con lo que sea! La repetición es lo contrario de la evolución. Para evolucionar, hay que aprender. ¿Alguna vez tuviste que aprender algo para acercarte a una mujer?

Guillermo: No.

Laurencio: Parece que la vida eligió el tango para tu evolución.

(LA SUERTE, 2005).

Estaría tentado a decir que el psicoanálisis es como bailar tango y creo que se entendería todo y hasta en detalle, pero sería condensar demasiado al estilo de una buena interpretación. Así que prosigamos.

¿Por qué solemos adjetivar al término cura agregándole el de analítica a modo de suplemento fortificante? Se trata de una convicción fundada en la experiencia, de que es una cura única, con un alcance que otras terapéuticas no tienen. Basado en la multiplicidad de conceptos que pueden sintetizarse groseramente en la separación de lo consciente y lo inconsciente, nace una concepción de aparato psíquico y por ello también de un tratamiento profundo que no se contentará sólo con la simple desaparición sintomática.

La cura analítica comprende un algo más porque el psicoanálisis no sólo es una técnica psicoterapéutica sino también un modo de entender al sujeto.

Uno de esos conceptos exclusivos de fundamento psicoanalítico es el de repetición. Freud descubrió la repetición en 1914 pero su real dimensión dentro de la estructura psíquica se alcanza después del '20 con "Más allá del principio del placer" con la introducción de la pulsión de muerte (FREUD, 1978-1985f).

La pulsión de muerte, de destrucción o de desligadura, es el concepto clave para entender la clínica en su dimensión más contemporánea, porque esta no está solo en la destrucción visible, sino también en una expresión silenciosa, indetectable. Lo que da a entender que la pulsión de muerte debe comprenderse como la tendencia silenciosa a la desinvestidura, a la deslibidinización, es decir al debilitamiento de la pulsión. Así todo aquello que sea expreso como la violencia explícita ya tiene un componente grande de pulsión de vida. El conflicto mismo, o mejor dicho, el malestar ante el conflicto es un fenómeno de la mezcla de las pulsiones. La conscientización es un fenómeno erótico, mientras que la inconscientización un fenómeno de la pulsión de muerte.

La repetición en este sentido puede entenderse como una formación intermedia entre Tánatos y Eros. Tal vez como en casi todo de nuestra disciplina, dependerá de la habilidad y formación del analista que esa repetición quede para el bando de la pulsión de muerte o para el bando de la pulsión de vida; dependiendo de si el analista logra dar representación a aquello que no lo consigue. En la clínica nos encontramos con pacientes que repiten, pero no sólo repiten conflictos sino también repiten más allá del placer, repiten para no pensar,

repite para no cambiar. Aquí la repetición no es una manera de vivir sino una manera de estar muertos. Una repetición tanática que impide cualquier cambio, que se empeña en convertir, en la transferencia, al analista en un objeto sin transcendencia; intentos de curas que terminan en un pobre “esto no me sirve, sigue todo igual” son la expresión de una reacción terapéutica negativa que no le dice al paciente que hay conflicto, que se siente culpable, sino que no hay remedio para él (FREUD, 1978-1985c).

Pero al mismo tiempo hay en la repetición, siempre que el analista lo advierta, una cuota de esperanza de que la escenificación dejará una semilla, en la mente del analista, con posibilidad de transformarse en el fruto de la representación.

Hay, así, una repetición anti-psíquica y otra repetición que busca mantener lo psíquico como una representación en acto. Se trata de dos modos de funcionamiento psíquico. Pero Freud no es tan preciso al respecto, más bien la idea de una compulsión de repetición más allá del principio del placer, más originaria, más elemental, más pulsional es una hipótesis sostenida por el principio mismo de la división pulsional en Eros y Tánatos. Según Freud esta compulsión a repetir obedece a un propósito. Antes ya había comprobado que la repetición compulsiva no podía sino provocar displacer al yo, ya que trae a la superficie mociones reprimidas. Esta situación no resultaba en una gran contradicción y salía al paso la advertencia de que solo era displacer para un sistema mientras era placer para el otro. La estructura del síntoma lo advierte. Sin embargo para Freud hay un “*hecho nuevo y asombroso*” (FREUD, 1978-1985f, p. 20) y es que la compulsión de repetición trae vivencias que no contienen ninguna posibilidad de placer, que en su momento tampoco fueron satisfacciones, ni siquiera de las mociones reprimidas. Están más allá del principio del placer. Formulación extremadamente fuerte, difícil de sostener teóricamente, sobre todo porque después reconoce que se trata de mociones edípicas que estaban destinadas a producir placer pero que no lo produjeron. Entonces solo están más allá del placer si se piensa en lo que produjeron y lo que producen, pero si se piensa que partieron de una ilusión de placer, entonces esta repetición no es más que la muestra de la obstinación pulsional, del deseo irreductible del narcisismo a tenerlo todo. Lo inconsciente no se resigna a la realidad, si hubo una posibilidad de placer, todavía la hay. “*His majesty the baby* como alguna vez nos creímos” (FREUD, 1978-1985e, p. 88) o como lo describe S. Leclair (1999) la resurrección del “niño maravilloso”. Dicho de otra manera, no es que la repetición pueda estar más allá del placer sino ir más allá del principio del placer, no tenerlo como fin inmediato.

La compulsión a la repetición es la repetición de un deseo indomeñable de tenerlo todo, es decir que remite a una fijación narcisista de por fin poseer al objeto incestuoso; tener a la madre o recibir un hijo del padre. El fracaso de ese propósito se vivirá como trauma de castración.

Por otro lado, Freud (1978-1985f) requiere todo un capítulo de tono especulativo (el capítulo IV) para hacer la presentación de la pulsión de muerte, y este sí que es un descubrimiento único. Una suerte de desvío filosófico que tiene por objeto postular su *beg the question* que será pilar del psicoanálisis de la segunda tópica. El psiquismo vivo depende de que una parte esté muerta, muerta para los estímulos que podrían, de acuerdo a su magnitud o a la endeblez interna, poner en riesgo todo el sistema psíquico. A esta parte muerta la llama protección antiestímulo cuando se trata de estímulos provenientes del exterior, pero para los estímulos internos (las pulsiones) esta protección no sirve, para estos últimos debe aplicar un recurso que depende de la regulación

CONVIDADO

del principio del placer. Lo displacentero será tratado vía proyección como proveniente de afuera. Por esta vía Freud se reencuentra con el principio del placer pero no con su más allá. Este funcionamiento lo encontrará solo frente al acontecimiento traumático. El trauma, aquel concepto medio olvidado, retorna al centro de la escena porque permite describir un funcionamiento frente al dolor extremo. En efecto, el dolor extremo impone la conducta más elemental que es la dominación del estímulo. Una especie de huida pero desde adentro, esto es una conrainvestidura con el fin de crear en ese punto traumático, algo como una protección antiestímulo. Con este objetivo se produce consecuentemente una desinvestidura de otros puntos del sistema psíquico, que trae como consecuencia una parálisis psíquica. Funcionamiento que recuerda al sistema narcisista de la libido descrito por Freud en 1914. Recordemos: “mientras más gasta una, más se empobrece la otra” (1978-1985e, p. 73). La idea es que frente al dolor narcisista, al cual todo trauma remite, ya no se puede pensar, ni amar, ni producir; entonces ¿se podrá analizar? Aquí la repetición está solo al servicio de la ligadura, no del placer. ¿Qué técnica será la apropiada? eso es algo que merece ser discutido, pero en principio podemos aventurar que la primera tarea es aportar un fortalecimiento yoico. No obstante queda claro que si hay una repetición más allá del principio del placer, esta depende de si la estructuración yoica es capaz de ligar la pulsión o en palabras de Piera Aulagnier (2001) si el yo es capaz de metabolizar los elementos traumáticos.

Sin duda aquí la técnica no puede ser la misma que en la neurosis de transferencia. En estas situaciones quizás el análisis no sea más que el encuadre. Idea que transmitió Raúl Tebaldi con una lúcida comparación del encuadre analítico como barrera antiestímulo. El analista debe soportar la repetición hasta que el paciente pueda volver a pensar. Se trata de entender distintas funciones del analista, no sólo como interpretador sino como un actor restitutivo o constructivo del aparato, que vía la comprensión, a veces contra-transferencial, podrá ubicarse como un objeto que modificará la experiencia original (y desconocida) en la que el objeto primordial no pudo contener el avasallamiento pulsional.

Quizás la única alternativa en estos casos es puntualizar, oportunamente, los pequeños cambios y logros en ese intento de dominio. ¿Para qué? Para que cuando ese estado de empobrecimiento psíquico pase, se pueda volver a la senda de la representación e integrar el episodio traumático a una historia libidinal.

Ahora, si la repetición es la condición de estructuración del equilibrio psíquico, entonces que sea resistencial o mortífera dependerá a mí entender de dos cosas: la primera la propia fuerza pulsional, del deseo de destrucción auto y hétero dirigido; pero también de que el analista pueda contrarrestar con alguna técnica apropiada la compulsión a la descarga de pulsiones libres y así ligar lo no ligado. Por el contrario la repetición puede ser Eros al buscar ligadura. Hacer soportable lo otrora insoportable. Es en este sentido que me parece que lo mortífero queda libre o neutralizado según el analista comprenda o no, qué sentido puede tener en cada caso la repetición. Si la evita, la condena o la “silencia”, callándolas en sus propias interpretaciones contratransferenciales, entonces dará lugar a una repetición sin sentido e indefinida, quizás condenándolas a la armadura del carácter en el mejor de los casos; por el contrario, si las enuncia, si se permite algún tipo de búsqueda de sentido, esa repetición, ese actuar, puede dar lugar a la integración y así permitir que esos otros sistemas psíquicos se vuelvan a libidinizar. Una idea particularmente interesante que

aporta una técnica al respecto es la de generar cierta curiosidad psíquica por sus actos. Dicho en otros términos, una posibilidad es revalorizar la pregunta analítica como técnica. Freud lo planteó en el Esquema del psicoanálisis (1978-1985d) cuando tratándose de pacientes gravísimos, refiere que

[...] actúan con eficacia en favor nuestro algunos factores ajustados a la ratio, como la necesidad de curarse motivada en su padecer y el interés intelectual que hemos podido despertarle hacia las doctrinas y revelaciones del psicoanálisis, pero, con fuerza mucho más potentes, la transferencia positiva con que nos solicita (FREUD, 1978-1985d, p. 188).

Es decir que Freud ya pensaba que la curiosidad intelectual y la transferencia ligada a ella, era una técnica para la motivación de la cura.

Ahora un tema un tanto espinoso es el tema de los pacientes graves y las técnicas actuales. Como sabemos Freud pensó en las patologías motivadas por el exceso de trauma real (las neurosis de guerra), en ellas ubicó una técnica no tan desarrollada, pero si insinuada, como la de sostener el espacio analítico, transferencia mediante, como lugar de repetición con el objetivo de crear o restablecer las condiciones psíquicas para el análisis más profundo y del complejo de Edipo. La misma idea del trauma como ruptura de la protección psíquica antiestímulo y el trabajo psíquico de la conrainvestidura que ello requiere no puede menos que derivar en una técnica ajustada a ese fin. Freud no termina de decirlo pero tampoco hace falta mucho para entenderlo.

CONSTRUCCIONES EN PSICOANÁLISIS, UNA TÉCNICA ACTUAL DESDE 1937

El análisis puede ser considerado esquemáticamente como el levantamiento de las represiones del sujeto, a fin de que la libido capturada por la defensa pueda quedar disponible para el yo, quien, fortalecido por el análisis, puede ahora disponer de esa libido para propósitos realizables y acordes a sus posibilidades. Lamentablemente este propósito pocas veces es realmente alcanzado, pero eso no quiere decir que el proceso haya sido vano, sino solo parcial; no obstante un análisis profundo deja una huella trascendente. El sujeto no es el mismo, siempre y cuando se produzca algo que Freud denomina la *neocreación*. Esta neocreación podría pensarse como una "alteración en el yo", así como la alteración del yo producida por la compulsión de repetición originada por la persistencia en los modos defensivos infantiles.

¿En qué consiste esta neocreación? Se trata de un nuevo estado en el que el yo se encuentra fortalecido por la posibilidad de revisar los viejos modos defensivos con lo cual pone fin al poder compulsivo del factor cuantitativo de la pulsión que se veía incrementada por la misma represión. Dicho de otra manera ¿no sería entonces esta neocreación del psicoanálisis la incorporación de la función analítica? Siendo así se explica que el análisis sea una terapéutica trascendente para la vida, un verdadero antes y después. Esta neocreación es también el final del análisis en la medida que es producto de un trabajo de elaboración del paciente, si bien es cierto que es una elaboración propia que parte de un trabajo compartido.

Ahora bien, la pregunta importante es ¿cómo se logra esta neocreación? Acá se complejiza la cuestión. Los análisis suelen tener tiempos, momentos más o menos "clásicos" y momentos más o menos diversos. Dicho de otra manera momentos más o menos neuróticos donde la técnica sin duda será la interpretación de la pulsión del ello inconsciente y sexual. Los sueños, las actuaciones ligadas a la transferencia, las asociaciones libres serán las manifestaciones de ese momento.

CONVIDADO

La interpretación simbólica y también los silencios y las preguntas analíticas serán la técnica. En los otros momentos más o menos psicóticos o narcisísticos, aquellos en los que el factor cuantitativo se impone a la fuerza de represión del yo, como explica Freud en relación a la viscosidad de la libido o su hipermovilidad, o la falta de plasticidad y capacidad para cambiar, todos esos fenómenos que aparecen como sueños traumáticos, los episodios de apego pasional a un objeto que captura toda la libido del sujeto como las adicciones o apasionamientos sexuales a objetos idealizados con rasgos perversos o de promiscuidad, los actos temerarios como ser deportes de alto riesgos, o las desinversiones excesivas que llevan a la falta de deseo, etc. ¿qué tipo de técnica será la adecuada? Freud nos advierte que en estos casos uno no escribe sobre arcilla sino en el agua. El análisis se ha vuelto impotente. La hipnosis parecería tener un mejor pronóstico, pero sabemos que sólo momentáneamente. Parece haber poca duda de que una técnica que ligue la elaboración con la sugestión pueda ser momentáneamente lo que se requiere.

Freud (1978-1985b) acude a la técnica de la construcción. Esta consiste en aportar al paciente un fragmento de historia construido por la fantasía del analista, que en principio no busca la verdad material, sino que tenga sentido para el paciente. Es una técnica en la que interviene la sugestión, pero que fundamentalmente tiene el efecto (¿y por qué no el propósito?) de re-establecer una transferencia positiva, y sabemos que la transferencia positiva se sostiene en parte en un lugar cercano a lo idealizado, el sujeto supuesto al saber, que luego tendrá que ceder lugar, otra vez, al proceso de elaboración del paciente que no es otra cosa que su apropiación psíquica. En este sentido la construcción es también una labor preliminar. Preliminar del trabajo analítico del propio analizante y lo preliminar es aquí un factor fundamental, porque muestra a la construcción como una estructura hipotética que llama a la actividad del sujeto, para completar o corregir esa historia que dará sentido a sus alteraciones yoicas. Por este camino también llegamos a la neocreación que implica la curación analítica.

IDEA FINAL

La originalidad y la eficacia del psicoanálisis han dado muestras acabadas de su razón de continuidad como alternativa psicoterapéutica. La importancia del trabajo analítico de elaboración, el convencimiento que detrás de un fenómeno cualquiera, de un síntoma, del relato de un sueño o de una realidad apabullante se encuentra un sentido, una historia objetual edípica y narcisista, dará la posibilidad de crear a partir de un dolor, un cambio profundo que dará lugar a una nueva subjetividad. La apuesta analítica es que la cura, y no cualquier cura, signifique que la vida deje de ser una mera repetición para convertirse en una evolución.

La real comprensión de los textos freudianos nos muestran que al psicoanalista le está deparada una tarea que lejos está de ser pasiva, fría y tranquila, a pesar de corresponderle la noción de neutralidad. Por el contrario todo lo que estamos obligados a comprender, soportar y transformar es más descriptivo de nuestra función que la de el psicoanalista pasivo que se limita sólo a interpretar como verdad oracular.

Tal vez la expresión “técnicas actuales” confunda un poco, son actuales en el sentido de que son más requeridas hoy para el psicoanalista, fundamentalmente por el pedido de los pacientes a realizar un tratamiento de una vez por semana, pero ello no significa que sean nuevas y que el análisis deba llegar hasta ahí, más bien creo, siguiendo a Raúl Tebaldi³, que esto obliga a pensar en un psicoanálisis más complejo, relejendo y resignificando a Freud.

NOTAS

2. Este repetir fuera del dispositivo analítico nos presenta un problema realmente actual: ¿Cuánto de este repetir por “fuera” queda excluido de nuestro alcance cognitivo cuando por ejemplo concedemos tan fácilmente los análisis de una vez por semana. ¿Habría que pensar una opción técnica para que nuestro compromiso terapéutico devenido del factor transferencial no se vea mutilado?!
3. Comunicación personal.

BIBLIOGRAFÍA

- AULAGNIER, P. C. **La violencia de la interpretación**. Del pictograma al enunciado. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001.
- FREUD, S. Análisis terminable e interminable. In: _____. **Obras completas**: vol. XXIII. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985a.
- _____. Construcciones en el análisis. In: _____. **Obras completas**: vol. XXIII. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985b.
- _____. El yo y el ello. In: _____. **Obras completas**: vol. XIX. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985c.
- _____. Esquema del psicoanálisis. In: _____. **Obras completas**: vol. XXIII. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985d.
- _____. Introducción del narcisismo. In: _____. **Obras completas**: vol. XIV. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985e.
- _____. Más allá del principio del placer. In: _____. **Obras completas**: vol. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985f.
- _____. Puntualizaciones sobre el amor de transferencia (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, III). In: _____. **Obras completas**: vol. XII. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985g.
- _____. Recordar, repetir y reelaborar (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, II). In: _____. **Obras completas**: vol. XII. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985h.
- _____. Sobre la dinámica de la transferencia. In: _____. **Obras completas**: vol. XII. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985i.
- _____. Un caso de curación por hipnosis. In: _____. **Obras completas**: vol. I. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978-1985j.
- GREEN, A. La madre muerta. In: _____. **Narcisismo de vida, narcisismo de muerte**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1990.
- _____. Procesos primarios, secundarios, terciarios. In: _____. **Ideas directrices para un análisis contemporáneo**. Desconocimiento y reconocimiento del inconsciente. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2005.
- LA SUERTE está echada. Dirección de Sebastián Borensztein. Buenos Aires, 2005.
- LECLAIRE, S. **Matan a un niño**. Ensayo sobre el narcisismo primario y la pulsión de muerte. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1999.
- MARUCCO, N. La transferencia: ¿Qué, cómo y cuándo interpretar? In: _____. **Cura analítica y transferencia**. De la represión a la desmentida. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1999.
- TEBALDI, R. Metapsicología, límites y encuadre. In: MARUCCO, A.V. (Comp.). **Metapsicología: una clínica con fundamentos**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014.

ENTREVISTA COM O COLETIVO PSICANÁLISE NA PRAÇA¹

INTERVIEW WITH THE PSYCHOANALYSIS AT THE SQUARE COLLECTIVE

– COMO SURTIU A IDEIA E A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO PSICANÁLISE NA PRAÇA EM PORTO ALEGRE?

Estamos vivendo um momento histórico, político e social bastante difícil em nosso país, no qual, cada dia mais, somos silenciados e vivenciamos uma tentativa de apagamento das nossas memórias. No início de 2018, sofremos a perda de uma mulher, ativista, negra, lésbica, que lutava pelos direitos humanos e denunciava a violência que ficava escondida numa parte da cidade. Ela dava voz ao que era silenciado.

A morte da Marielle Franco foi um disparador para que o coletivo Psicanálise na Praça de Porto Alegre nascesse e ganhasse corpo. Esse assassinato foi sentido como um ataque à palavra, um silenciar de alguém que denunciava.

Pensamos que a psicanálise atua justamente no contraponto desse silenciamento. Nosso trabalho visa resgatar a importância da palavra, possibilitar espaços de fala, de pensamento e denúncia. Há um desejo de que as pessoas possam se autorizar a se encontrar com suas próprias histórias e tornarem-se sujeitos pensantes, desejantes e políticos, autores das suas trajetórias.

Foi diante deste cenário, que coloca em risco a democracia do país, que duas colegas psicanalistas, Cândice Damé e Fernanda Vial Costa, questionaram-se sobre o que mais poderiam fazer, além do que já vinham fazendo, para dar conta desse “sufocamento das palavras” que estamos vivendo.

Recebemos amparo para pensar e des-sufocar num coletivo de colegas psicanalistas de São Paulo, que realizam um trabalho na Praça Roosevelt levando a escuta analítica às ruas, e que se mostraram totalmente disponíveis para nos ajudar.

Na época, entramos em contato com eles através das redes sociais e recebemos um convite para irmos até a Praça Roosevelt conhecer o trabalho. Foi o que fizemos.

Esse encontro foi tão rico e potente que no dia 16 de julho de 2018, um mês após a experiência em São Paulo, nascia o coletivo Psicanálise na Praça de Porto Alegre, inaugurando um novo lugar de escuta psicanalítica na cidade, a Praça da Alfândega.

Nosso coletivo é composto por 12 psicanalistas com diferentes percursos de formação. A iniciativa resguarda um caráter independente, sem vínculos institucionais. Os psicanalistas que compõem o coletivo são: Augusto Paim, Carmela Brunelli, Daniela Izolan, Evelise Bastos de Braga, Fernanda Vial Costa, Fernanda Zin, Guilherme Ambros, Isadora Severo Garcia, Lorete Mattos, Luciana Vieira, Luciane David e Rodrigo Antunes.

¹ Composto por: Augusto Paim, Carmela Brunelli, Daniela Izolan, Evelise Bastos de Braga, Fernanda Vial Costa, Fernanda Zin, Guilherme Ambros, Isadora Severo Garcia, Lorete Mattos, Luciana Vieira, Luciane David e Rodrigo Antunes. E-mail: psicanalisenapraca@gmail.com

– NA CONSTRUÇÃO DO PSICANÁLISE NA PRAÇA, QUAL A INFLUÊNCIA DE COLETIVOS SEMELHANTES EM OUTRAS CIDADES DO PAÍS, COMO O COLETIVO QUE OCORRE EM SÃO PAULO?

O nosso coletivo nasceu desse encontro potente que foi possibilitado pela disponibilidade dos colegas psicanalistas do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. A autorização e o apoio necessários para levar a psicanálise às ruas de Porto Alegre veio, primeiramente, de lá. Os colegas de São Paulo foram, e são, uma das nossas principais referências no trabalho da escuta analítica nas/das ruas.

Com o tempo, fomos criando corpo, aprendendo a engatinhar e depois a caminhar de maneira mais independente. Claro que, ainda hoje, algo que nos fortalece é a troca com os outros coletivos, que atualmente e felizmente são de diversos estados do país. Em nosso primeiro ano de trabalho, participamos de uma interlocução em São Paulo, em um evento sobre psicanálise nos espaços públicos, momento em que coletivos de várias cidades participaram e compartilharam suas experiências. Desde então, há intercâmbio constante com esses grupos.

Ao longo desses quase dois anos de trabalho, já conseguimos fazer nossas apostas, ter nossas percepções e um jeito próprio de andar, o que sustenta o nosso trabalho e tem a ver também com as especificidades impostas pelo território em que nos encontramos.

– OS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO COLETIVO ACONTECEM NA PRAÇA DA ALFÂNDEGA E, EM DIAS DE CHUVA, NO PALÁCIO DA JUSTIÇA. COMO SE DEU A ESCOLHA POR ESSES LOCAIS E OS TRÂMITES JUNTO AO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, BEM COMO JUNTO À POPULAÇÃO LOCAL DAS PRAÇAS, NA DIREÇÃO DE VIABILIZAR A OCUPAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO?

A Praça da Alfândega logo surgiu como opção por ser um local simbólico na cidade, onde as pessoas se reúnem em diversos eventos culturais e políticos, como a Feira do Livro e protestos de toda ordem. Um pouco de pesquisa e uma visita à praça foram determinantes para tomarmos a nossa decisão. A praça, desde sempre, foi um local de passagem e acolhimento. Era por ali que chegavam a Porto Alegre passageiros e cargas, sendo o principal entreposto entre o interior do estado, outros estados e o exterior. Bem onde escolhemos nos colocar (entre o MARGS e o Memorial do Rio Grande do Sul) se avista o belo portal do antigo cais do porto fluvial da cidade, erguido no início do século XX, o que marca a vocação deste espaço de ser por onde as pessoas e as coisas podem circular.

Além disso, a configuração e o fluxo de pessoas são bem setorizados, fazendo com que se tenha uma grande circulação na face da Rua dos Andradas e mais calma na parte que abriga os prédios históricos do MARGS, do Memorial do RS e do Farol Santander. Assim, temos facilidade de encontrar lugares mais reservados para as duplas ocuparem, com a privacidade mínima que este trabalho requer.

A Praça da Alfândega só tinha um inconveniente: a impossibilidade de atendermos em dias de chuva e durante a realização da Feira do Livro. A busca por outro espaço nos levou a outro ponto simbólico da cidade, ainda dentro do Centro Histórico: a Praça da Matriz, que, pela proximidade, foi a opção pensada para o período da Feira do Livro. Ao visitar a praça e seu entorno, depara-

mo-nos com um espaço diferente da Alfândega, mas com tanta tradição quanto – um espaço que recebe a maior parte das reivindicações políticas, por estarem ali localizados, além da sede do Governo do Estado, a Assembleia Legislativa e o Palácio da Justiça. A Praça da Matriz, definitivamente, é um espaço do povo. Um espaço legítimo de ocupação que é procurado por todos aqueles que querem ter voz.

Logo percebemos que o Saguão externo do Palácio da Justiça seria um local suficientemente adequado para atendermos nos dias de chuva, o que significava que poderíamos atender todos os sábados. Como se trata de uma área, ainda que pública, de uso da Secretaria da Justiça, fizemos uma solicitação formal para ocupação do espaço, que foi prontamente atendida.

Esta foi a única autorização que pedimos. Tanto na Praça da Alfândega quanto na Praça da Matriz, entendemos que a nossa presença é um direito como cidadãos. Fomos aos poucos nos apresentando para os “donos” da praça – as pessoas que ali trabalham, transitam e até as que ali moram. Pudemos entender melhor esta vida que a praça possui a partir de uma conversa com Jorge Broide que, com sua larga experiência, nos alertou para este aspecto que é de fundamental importância. No início éramos estrangeiros nos abancando na casa alheia. Éramos observados, mas poucos se aproximavam. Estávamos mais fechados, mas aos poucos nos abrimos e hoje já nos sentimos mais parte da dinâmica da praça, embora este trabalho de imbricação esteja longe de terminar.

– O COLETIVO, ENQUANTO UM GRUPO INDEPENDENTE, ORGANIZA-SE DE QUE FORMA? GOSTARÍAMOS QUE COMENTASSEM SOBRE COMO SE DÃO AS REUNIÕES ENTRE OS PARTICIPANTES, SOBRE AS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE INTEGRANTES, SE TODOS REALIZAM ATENDIMENTOS, SE HÁ UM CRONOGRAMA DE ATENDIMENTOS, ETC.

Nossa organização é bastante horizontal e norteada pelo nosso desejo. Seja para a presença na praça aos sábados, seja para as reuniões das segundas à noite ou para as outras atividades que nos ocupam. De forma geral, nossa identificação com o trabalho e a composição do coletivo faz com que todas as atividades tenham a participação constante da maioria de nós. É claro que estamos sempre conversando sobre nosso envolvimento para que estejamos atentos e atendendo às nossas atividades enquanto coletivo. Semanalmente, nos reunimos para discutir sobre o andamento do trabalho e direcionar os convites e questionamentos que recebemos. A partir da experiência do coletivo da Praça Roosevelt, nos deparamos com a ideia de intervenção, conceito análogo ao de supervisão, um espaço de trocas e discussões onde as diversas mentes que integram o coletivo se ajudam e se desenvolvem mutuamente. Com isso, também se estabelece uma integração entre os analistas, favorecendo as transferências dos pacientes com o coletivo e trabalhando as repercussões da rotatividade de analistas nos atendimentos na praça. Não existe divisão fixa de tarefas, então todos estamos comprometidos a estarmos presentes na maior parte destes espaços. Trabalhamos com o grupo inicial por aproximadamente um ano, por decisão nossa, para que o trabalho pudesse ter um mínimo de enquadre neste primeiro momento. Também consideramos que a intimidade do grupo inicial permitia uma troca mais profunda sobre as angústias que nos acometem a cada semana, mas que nos acometiam ainda mais no início.

Mais recentemente percebemos a necessidade de oxigenar o coletivo e recebemos, ao longo do último ano, quatro novos componentes. Nossas referências internas de que fossem colegas identificados não só com a psicanálise,

mas também com o viés social e político do trabalho que realizamos, foi determinante na abertura de espaço para essas novas entradas. O processo foi muito similar ao do começo dos nossos atendimentos: a própria experiência foi guiando o que dava certo e o que precisava ser repensado. A escuta das impressões dos novos participantes sobre o trabalho foi muito importante ao longo desse movimento de abertura. Provavelmente por ter sido um processo genuíno, um pouco conturbado, mas de troca e transparência, ele tenha dado tão certo. O grupo se beneficiou muito das visões novas que se agregaram, seja de correntes teóricas, seja de visões plurais da psicanálise.

– EM RELAÇÃO AO TRABALHO REALIZADO JUNTO À POPULAÇÃO, E ÀS ESPECIFICIDADES DESSA ESCUTA, COMO O COLETIVO PENSA E CONTEMPLA O ESTUDO TEÓRICO E A SUPERVISÃO, INERENTES AO TRIPÉ DA ESCUTA PSICANALÍTICA?

Todos os integrantes do coletivo se consideram psicanalistas em formação, não apenas pela constituição singular do tripé psicanalítico de cada um, mas também por entendermos que a formação é algo contínuo e que precisa ser tão dinâmico quanto a população que se escuta – seja no consultório, seja na praça. Desde o início do coletivo, nos preocupamos em supervisionar nossa prática com psicanalistas mais experientes em nossas reuniões de segundas-feiras e também na praça – em horários diversos aos de atendimento – buscando essa integração da rua com a supervisão. No entanto, na praça nos deparamos com especificidades não contempladas na literatura psicanalítica que se poderia chamar de tradicional, bem como situações em que mesmo a mais vasta experiência em consultório demandaria criatividade para supervisionar. Com isso, ganha importância o intercâmbio com outros coletivos, dando uma atenção especial ao que estes vêm estudando e produzindo.

– EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO PARA A QUAL SÃO OFERECIDOS OS ATENDIMENTOS, BEM COMO EM RELAÇÃO À COMUNIDADE PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE, QUAIS AS MAIORES RESISTÊNCIAS E DESAFIOS ENCONTRADOS AO LONGO DO PERCURSO DO COLETIVO?

Nossa chegada foi bastante desejada e cheia de inseguranças. No primeiro sábado de atendimentos, não sabíamos nem como nos posicionarmos direito. Os questionamentos eram muitos: “não estamos muito fechados? As pessoas não ficarão intimidadas ao vir falar conosco? Devemos ir conversar com as pessoas? Esperamos?” Enfim, éramos um coletivo de psicanalistas que transitava entre o desejo de levar a escuta para uma praça a céu aberto e a angústia de lidar com um lugar totalmente desconhecido.

Quando nos dávamos conta, estávamos fechados em nós mesmos. Sentávamos em nossas cadeiras num círculo fechado, o que já demonstrava que, apesar de estarmos lá, no meio da praça, “disponíveis” para receber pessoas, nossos corpos mostravam o contrário – não estávamos tão disponíveis assim. Ou melhor, nosso questionamento era: para qual público estamos abertos?

No decorrer do tempo, fomos percebendo que a maioria das pessoas que buscava a praça para atendimento chegava a nós pela página do Facebook, ou seja, eram pessoas que iam até o Centro para serem atendidas, já tendo algum conhecimento do que estaríamos oferecendo. Talvez esse tenha sido nosso primeiro desafio. Como mostrar que estávamos disponíveis e acessar os moradores e trabalhadores da praça? Como levar a psicanálise para aquelas pessoas que nem tinham conhecimento dela? Como disponibilizar a nossa escuta para aque-

le território? Foi quando começamos a nos deparar com a clínica na/da rua e a importância da escuta do território. Para nos auxiliar nesse novo lugar, tivemos uma supervisão com o psicanalista Jorge Broide, que se disponibilizou a ir até a praça para conversar conosco e nos possibilitou um novo olhar sobre o trabalho da clínica na/da rua.

Além da nossa resistência e dificuldade em nos aproximarmos desse novo lugar, nos deparamos com um território que tem “donos”. Moradores, trabalhadores e pessoas em geral que ocupam a praça muito antes de nós e para as quais acreditamos que o modelo de psicanálise oferecido em instituições e consultórios particulares é algo muito distante.

Foi justamente por nos propormos a percorrer esta distância que nossa jornada se mostrou interessante junto à comunidade psicanalítica, que majoritariamente mostrou apoio e incentivo ao nosso trabalho, principalmente nas instituições das quais nossos membros participam, abrindo espaços para falarmos de nossa experiência. Na grande maioria dos casos, o coletivo é visto como um movimento de resistência à elitização e à exclusão da psicanálise. Porém, algumas manifestações de desagrado fundamentadas no argumento de que a psicanálise exige uma estrutura específica para que a transferência se dê sempre aparecem. Há quem acredite que em nossa viagem nos afastamos demais daquilo que conhecem. Falou-se sobre frequência, sobre privacidade e outros elementos que compõem o *setting* que se costumam encontrar ao procurar um analista, inclusive questionando se nosso trabalho é ou não psicanálise. Mas, afinal, o que é psicanálise? Acreditamos que definir a psicanálise é também definir o que não é psicanálise; cria-se assim uma ideia de nós e eles, estrutura lógica de um estado de mente fascista, que repete na comunidade psicanalítica a mesma exclusão vista nas ruas, produzida por um funcionamento social e político que se viu intensificado nas últimas eleições. Justamente por nos reconhecermos como integrantes deste mesmo sistema social, entendemos a seriedade e ética de nosso trabalho, que se propõe a ser mais ponte e menos muro. Buscamos sempre uma forma ética de construir estas pontes para que nosso trabalho não reproduza uma “colonização”, através da psicanálise, do território em que nos inserimos sem convite. Mas como oferecer nossa escuta sem fazer uso do discurso? E o que estaremos reproduzindo, perpetuando e significando nesse discurso? São questionamentos que mantemos vivos em nossas mentes para que a assimetria que levamos à praça seja apenas analítica.

– A ESCUTA PSICANALÍTICA ESTÁ PRESENTE NO CONSULTÓRIO E FORA DELE, COMO NO TRABALHO REALIZADO NA PRAÇA. NOS CONTEM QUAIS AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS QUE PERCEBEM NO *SETTING*, NA TRANSFERÊNCIA E NA FREQUÊNCIA, POR EXEMPLO.

Nosso trabalho não prescinde destes elementos de uma prática analítica dita “tradicional”, mas implica aproximar-se de questões como *setting*, transferência e frequência de uma maneira particular e inventiva. Aposta-se na transferência com o coletivo de analistas; embora a singularidade de cada caso possibilite a vinculação a apenas um, propõe-se que a figura em que se apoia a dinâmica da transferência seja a do grupo. Em Freud, encontramos a ideia de que em transferência há a repetição de determinados “clichês”, estruturas de catexia libidinal que se repetem dirigindo-se à figura do analista. No entanto, ele destaca que a transferência se dá em todos os setores da vida, sendo uma propriedade do aparelho psíquico, e não da psicanálise ou da figura de quem dirige o tratamento. Dessa forma, nosso trabalho aposta na possibilidade de

uma escuta do inconsciente desde a relação do paciente com o grupo, partindo desta ideia de transferência como um traçado pulsional que se dá em qualquer campo da vida de um sujeito – e que assim se torna passível de contar parte de sua história inconsciente, manifestada nas cenas particulares que se constituem entre sujeito e analista(s) de um coletivo.

O *setting* é o mais inusitado, tendo em vista o costumeiro consultório: os entrecruzamentos e invasões dos entornos da praça acontecem com certa frequência, o que pode inibir alguns analisandos. Entretanto, é impressionante o quanto o espaço público pode ser convidativo a uma abertura do inconsciente. Mantemos conosco sempre um analista responsável pela recepção das pessoas que se aproximam, apresentando o trabalho, anotando a ordem da fila de espera de pacientes e ficando como ponto de referência a cada começo ou fim de atendimento. Essa ideia surgiu como uma tentativa de organizar nosso funcionamento na praça e, principalmente, autorizar os analistas a se lançarem à praça com menos resistência: tanto ao espaço físico quanto ao contato com quem quer que esteja buscando uma escuta. Todos os sábados às onze horas, posicionamos a placa do Psicanálise na Praça entre o MARGS e o Memorial do Rio Grande do Sul, o que sinaliza o início dos atendimentos, e os analistas estão sempre disponíveis para a escuta no mesmo horário, com as cadeiras de praia. Acreditamos que o somatório destes elementos auxilia na sustentação do *setting*, assim como na coesão entre os integrantes do coletivo.

Os atendimentos ocorrem somente em um dia da semana, aos sábados. No entanto, isso não delimita que a frequência seja de apenas um horário, visto que há a possibilidade de atendimento em até três horários no sábado, a depender da demanda do caso e disponibilidade dos analistas. Já nos deparamos com a ideia de uma “limitação de frequência” ao referirmos que nosso trabalho só acontece no sábado, mas entendemos que isso significa partir dos parâmetros do consultório para pensar a praça. Temos clara a noção de que a praça é um dispositivo diferente do consultório e, embora não nos pretendamos sem furos, trata-se de partir da falta enquanto potência criativa. Sustentamos, assim, a potência e a constância de nossa presença todos os sábados na praça, sem alteração no horário em que nos dispomos a lá estar. Entendemos que assim como a rotatividade dos analistas, esta frequência é parte importante para a manutenção/continuidade do trabalho.

Sabemos que é de uma ética que se trata. Seja no consultório, seja no espaço público, a escuta não é psicanalítica por suas ferramentas de divã ou alta frequência e sim porque há uma ética que a sustenta. E é para isso que se voltam os nossos investimentos enquanto psicanalistas, que disponibilizam uma escuta na praça ou em qualquer outro lugar em que haja um sujeito que queira falar.

– GOSTARÍAMOS QUE COMENTASSEM OS EFEITOS PERCEBIDOS NOS SUJEITOS ESCUTADOS, BEM COMO SE, DESDE OS EFEITOS DE UMA ESCUTA, CONSTRÓI-SE A POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE DUPLAS FIXAS DE TRABALHO ANALÍTICO NA PRAÇA, POR EXEMPLO, E/OU ENCAMINHAMENTOS PARA ESPAÇOS PRIVADOS DE ATENDIMENTO EM RAZÃO DE ALGUMA ESPECIFICIDADE DO CASO.

Avaliamos, sempre, a singularidade de cada caso. Na particularidade de cada encontro, diferentes desdobramentos são possíveis. Sim, duplas fixas de trabalho se formam, assim como já foi necessário que encaminhássemos situações para outros espaços. Mas estas são possibilidades, não o mais comum de ocorrer, já que, com o processo de amadurecimento do nosso trabalho, fomos

conseguindo criar diferentes maneiras de acolher as demandas que nos chegam, de fato podendo explorar com mais propriedade a potência que o espaço público e o trabalho em coletivo abarcam. Como exemplo, nos ocorre a lembrança de uma família que buscou o coletivo e, diante das especificidades desta chegada e das cenas que nos contavam sobre essa história familiar, compreendemos que seria necessário que a transferência com o coletivo desse conta de construir a separação alteritária que esses psiquismos não foram capazes de sustentar. Cada sujeito era atendido pelo coletivo dentro da rotatividade de analistas, mas nunca pelo mesmo que já atendera alguma vez a outro membro da família, ainda que essa fosse a convocatória. Com o tempo, cada um foi compreendendo que, em transferência com o coletivo, vivia um processo próprio.

Do lado oposto, temos também pacientes que buscam o coletivo enquanto grupo, porque necessitam e se beneficiam dessa diluição da transferência que, em dupla, e por conta da maneira como funcionam, poderia se tornar extremamente maciça e difícil de suportar. Convocando a todos esses olhares, estes sujeitos encontram um lugar onde é possível falar de seus medos, delírios, fantasias e, assim, deparar-se com eles amparados pela contenção de um grupo que rodeia e sustenta.

Estar na praça é, sobretudo, uma experiência de abertura e surpresa. Nosso trabalho se desdobra nos efeitos que costumamos encontrar naqueles que são escutados em transferência – a historização e narrativização do sofrimento, a construção de representações, a nomeação de arranjos singulares de sintomas, etc. –, no entanto, ele também implica deparar-se com os efeitos inesperados. Entendê-los é um trabalho constante de observação e ampliação desse olhar.

– VOCÊS GOSTARIAM DE COMPARTILHAR ALGUMA SITUAÇÃO OCORRIDA CUJOS EFEITOS TENHAM PROPICIADO REFLEXÕES SOBRE O ALCANCE E POTÊNCIA DA ESCUTA PSICANALÍTICA, E QUAIS REFLEXÕES FORAM ESSAS?

Na praça, toda situação provoca reflexão. Seja em um contato breve, seja em um atendimento recorrente, a disponibilidade da escuta é o que destrava a possibilidade de um efeito terapêutico. Algumas pessoas passam. Algumas fotografam. Algumas vêm conversar. E, claro, algumas ficam. De qualquer forma, cada pessoa é um convite para que a (nossa) reflexão aconteça.

Poderíamos trazer diversas situações, mas duas específicas podem ilustrar o alcance da nossa presença e a potência da escuta que praticamos. Certa vez, presenciamos a cena de dois trabalhadores que varriam a rua e, ao passar pela nossa placa, um disse ao outro: “Colega, vamos fazer psicanálise hoje?” Assim, com tamanha espontaneidade, entendemos o quanto a nossa simples presença neste espaço permite que a transferência com a psicanálise aconteça, que a psicanálise se apresente enquanto possibilidade para pessoas que provavelmente não a teriam em um espaço mais convencional. Outra situação emblemática: em algum sábado recebemos, como de costume, um paciente frequente, e com o passar do tempo percebemos quão inusitada era a (des)configuração do *setting* que estávamos vivenciando. Com as cadeiras em círculo, oito analistas participaram do seu atendimento por mais ou menos duas horas. Este arranjo inconsciente possibilitou que cada analista fosse nomeado como um “personagem” da história do paciente, de forma que conseguisse pôr em palavras nuances de um conflito significativo da sua vida. A intensidade desta vivência levou à reflexão e sustentação de uma crença, que fala sobre a escuta psicanalítica não ter métricas nem lugares específicos. Mas também fez perceber a potência

do efeito terapêutico do trabalho na praça, que se dá a partir do momento em que pessoas que não têm necessariamente uma demanda formulada são impactadas e, transferenciadas com a psicanálise e com o coletivo, podem reconhecer e sustentar que o que sentem se trata de um sofrimento psíquico.

– COMO VOCÊS SENTEM QUE O TRABALHO DO COLETIVO SE DESENVOLVEU NESTE TEMPO DE EXISTÊNCIA? O QUE MUDOU DESDE OS PRIMEIROS ENCONTROS ATÉ O MOMENTO PRESENTE E QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS?

Como toda experiência inaugural, nosso caminho se iniciou calcado naquilo que já conhecíamos, ou seja, a atuação no consultório. Assim, em um primeiro momento, constituiu-se um trabalho que por vezes acabava por levar o consultório à praça. Foi com o tempo de existência e trabalho que se possibilitou um processo de construção da praça como um novo lugar, que exige um novo pensar e nos convoca a uma aproximação inventiva da teoria e técnica psicanalíticas. Hoje, fica mais claro que se trata de construir um novo dispositivo, que demanda criações e recriações, e não de fazer uma cópia do consultório em outro ambiente. Somos, dessa forma, convocados a uma abertura do pensar em psicanálise, a produzir teoria sobre o trabalho que realizamos e a enlaçá-lo a outros temas que se atravessam quando nos colocamos no espaço da praça: questões de urbanização, território, classe, entre outras. Evidencia-se, nesse momento de nossa caminhada, a necessidade de trabalhar os conceitos psicanalíticos não “na” praça, mas “a partir da” praça, em seu potencial de abertura de sentidos, e em relação aos campos ético, clínico e político que o dispositivo se propõe a entrelaçar.

Atualmente, nossas reflexões voltam-se cada vez mais ao tema da territorialidade. Passado este tempo de existência do coletivo, percebemos o processo contínuo de vinculação entre os agentes sociais do território e o nosso grupo. Quando inauguramos este trabalho, não apenas passamos a oferecer uma escuta na Alfândega, mas também demos início a um processo de inserção em um território, e neste ponto de nossa trajetória isso começa a saltar aos olhos como parte essencial da constituição do dispositivo. Nos ocupamos agora das implicações práticas e das reflexões teóricas acerca da relação entre a escuta do inconsciente e a cidade.

PATOLOGIAS DO SOCIAL: DO SOFRIMENTO À POTÊNCIA DA VIDA INSUBMISSA

SOCIAL PATHOLOGIES: FROM THE SUFFERING TO
THE POWER OF THE UNSUBMISSIVE LIFE

Fernanda Sandrin Zin

LIVRO: PATOLOGIAS DO SOCIAL: ARQUEOLOGIAS DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

**AUTORES: VLADIMIR SAFATLE, NELSON DA SILVA JUNIOR, CHRISTIAN DUNKER
(ORGS.)**

BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA EDITORA, 2018, 351 P.

Como a recuperação do conceito de patologia social pode nos servir a encarar os desafios clínicos e políticos da contemporaneidade? “Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico” é o primeiro livro fruto de um trabalho de três anos do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da Universidade de São Paulo (Latesfip), que partiu da interrogação das modalidades de sofrimento e sua relação com a ordem social para buscar seus dizeres sobre reconhecimento, transformação e resistência. Partindo da colaboração entre diferentes linhas de pesquisa, departamentos, produções de mestrado e doutorado, o trabalho do laboratório deu origem a um livro heterogêneo, mas fiel a um projeto clínico-crítico.

A introdução do livro, escrita por Vladimir Safatle, coordenador do Latesfip ao lado de Nelson da Silva Junior e Christian Dunker, recoloca um modelo de crítica social frente às questões levantadas pelas problemáticas trabalhadas no livro. Safatle insiste na necessidade de que a crítica social se posicione como análise de patologias sociais; isso implica compreender sociedades como sistemas produtores e gestores de patologias – e conseqüentemente reconhecer que se socializam sujeitos não somente através da enunciação positiva de valores normativos, mas principalmente a partir da gestão de seus desvios. Categorias clínicas enunciam, dessa forma, modalidades de intervenção, mas também horizontes de valores socialmente reconhecidos, explicitados pelo seu “desvio” na condição patológica.

O resgate da noção de “patologia social” serve, assim, a uma recuperação crítica da compreensão de patologias enquanto descritores de modos de participação social, que se evidenciam a partir da gestão de suas margens. Safatle, no entanto, propõe que se possa ir além: podemos esclarecer a natureza social das categorias clínicas e os valores normativos que elas enunciam, mas podemos levar uma perspectiva crítica a horizontes maiores de transformação, ao colocá-la a examinar os limites dos mecanismos de reconhecimento social. Constrói, dessa forma, uma proposta que pode ser tomada como importante chave de leitura de todo o livro: a crítica deve apontar para a insuficiência dos mecanismos de reconhecimento, entendendo o sofrimento social como expressão dos limites destes mecanismos em sua força normativa, e liberando assim “a

experiência da vida em sua figura insubmissa aos móveis de gestão biopolítica” (p. 25). Escancaram-se os limites da determinação e a potencialidade crítica de uma ontologia do sujeito que compreenda sua negatividade, que se desdobra em uma dimensão de indeterminação. Torna-se possível, sob essa perspectiva, a recuperação do conceito de “patologia social” que escancara o que há de patológico na constituição mesma do indivíduo moderno nas sociedades capitalistas, o que leva à consolidação de demandas de transformação global das estruturas sociais.

O livro evidencia que reconhecer o que há de social naquilo que é compreendido como patológico pode nos levar ao que há de patológico naquilo mesmo que constitui o social. Sob a perspectiva do projeto intelectual do *Latesfip*, esta ideia se associa ao que Dunker (2018, p. 320) chama de uma “metafísica da identidade”, enquanto diagnóstica das dinâmicas de socialização no capitalismo tardio. Ou seja, reconhece-se na modernidade um diagnóstico que aponta para algo de patológico no próprio processo de individualização como “formação de identidades” enquanto forma predominante de socialização:

Se “identidade de si e alienação de si estão juntas desde o início” (Adorno, 1973, p. 216), é principalmente porque a socialização que visa constituir individualidades segue a lógica da internalização de uma lei repressiva da identidade (Dunker, 2018, p. 320).

A ideia de que há algo de patológico na constituição mesma da individualidade encontra respaldo nas formulações de Lacan sobre a “gênese paranoica do Eu”, que remete à noção de uma unidade sintética do Eu – cujo representante máximo na modernidade está na concepção de “indivíduo” enquanto esteio da vida democrática –, e escancara a insuficiência da exigência de internalização desta “unidade” frente à indeterminação da pulsão. Produz-se assim um efeito de alienação sobre aquilo de irreduzível que há no homem, em sua potência de indeterminação, apontada por uma ontologia da negatividade. É aqui que a crítica social pode alargar seus horizontes de transformação, ultrapassando a exposição de contradições entre norma e performatividade, e onde a psicanálise irriga esse movimento crítico “de forma heterogênea e capilar” (Dunker, 2018, p. 321).

No enlace entre as contribuições da crítica social, da filosofia e da psicanálise, situam-se os trabalhos contidos em cada capítulo, cujos resgates conceituais aliam uma análise de categorias clínicas que dão conta de patologias sociais, bem como categorias sociais que descrevem formas de sofrimento social. O sofrimento é entendido aqui como forma de denúncia, crítica e resistência a transformações e dinâmicas sociais, e o sintoma é reconhecido em sua dimensão produtora de laço social e de socialização de desejos. Em comum, é possível reconhecer ao longo do livro um interesse de, ao escancorar a implicação constante entre social e patológico, realizar um movimento de subtração – a partir do que Safatle nomeia “antropologia substrativa” (p. 25) – que exponha as contradições internas às dinâmicas de reconhecimento, possibilitando a formação de uma perspectiva crítica sobre as formas de compreensão e tratamento do sofrimento, que repense as “formas de vida e suas aspirações de reconhecimento e realização” (Dunker, p. 328).

Problemáticas como essas são trabalhadas a partir de temas distintos. Em “O mal-estar no sofrimento e a necessidade de sua revisão pela psicanálise”, contribuição de Nelson da Silva Junior, elas aparecem a partir da análise da mu-

dança do lugar social da ciência, das narrativas atuais sobre o sofrimento e seus efeitos sobre o sujeito. Apontando para uma narrativa organicista do sofrimento psíquico, associada ao saber psiquiátrico em sua relação com o poder econômico, o autor identifica um modo de subjetivação que faz do sujeito objeto de um saber prévio sobre seu padecimento, o que apaga sua implicação sobre aquilo que lhe acomete. Diagnostica, em consequência, um sufocamento do sujeito da enunciação defendido pela psicanálise, e a necessidade de um reposicionamento conceitual desta última diante da cultura. Em “O corpo como lugar de sofrimento social” (Carrenho et al., 2018), patologias que têm no corpo seu *locus* principal são analisadas a partir de uma teoria social da desalienação, que relaciona esses padecimentos à diagnóstica da antes mencionada “metafísica da identidade”. O corpo, nas patologias objeto de análise, é tomado enquanto meio de reivindicação de uma identidade, o que traduz uma forma de alienação de si. Sob essa perspectiva, são formuladas demandas de reconhecimento, passíveis de cooptação por uma lógica financeira, que acabam por buscar extirpar a falta – manifestada na distância sempre presente entre a imagem do corpo ideal e o corpo experimentado subjetivamente.

Já em “Anomia e declínio da autoridade paterna” (Alves, Sanches e De Luccia, 2018), parte-se de um diagnóstico social da anomia e seus possíveis efeitos sobre o sujeito, em um primeiro momento, para uma posterior análise da anomia enquanto dimensão constitutiva. Tomada como efeito da nova organização do capitalismo, a anomia é entendida em sua dimensão de produtora de desregulações, que entrega os sujeitos a um desamparo de uma atmosfera de indeterminação, produzida a partir de uma “sociedade dos riscos individuais”. Ao mesmo tempo, a anomia pode aparecer na condição de constituição que aponta a uma tendência humana à fragmentação, e não à unidade. Sob essa dimensão, ela não necessariamente se traduz em sofrimento, o que leva o texto a uma reflexão sobre o estatuto do Nome-do-Pai em psicanálise, sugerindo uma leitura de estruturas clínicas que não necessariamente se organizam sob essa lógica ordenadora, sem que isso implique uma organização psicótica.

O livro encerra com o epílogo escrito por Christian Dunker, onde o autor relembra que aquilo que constrói o diagnóstico de uma patologia sempre diz respeito, em maior ou menor grau, às ideias de adaptação, normalidade e periculosidade. Dunker aponta que resta saber se é possível uma perspectiva crítica em relação a esses parâmetros, e indica como possibilidade a construção de uma “psicopatologia não-toda”. Entre os caminhos possíveis desse projeto, ele destaca a compreensão da dialética social do reconhecimento presente nas formas de sofrimento, bem como o reconhecimento daquilo que não pode ser simbolizado pelas formas de vida de uma época, que aparece na figura do mal-estar. Insiste na fronteira entre mal-estar, sofrimento e sintoma enquanto socialmente definida, recupera a hipótese de experiências produtivas de indeterminação e, a partir disso, critica a consistência das categorias psicopatológicas que buscam uma totalidade exaustiva – incluindo a busca de uma totalidade possível entre sintomas e estrutura clínica por parte da psicanálise.

“Patologias do Social” nos relembra que sofrimento e sintoma denunciam o que está em jogo em uma ordem social, e suas formas de diagnóstico e tratamento necessitam alcançar esse horizonte. Ao fazer isso partindo de uma compreensão do sujeito que leva em conta a potência do indeterminado, nos remete às possibilidades críticas e, assim, transformativas, daquilo de irreduzível que aparece no humano, impossível de sintetizar e por isso insubmisso a uma gestão normativa das margens. Movidas por esse horizonte, as modalidades de

diagnóstico e tratamento do sofrimento se aliam ao trabalho da transformação social a ser imaginada. A isso, tanto a teoria social crítica quanto a psicanálise devem responder, o que torna “Patologias do Social” uma leitura essencial para aqueles que se ocupam da escuta do sofrimento, para aqueles que imaginam a transformação política e, principalmente, para aqueles tantos que se ocupam dos dois.

Fernanda Sandrin Zin é psicóloga. Membro colaborador da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Membro do coletivo Psicanálise na Praça. E-mail: feszin@hotmail.com

O SONHO DA CONSCIÊNCIA: RESENHA DO LIVRO
SONHO E EXISTÊNCIA, DE LUDWIG BINSWANGER
 THE DREAM OF CONSCIOUSNESS: REVIEW OF THE BOOK
 DREAM AND EXISTENCE, BY LUDWIG BINSWANGER

Estevan de Negreiros Ketzer

LIVRO: SONHO E EXISTÊNCIA: ESCRITOS SOBRE FENOMENOLOGIA E PSICANÁLISE

AUTOR: LUDWIG BINSWANGER

RIO DE JANEIRO: VIA VERITA, 2013, 299 p.

Os problemas que se tornaram para muitos questionáveis em nosso tempo, a relação entre corpo e alma, não foi levado ao encontro de uma solução.

Ludwig Binswanger

Ainda é pouco conhecido o trabalho do psiquiatra suíço Ludwig Binswanger, um dos pioneiros da psicanálise e suas contribuições. Abordaremos alguns aspectos contidos no livro *Sonho e a Existência*, primeira coletânea de ensaios do psiquiatra suíço traduzida para o português. O encontro derradeiro com Freud ocorreu em 1907, juntamente com Jung em Viena. Binswanger leu a *Interpretação dos Sonhos* e viu ali a grande transformação da psiquiatria moderna. O psiquiatra suíço mantém o interesse na atividade psicótica da escola suíça atrelada agora com uma nova possibilidade trazida pelos filósofos de seu tempo: a fenomenologia de Edmond Husserl e Martin Heidegger.

Ao levar em consideração não apenas a manifestação da doença, mas também as motivações do médico que trata o paciente, Binswanger aumenta progressivamente a interação na dupla analítica, como vemos no artigo "Sobre fenomenologia", de 1922: "perceptivamente, estou *dirigido* para um objeto ou para algo que se contrapõe, *relaciono-me* perceptivamente com ele" (BINSWANGER, 2013, p. 107). Este fato conduz também para a importância da intuição ser utilizada quando um ser humano está diante de outro, uma ideia que vemos já muito aproximada no trabalho do psicanalista inglês Wilfred Bion. Mais do que apenas trazer de volta os fundamentos das funções mentais, Binswanger tem em mira que a abertura trazida pelo método fenomenológico possa retirar conclusões ao invés de afirmar conteúdos não vivenciados pelo paciente. O pesquisador suíço traz os sentidos do poeta "para apresentar uma vez mais com os sentidos o percebido de maneira manifesta" (BINSWANGER, 2013, p. 96). A sensibilidade dos artistas é levada em consideração, apreendendo tanto o olho natural quanto sua função psíquica, forma assim o "olho espiritual" (BINSWANGER, 2013, p. 90) que integra a fala espontânea do paciente ao mundo observado. O paciente enredado em uma distância de si mesmo que

não se angustia mais com o mundo sofre uma ausência de sentido, e portanto, o termo espiritual vem pela renovação que o contato da vivência se apresenta a si mesmo.

O trabalho de Binswanger é considerado pioneiro nesta união entre o existencialismo, anterior aos movimentos de vanguarda francês – de Sartre e Merleau-Ponty, por exemplo – e a psicanálise suíça que não se deixou dominar pelo pensamento de Jung. Esta junção de formas é tamanha que o próprio Binswanger teria cunhado o termo *Daseinanalyse* como forma de mostrar sua dívida com a psicanálise e a fenomenologia a partir da leitura do trabalho *Ser e Tempo*, de Martin Heidegger, unida à obra freudiana.

Um dos artigos mais importantes da coletânea de ensaios de Binswanger está intitulado justamente como “Sonho e Existência” (*Traum und Existenz*), publicado em 1930. Nele encontramos elementos relacionados ao sonho muito mais distanciado do sonhador com a sua garantia racional, mas sim próximo das perturbações psicóticas e da poesia como forma de lidar com o sonhar quando em falta de bases empíricas sólidas que possam dar testemunho. Binswanger percebe o sonho como parte da realização do sonhador, porém, sua leitura o leva a uma libertação do sonhador da ilusão do sonho, “saímos do pairar para o claudicar, o afundar, o cair” (BINSWANGER, 2013, p. 180). Despençar é mais assustador ainda. Ele nos provoca com a proposta de uma linguagem criativa, comportando a “imaginação do poeta e, sobretudo, o sonho” (BINSWANGER, 2013, p. 180). Aonde corpo e alma se encontram, também se encontra a dor que o sonho leva ao desespero, aquela tristeza de alma que junta a parte integrada com a ferida, naquilo que o psiquismo acredita fazer parte de si. Esse momento de emoção entusiasmada une poesia, mito e sonho, a uma consciência que compõe uma cena da matéria onírica, cujas imagens ali podem ser inseridas tanto por fechamento, quanto por abertura, sístole e diástole, natureza que vibra ao som das emoções. Temos então esse binarismo facilmente apresentado para elucidar seus achados: na queda não temos ascensão. Este ponto, de forte interesse não apenas para a formalização do pensamento, mas também para a psicanálise reverter o espaço para “aquilo que apenas acontece em nós e aquilo que também acontece de nós” (BINSWANGER, 2013, p. 203) por uma responsabilidade ética que nos acompanha no sonho. A ética, o ponto da escuta daquilo que não avisa quando vem, já faz parte do apelo de Jacques Lacan que trocará muitas ideias com Binswanger, buscando profundamente a ideia de um modo de ser como horizonte para uma escuta que permita a singularidade do sujeito humano vir à tona.

O trabalho de Binswanger torna a existência um modo de ser, um entre muitos que se expressam quando o humano está na angústia de sua própria sorte. Este terror que é colocado em um ser solitário precisa ser redescoberto pela relação psicanalítica, ao trazer a força de existir como a aventura necessária diante de grandes adversidades. O processo é muito mais profundo do que as palavras nos fazem crer, comunica Binswanger. Ele revela para nós o quanto a interpretação é um lançar-se ao futuro não restrito somente à vivência do passado do paciente. A poesia é um sopro de vida para as palavras já fatigadas de apenas comunicarem. A vivência precisa ser investigada com a vontade de um olhar projetado sobre a alma, levando assim a uma percepção, cujo eu do paciente possa constituir um lugar para si em algum momento. Eis quando a consciência se permite sonhar que exterior e interior acabam se encontrando de maneira singular.

Estevan de Negreiros Ketzer é psicólogo clínico e escritor. Doutor e Letras pela PUCRS. Email: estevanketzer@gmail.com

Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Rua Marquês do Herval, 375
Moinhos de Vento . Porto Alegre, RS . Brasil
CEP 90570-140 . (51) 3062.7400
www.sig.org.br . sig@sig.org.br
revista@sig.org.br

